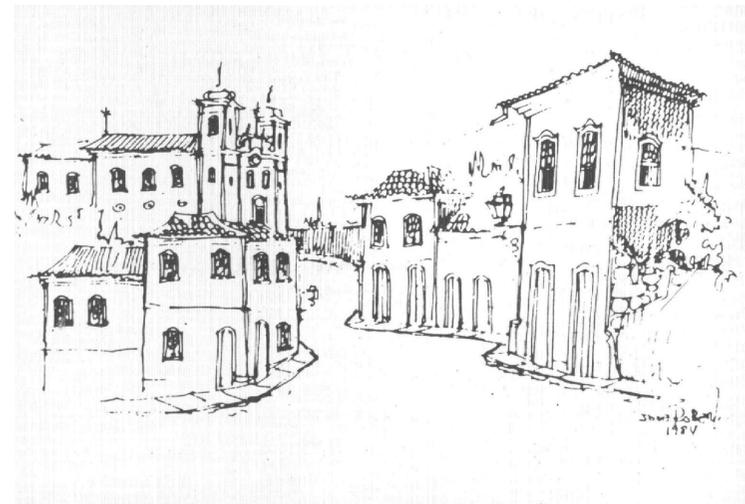


LPH - Revista de História Ano 10 n. 10 2000

L P H

REVISTA DE HISTÓRIA

ANO 10 Nº 10, 2000, LPH/DEP. HISTÓRIA/UFOP



Mariana - MG

LPH Revista de História

ISSN 0103-7110

“LPH”

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

REITOR

DIRCEU DO NASCIMENTO

DIRETOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

LUIZ CARLOS VILLALTA

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ANTÔNIO CARLOS JUÇÁ DE SAMPAIO

COORDENAÇÃO DO LABORATÓRIO DE PESQUISA HISTÓRICA

Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira

Ângelo Alves Carrara

Ivan Antônio de Almeida

EDITORACÃO

Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira

Natali Gisele de Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira

Ângelo Alves Carrara

Ivan Antônio de Almeida

CONSELHO CONSULTIVO

Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira

Andrea Lisly Ribeiro

Ângelo Alves Carrara

Fábio Favarsani

Renato Pinto Venâncio

EXPEDIENTE

Correspondência e contribuições devem ser encaminhadas para LPH – ICHS, Rua do Seminário, s/nº, CEP.

35.420-000, Mariana, MG, tel/fax: (031) 557-1322

lph@ichs.ufop.br

<http://www.ufop.br/departamentos/lph/intro.htm>

Pede-se permuta We demand exchange On demande échange

Índice

APRESENTAÇÃO	3
ENTREVISTA	
<i>Reflexões sobre o papel do Historiador.</i> Uma entrevista com João Fragoso.	5
ARTIGOS	
<i>Considerações sobre o domínio das Letras nas Minas Setecentistas</i> Álvaro Araújo Antunes	13
<i>O Tribunal Episcopal e os Delitos Femininos em Minas Gerais Colonial</i> Marilda Santana da Silva	31
<i>Heróis e Civilizadores na Época do Iluminismo</i> (<i>O Príncipe ideal no pensamento histórico e político de Voltaire</i>) Marcos Antônio Lopes	47
COMUNICAÇÃO	
<i>A Racionalidade na Ética Protestante e o espírito do Capitalismo</i> José Fernando Souto Jr.	75
ESPECIAL	
<i>Um balanço dos “500 anos”.</i> Uma entrevista com Caio César Boschi	89
<i>Perspectivas educativas da UNESCO para o séc. XXI</i> Bárbara Freitag	101
RESENHAS	
FUNARI, Pedro Paulo Abreu. <i>Império e família em Roma</i> . São Paulo, Atual, 2000. (A vida no tempo). 32 p Fábio Faversani	115

Apresentação

Este número representa dez anos ininterruptos de esforço editorial do Laboratório de Pesquisas Históricas do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Através desses anos, *LPH – Revista de História* consolidou a sua presença como uma das mais antigas e vitoriosas publicações em História no meio acadêmico nacional. Por suas páginas, muitos, dos mais significativos historiadores nacionais, puderam relatar suas experiências na difícil carreira de ser historiador no Brasil.

Fiel à sua tradição, *LPH – Revista de História* tem, neste número, duas entrevistas. Uma, com o historiador João Fragoso, que nos relata o desenvolvimento da História Econômica no Brasil, seu estado atual e suas perspectivas. A outra entrevista é com o historiador Caio César Boschi, que nos apresenta um quadro analítico sobre as relações entre as historiografias portuguesa e brasileira. Finalmente, há uma palestra de Bárbara Freitag, proferida em Ouro Preto, em 1999, analisando a questão da educação no âmbito de uma crescente integração mundial.

Os artigos neste número são variados, denotando uma das principais características da Revista. Temos, assim, o artigo de Álvaro Araújo Antunes sobre a leitura e o domínio da mesma em Minas, no setecentos; o artigo de Marilda Santana da Silva, sobre a repressão à mulher pelo Tribunal Episcopal; o artigo de Marcos Antônio Lopes, sobre o pensamento político de Voltaire. Temos, ainda, uma comunicação de José Fernando Souto Jr., na qual analisa a questão da racionalidade na obra de Weber, principalmente em *A Ética protestante e o espírito do Capitalismo*.

Boas leituras!

Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira
Editor de *LPH – Revista de História*

ENTREVISTA

Reflexões sobre o papel do Historiador: uma entrevista com João Fragoso.

Entrevistador: Antônio Carlos Jucá
Dep. História - UFOP

- 1) *Antes de falarmos sobre o papel do Historiador gostaria que você falasse um pouco sobre sua trajetória. Quais foram os caminhos que te levaram a se interessar pelo estudo da história econômica?*

Sou de uma geração que cresceu em meio à Guerra Fria e sob os “auspícios” da Ditadura. O que com certeza não foi nada agradável. Porém, tais circunstâncias me levaram, igualmente, para a História econômica e a um marxismo que procurava saídas da abordagem leninista-stalinista. Isto é, sou de uma época em que se acreditava numa coisa chamada luta de classes e que os homens possuíam estômagos, mas, também, cérebros e sonhos.

Já na pós-graduação, tive a felicidade de ter sido orientado por Maria Yedda Linhares e de Ter sido aluno de Ciro Cardoso. Professores que me ensinaram uma História econômica mais refinada, onde a teoria aparecia conjugada com pesquisas empíricas sólidas. Da mesma maneira, as aulas destes professores demonstravam - e demonstram - que a economia nada mais era do que uma parte da sociedade. Neste sentido, não foi muito difícil optar pelo estudo da economia e de um marxismo não dogmático.

- 2) *Depois da grande repercussão do seu trabalho sobre a economia fluminense entre os finais do século XVIII e início do XIX, o qual resultou em dois livros (Homens de Grossa Aventura e O Arcaísmo como projeto, este último em co-autoria com Manolo Florentino) você optou em recuar sua análise para o século XVII. Por que?*

Para uma rápida resposta poderia dizer que fui atraído, por aquilo que Marc Bloch chama de ‘mito das origens’. Ao mesmo tempo, no início da década de 1990, já estava meio cansado do século XIX, que tinha estudado por cerca dez anos (mestrado e doutorado). Já a História econômica colonial, para mim, na época, era um grande mistério. Conhecia pouco sobre a formação da sociedade colonial e, muito menos, sobre o império português dos séculos XVI e XVII. De certa forma, até hoje estes dois séculos continuam me surpreendendo.

Aprendi na graduação que o período colonial poderia ser facilmente entendido como um bloco. O segredo era saber da existência da escravidão, da grande propriedade e da agroexportação para se compreender tudo. Isto bastava para compreender o período colonial.

As pesquisas mais recentes, afirmam que as coisas são um pouco mais complicadas do que isto. Por exemplo, pelo menos no Rio de Janeiro, a sociedade do seiscentos era bem diferente a do setecentos, no que diz respeito a sua hierarquia social e formas de acumulação de riquezas.

3) *No capítulo escrito para o livro Domínios da História você e Manolo Florentino apresentam uma visão pessimista do futuro da história econômica, falando em derrocada da mesma. Ao mesmo tempo, fazem uma defesa apaixonada de sua importância para a compreensão dos processos históricos mais amplos. Passados alguns anos, qual seria sua análise atual sobre a importância da história econômica no conjunto da produção historiográfica brasileira?*

Felizmente, recentemente, começo a observar uma certa recuperação, no Brasil, das investigações econômicas. É isto que noto, nos três últimos anos, nas minhas participações de bancas de mestrado e doutorado. Mais do que isto, verifico uma renovação nos estudos de História econômica. Atualmente, se tem uma certa preocupação de incorporar, entre outras disciplinas, a História política e das famílias, abordagens indispensáveis ao se trabalhar com economias ditas de Antigo Regime e escravistas.

Acredito, que a nova geração de pesquisadores entendeu, por exemplo, que o mercado dito pré-industrial possui uma natureza diferente daquela presente no capitalismo, como sublinha Giovanni Levi. Na verdade, tais preocupações já tinham sido apontadas pelo bom e velho historiador Witold Kula e o antropólogo Karl Polanyi nos anos 50 e 60. Portanto, acredito que a aproximação com a Política e a Antropologia são caminhos para uma renovação da História econômica.

4) *O Brasil entrou no século XXI sem ter resolvido seus graves problemas sociais, cujas origens poderíamos remontar ao início da colonização. Na sua opinião, a nossa produção historiográfica atual tem dado uma contribuição satisfatória para a compreensão desses problemas?*

Infelizmente, acredito que a historiografia brasileira, ainda, está longe de contribuir para o entendimento de tais fenômenos.

Em primeiro lugar, porque a historiografia profissional - ou seja, aquela formada em cursos de pós-graduação - é muito recente. Sempre repito que, apesar de ter 43 anos, pertenço à primeira geração com curso de doutorado em História no Rio de Janeiro. Dito de outra forma, a historiografia brasileira, mesmo tendo precursores da altura de um Gilberto Freire, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, para citar apenas três nomes, é muito jovem.

Em segundo lugar, apesar da retomada do interesse pela História econômica, tal disciplina permanece marginal nas pós-graduações. O modismo continua a prevalecer. Muitas vezes se esquece que vivemos numa economia rica, com um dos maiores parques industriais e PIB do Planeta, porém, também, com um dos maiores índices de concentração de rendas do mundo. Os trabalhos do PNUD demonstram que nesta última matéria o Brasil, dependendo do ano, ocupa no cenário das nações o primeiro ou o segundo lugar, o que significa um grau de miséria fantástico.

Fala-se muito sobre estes assuntos, entretanto, estuda-se pouco. Na hora da escolha de uma pesquisa opta-se por investigar temas menos desconfortáveis. Afinal, é muito chato fazer investigações demográficas (mortalidade infantil, expectativa de vida etc.) ou sobre produção e mercado. Atualmente, as pesquisas em

economia tem se tornado ainda mais 'desagradáveis', já que elas exigem - além das tradicionais noções em História serial - conhecimentos de Antropologia e Política. Em função disto, que fico satisfeito e mesmo surpreso quando sou procurado por alunos que pretendem trabalhar com economia, como recentemente tem ocorrido com mais frequência.

Há ainda um outro problema. Os estudos sobre as elites brasileiras continuam a merecer pouca atenção nas pós-graduações. Prefere-se analisar escravos ou as camadas sociais livres pobres. Com certeza, estes temas são essenciais para o entendimento da sociedade brasileira, contudo, muitas vezes, se esquece que existe uma coisa chamada de elite e que ela controla, historicamente, mais de 2/3 da riqueza social. O Brasil, nos últimos duzentos anos, como se sabe, presenciou significativas mudanças de estruturas, porém, o grau de concentração de rendas parece incólume a tais mudanças, fenômeno poucas vezes visto na História recente do Ocidente. É sempre bom lembrar que trabalhar com a elite 'econômica' e suas estratégias de enriquecimento significa, também, pesquisar os mecanismos de exclusão social.

Nos anos de 1970 e 1980, procurou-se demonstrar que os escravos e camponeses possuíam massa cefálica, ou seja, tinham visões de mundo e estratégias sociais próprias. Está no momento de se perceber que a elite também é filha de Deus! Por conseguinte, ela possui os mesmos atributos que os chamados grupos subalternos. Afinal, o empresariado brasileiro, por exemplo, não é um simples reflexo dos interesses internacionais ou criatura do Estado.

5) *Como você analisa a formação atual dos historiadores brasileiros?*

Como já disse o historiador profissional é algo ainda recente no país. Isto inevitavelmente se traduz em alguns fenômenos. Os nossos cursos de pós-graduação não contam com muitos recursos. As nossas bibliotecas são uma piada, os melhores cursos do Brasil não possuem 1/10 das melhores coleções internacionais de periódicos. Não há uma política sistemática de treinamento de pesquisadores e doutorandos nos centros de excelência americanos ou europeus. As Universidades públicas, dá onde saem os melhores pesquisas, cada vez mais se

transformam em grandes escolões, nos quais os professores tem menos tempo para a produção do conhecimento. Isto, para não falar da redução do tempo dos cursos de pós-graduação (mestrado e do doutorado) e das péssimas bolsas de estudo.

Se dizia, na minha época de estudante, que o pós-graduando brasileiro não tinha recursos, entretanto, possuía talento. Hoje, acho isto uma ilusão. O fato é que estamos despreparados como pesquisadores e, portanto, as nossas chances de contribuir para o entendimento da sociedade brasileira está longe de ser, pelo menos, razoável. Isto, mesmo considerando o esforço de agências financiadoras como CNPq e CAPES que, dentro de seus limites, tentam mudar tal quadro de penúria.

Na verdade, mais uma vez, a análise da elite dirigente do país - ao lado de outros estudos - poderia nos ajudar a entender melhor isto. Em outras palavras, porque ao contrário de outras sociedades contemporâneas, a elite brasileira não investe pesado na produção do conhecimento científico? Ela deve ter alguma razão para isto. Afirmar que ela é estúpida ou dominada pela globalização, isto sim é ingenuidade e mesmo estupidez.

Por outro lado, muitos continuam a justificar tal cenário de escassez alegando a falta de recursos do país. Um estudo da concentração de rendas combinado com o do PIB, desmentiria facilmente isto.

6) *Quais áreas você consideraria como mais promissoras no estudo do período colonial?*

Como sou politicamente incorreto, gostaria de responder de maneira diferente esta pergunta. Ou seja, quais são as áreas que merecem maior atenção das futuras pesquisas? Para o melhor conhecimento dos séculos XVI e XVII, falta ainda muita pesquisa em áreas como: demografia, populações indígenas, produções e comércios de abastecimento - afinal, a América portuguesa não era formada apenas por diabéticos ou devoradores de açúcar -, administração colonial, formação das elites locais etc.

7) *Até o final da década de 1980 as historiografias brasileira e portuguesa estiveram praticamente “de costas” uma para a*

outra. Hoje, pelo contrário, há um contato permanente entre os pesquisadores de ambos os países. De que forma esse diálogo contribuiu para o estudo da nossa história?

Só recentemente descobrimos ou nos convencemos que a América lusa pertencia ao império português. Portanto, somente na última década que - além de temas como tráfico de escravos - iniciaram a merecer mais atenção as investigações sobre o ultramar e o Reino. Deste modo, pesquisas como o comércio entre o 'Brasil' e o Estado da Índia, a administração imperial, o Antigo Regime luso, os fluxos migratórios no ultramar português e as abordagens comparativas das *Conquistas* hoje possuem alguma chance de se transformarem em objetos de estudos.

Acho, por conseguinte, muito importante o diálogo com a historiografia portuguesa e mesmo com a de outras partes do antigo Império. Para mim, por exemplo, a leitura dos textos de Antônio Hespanha e Nuno G. Monteiro foram essenciais para entender o Antigo Regime português e suas derivações no Rio de Janeiro seiscentista. Da mesma forma, as publicações de Luís Thomas e de Sanjay Subrahmanyan, sobre o Estado da Índia, tiveram um papel fundamental para o meu entendimento do sistema de mercês no ultramar e a existência de redes de políticas que atravessavam o império.

Hoje em dia, acredito que disciplinas como História de Portugal, da África e do Império luso, deveriam ser obrigatórias nas nossas graduações.

8) *Como trabalhar com história econômica tendo como objeto o século XVII fluminense? Quais são os limites e as potencialidades da quantificação em casos como esse, em que a disponibilidade de dados econômicos propriamente ditos é tão escassa?*

A primeira coisa que se deve ter em mente é que o século XVII pertence ao Antigo Regime. Consequentemente, a sociedade colonial da época presenciou instituições e práticas como sistemas de mercês, nobreza da terra, senado da câmara etc. Em função disso, o mercado colonial não era autoregulado, movido apenas por preços

estabelecidos pela oferta e procura. Na verdade, tal economia e mercado tinham por pano de fundo relações políticas como as estratégias de alianças familiares e a intervenção dos oficiais da câmara.

Para se estudar, por exemplo, os preços das mercadorias presentes nos cartórios ou os dízimos, deve-se levar em consideração aquele pano de fundo. Na verdade, tais valores eram negociados “fora” do mercado, fenômeno que pode levar a uma certa ilusão de ótica para os pesquisadores menos avisados. Em outras palavras, o valor dízimo não pode ser encarado como um indicador da produção, mas sim como um indicador dos acordos entre “bandos políticos”, o do provedor da fazenda e do arrematante. Não era totalmente sem sentido que os dízimos variavam tanto no tempo.

Algo semelhante pode ser dito para as vendas dos engenhos. Até onde sei, mais da metade dos engenhos negociados no Rio, via escrituras públicas entre 1650 e 1700, tinham por compradores e vendedores pessoas ligados por laços de parentesco ou de aliança política. Fenômeno que dava um significado, digamos, particular aos preços destas *fábricas*.

Em suma, deve-se ter muito cuidado quando se quantifica a economia do século XVII, deve-se sempre lembrar que tal economia era dominada pela política. Daí a importância de se combinar a investigação quantitativa com a da microhistória italiana, leia-se Antropologia.

9) *Para terminar: quais são seus projetos atuais?*

Além das minhas pesquisas institucionais (CNPq e IPEA), estou envolvido com dois projetos de livros. Um sobre as elites “econômicas” da Corte e do Vale do Paraíba fluminense diante da eminência do fim da escravidão (1850-1888) - texto que já está pronto - e outro sobre a formação do primeiro grupo de senhores de engenho no Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII).

Explicando melhor, já que são projetos que abordam épocas tão diferentes.

O primeiro projeto, diz respeito ao “primo pobre” do meu doutorado. Publiquei a parte urbana da tese - os negociantes de grosso trato no Rio de 1790 a 1830 -, o mesmo não ocorreu com a

parte agrária da tese: os fazendeiros de Paraíba do Sul, município fluminense cafeeiro. Em 2000, revisei estes capítulos e escrevi um novo texto sobre a elite econômica da Corte na segunda metade do século XIX. Com este último texto pretendi analisar as gerações empresariais posteriores - suas fortunas e opções de investimento - aos grandes negociantes luso-brasileiros de princípios do oitocentos. E ainda comecei a investigar o comportamento destas novas gerações depois do fim tráfico internacional de escravos até 1888. Este momento da História brasileira sempre me pareceu intrigante e nada melhor que um estudo comparativo para começar a destrincha-lo.

O segundo projeto consiste nos resultados das pesquisas que, a cerca de dez anos, venho realizando sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). Já publiquei partes desta investigação em artigos, até meados do ano pretendo terminar o último capítulo e rever os já escritos. Feito isto, tentarei publicar na forma de livro a dita pesquisa.

Em realidade, os dois projetos se inserem dentro de uma preocupação que há anos possui. Pode-se dizer mesmo, que sou “perseguido” por uma “idéia fixa” - um psicanalista adoraria isto - que é de compreender, através da elite, a persistência dos mecanismos de exclusão social na sociedade brasileira. Fenômeno que, ao lado do futebol e do samba, tão “bem” credenciam o Brasil no Mundo.

ARTIGO*Considerações sobre o Domínio das Letras
nas Minas Setecentistas*

Álvaro de Araújo Antunes
Mestre em História - UFMG

Com frequência o nome de Gutenberg é lembrado, não sem um certo eurocentrismo, como responsável por “revolucionar” a imprensa. Considerado criador da prensa de tipos móveis, ainda que esses já fossem usados na Ásia, Gutenberg apresentou uma inovação à Europa quatrocentista que dinamizou a produção de impressos e modificou, de fato, as relações com o conhecimento escrito.¹ O leitor, por um lado, encontrou-se na condição de explorar textos novos e, de outro, deparou-se com “uma memória coletiva enorme, cuja matéria não [era] mais capaz de fixar integralmente”.²

Na seqüência dos eventos, o século XVIII presenciou a ampliação dos domínios da imprensa que, então, logrou um crescimento de produção (livros, jornais, livretos) e de um mercado consumidor (sociedades de leitura, bibliotecas de empréstimos, grupos de letrados). Não por menos o século XVIII foi considerado por Roger Chartier como marco da assim chamada “segunda revolução da leitura”.³ Uma revolução que era tributária da imprensa, mas que ocorreu no âmbito da leitura.

Ressaltando esse aspecto, Chartier não se detém unicamente sobre a produção das prensas e busca outras paragens, no consumo, no ato da leitura. Trata-se, portanto, não apenas de uma revolução da imprensa, mas de uma revolução da leitura. Uma revolução da qual ainda pouco conhecemos de seus protagonistas, os leitores.

¹ Cf. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Brandão et al. 3.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994. p.457. e CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no ocidente. In. ABREU, Marcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.p.24.

² LE GOFF. *História e memória*. p.457.

³ CHARTIER As revoluções da leitura no ocidente. p.24.

Para os setecentos, acredita-se que o número de leitores era relativamente pequeno. É claro que havia formas alternativas para acessar a “memória escrita”, tais como a oralização do texto ou a contemplação das pinturas no teto de uma igreja barroca.⁴ Contudo, tais alternativas não obliteravam a diferenciação qualitativa que existia entre aqueles que tinham o domínio das letras e os que dependiam, por exemplo, de um mediador para tomar contato com o conhecimento escrito. O sentido de um texto é constituído no ato da leitura e, portanto, sofre a interferência da maneira como a relação com o escrito se dá.

Assim, mais que frisar a expansão dos domínios da imprensa, faz-se necessário voltar-se para o leitor, buscar conhecê-lo, questionar sobre o conhecimento que possuía da escrita e da leitura, interrogar sobre a relação entre o domínio das letras e as condições sociais.

Para as Minas Gerais, alguns trabalhos apresentaram dados significativos que contribuíram para esquadrihar a difusão das letras. Com o mesmo intuito, o presente artigo retoma esses estudos e, à luz de uma documentação ainda pouco explorada, tece algumas considerações sobre o domínio das letras nas Minas setecentistas, atentando para as formas distintas, e muitas vezes limitadas, de relação com as letras. Variações que se encontravam atreladas às condições sociais e às relações de poder da sociedade generalista, na qual a simples posse de livros, por exemplo, era privilégio de uma minoria.

LIVROS

De um modo geral, a historiografia vem apontando para a escassez de livros nos primeiros séculos de colonização portuguesa na América.⁵ Para alguns estudiosos, os habitantes da Colônia

⁴ HANSEN, João Adolfo. Leituras coloniais. In: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. p. 170.

⁵ “Com base em documentos factuais, o Brasil leitor começa, na verdade, no século XVII”, afirmou Jorge de Souza Araújo. (ARAÚJO, Jorge de Souza. Perfil do leitor colonial. *Artes e literatura: Revista de Cultura e Vozes*, Petrópolis, n.4, p.439-457, jul./ago. 1989. p.450.) Para a Capitania de São Paulo, no período de 1578 a 1700,

encontravam-se praticamente alijados da cultura e da memória impressa. Carlos Rizzini, por exemplo, chegou mesmo a afirmar, não sem um certo exagero, que “não havia o que se ler na Colônia”.⁶ Outros, com cautela, preferiram levar em consideração os poucos livros que circulavam pela América Portuguesa nos primeiros séculos de colonização. Para eles, as bibliotecas não eram desprezíveis, muito embora fossem raras e tivessem uma composição um tanto quanto limitada às “obras de devoção”: catecismos, resumos de história santa, exercícios espirituais e manuais religiosos.⁷

No que se refere à quantidade e à variedade de livros em circulação, o século XVIII, em especial na sua segunda metade, apresentou-se como um diferencial no panorama esboçado para os primórdios da colonização. Embora as obras de devoção ainda predominassem, as obras ditas “profanas” — os livros de ciências naturais, matemática, medicina, direito civil etc. — apresentaram um crescimento substancial na composição das bibliotecas ou, para usar um termo de época, das livrarias. A variação foi ocasionada, entre outros fatores, pelo aumento dos advogados, cirurgiões e eclesiásticos, que amparavam a profissão e as convicções pessoais com livros nem sempre sacros, nem sempre lícitos.

No século XVIII, se comparado aos séculos precedentes, os livros circularam pela Colônia em maior profusão e variedade. Todavia, estes livros se restringiam a um segmento muito específico e diminuto da população. Concentravam-se nas mãos dos letrados: conhecedores da linguagem escrita, proprietários de consideráveis

Alcântara Machado contabilizou quinze inventários nos quais havia livros. Essas bibliotecas eram singelas. Nas palavras do autor: “biblioteca é palavra muito grande para coisa pequenina”. (MACHADO, Alcântara José de. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins Fontes, 1972. p.93.)

⁶ RIZZINI Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*: com um breve estudo geral sobre a informação: 1500-1822. São Paulo: Imesp, 1988. p.228.

⁷ VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello. (org.). *História da vida privada no Brasil*: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.361. Ver ainda Mark L Grover que trata das bibliotecas jesuítas, dentre as quais a do colégio da Bahia que, em 1694, possuía 3.000 volumes. GROVER, Mark L. “The book and the conquest: jesuit libraries in Colonial Brazil”. *Libraries and Culture*, 28(3). Austin, 1993, p. 271-273.

bibliotecas particulares e reconhecidos socialmente por suas qualidades intelectuais.⁸

Não existe nenhum estudo que estabeleça uma relação percentual entre número de livrarias e o número de habitantes da Colônia. Contudo, a hipótese de que a posse de livros se restringia a uma pequena e seleta parcela da sociedade colonial setecentista é de todo plausível, como vem demonstrando alguns trabalhos que tratam de determinadas regiões da América Portuguesa. Ademais, sabemos que, para Portugal, Antônio Camões Gouveia deduziu a média de uma biblioteca para cada mil habitantes.⁹ De modo que podemos considerar que a distribuição de livros no Brasil fosse ainda menor que em Portugal, ou tão igual quanto.

No tocante às Minas, algumas análises de inventários *post-mortem* vem ratificando a idéia de uma concentração da posse de livros. De acordo com Júnia Ferreira Furtado, no Tejuco, em fins dos setecentos e início dos oitocentos, foram encontrados livros em catorze (21,2%) dos sessenta e seis inventários pesquisados. Vale salientar que entre os proprietários de livrarias estavam padres e funcionários graduados, em geral, portugueses e todos eles brancos.¹⁰ Em Vila Rica, para a segunda metade dos setecentos, um estudo recente constatou a existência de livros em doze de um total de cento e cinqüenta e oito inventários, ou seja, em 7,59% dos inventários investigados.¹¹ Já em Mariana, Luiz Carlos Villalta, em

⁸ Existem vários sentidos para o termo “letrado”, mas que, no geral, referem-se a uma qualidade intelectual. Segundo José Pedro Machado o termo letrado é de origem latina e significa: “marcado por letras, assinalado com caracteres; instruído, letrado; relativo às letras, sábio; substantivamente, interprete de poetas, crítico[...]” (MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*: com a mais antiga documentação escrita conhecida de muitos dos vocábulos estudados. [s/l.] Editorial Confluência, 1952. p.1325.)

⁹ GOUVEIA, Antônio Camões. Estratégias de interiorização da disciplina. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: o antigo regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. v.4. p.422.

¹⁰ FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo. ANNABLUME, 1996. p.54.

¹¹ Esta pesquisa, feita com os inventários do primeiro ofício, vem sendo desenvolvida por Thábata de Araújo Alvarenga e servirá para a confecção de sua dissertação de mestrado.

sua pesquisa de doutorado, investigou novecentos e onze inventários do primeiro ofício, para um período que vai de 1714 a 1822, e constatou a presença de livros em setenta e seis deles, o que corresponde a 8,34%.¹² Dos proprietários de livros, setenta e um eram brancos, um era negro e forro, outro era mulato e livre e os três demais não tiveram a cor e condição especificada. Tais números indicam uma certa disparidade na posse de livros relativa à condição social, mas não se traduz em um monopólio de um determinado extrato social.

Nesse sentido, tem-se um dado significativo apresentado por Luiz Carlos Villalta: apenas uma terça parte dos cento e vinte oito inventários de padres de Mariana apresentava registros de livros.¹³ Interessante notar que essa defasagem percebida pelo autor era interna ao grupo de clérigos que, deduz-se, eram de boa condição social e detinham o conhecimento da língua escrita, mas nem por isso possuíam livros. Ou seja, os livros não se restringiam aos alfabetizados em geral, mas sim a uma fração mais refinada de letrados que possuía condições de adquiri-los. Eram amantes das letras que chegavam a formar consideráveis bibliotecas, para suprir necessidades do ofício ou pelo puro deleite da leitura descompromissada.

As maiores bibliotecas pertenciam a membros de um grupo seletivo de letrados que, normalmente, serviam nos cargos administrativos da Igreja ou da Coroa. No Serro, em fins dos setecentos, a maior livraria registrada, com cento e quarenta obras e cerca de trezentos e sessenta tomos, pertencia a um guarda-livros de nome Manoel Pires de Figueiredo.¹⁴ No mesmo período, em Mariana, temos a notável e variada livraria do Bispo Domingos da Encarnação Pontevel, com mil e sessenta e seis volumes e quatrocentos e doze títulos.¹⁵ Não existem estudos publicados sobre

¹² VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Latina*. São Paulo: Departamento de História da USP, 1999. (Tese, Doutorado em História) p.355-356.

¹³ VILLALTA, Luiz Carlos. Os clérigos nas Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.8, n.1/2, p.19-52. jan./dez., 1995. p.21.

¹⁴ FURTADO. *O livro da capa verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito Diamantino no período da Real Extração*. p.54.

¹⁵ VILLALTA. *O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura*. p.364.

as livrarias de Vila Rica, mas, em compensação, vários são os trabalhos que mencionam os livros que foram seqüestrados dos conjurados de fins do século XVIII. Entre eles, a livraria da Cônego Vieira foi a maior e mais bem estudada pela historiografia, sem, contudo, haver um consenso quanto ao número exato de títulos e volumes que a formava.¹⁶ Diferenças à parte, é patente que as maiores livrarias de Minas concentravam-se nas mãos de uma parcela dos letrados. “Le livre ici s'affirme instrument de pouvoir, object de culte et moyen d'un mode de vie”.¹⁷

Além de proprietários de consideráveis livrarias, esses letrados detinham um conhecimento que os distinguiam em meio à sociedade. Esse grupo de cultura refinada era acompanhado pelos olhares respeitosos dos demais membros da sociedade que os cumprimentavam com os epítetos enaltecedores de sua qualidade intelectual. Eram eles “os eruditos”, “os sábios”, “os grandes oradores”, “os principais”, “os mestres”... Em seu livro *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*, Diogo de Vasconcelos lembra de seu falecido tio como “um dos grandes gênios da capitania”.¹⁸ Vasconcelos se referia ao Dr. José Pereira Ribeiro, bacharel em leis, poeta e dono de uma das maiores bibliotecas de Mariana, com duzentos e quatro títulos e quatrocentos e setenta e cinco volumes dos mais variados gêneros. Enaltecido por seus dotes e dono de uma considerável livraria, o Dr. José Pereira Ribeiro tinha efetivo domínio sobre a linguagem escrita e os predicados de um perfeito letrado.¹⁹

¹⁶ Cf. ARAÚJO, Emanuel. *Teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.p.312.; VILLALTA, Luiz Carlos. O Diabo na livraria dos inconfidentes. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.372. VILLALTA. Os clérigos nas Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. p.24.; e FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na livraria do Cônego; como era Gonzaga?; e outros temas mineiros*. 2 ed. São Paulo: Itatiaia: Universidade de São Paulo, 1981.p.24.

¹⁷ ROCHE, Daniel. *Les republicans des lettres: gens de culture et lumières au XVIII^e siècle*. França: Fayard, 1988. p.102. Tradução do editor: “O livro se afirma como um instrumento de poder, objeto de culto e meio de um modo de vida.”

¹⁸ VASCONCELOS, Diogo L. A. P. de. *História média de Minas Gerais*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p.163.

¹⁹ A relação do Dr. José Pereira Ribeiro com sua livraria, enquanto proprietário e leitor, foi assunto de minha dissertação de Mestrado que teve por tema *o universo*

LEITURAS

Na obra *Gil Braz de Santilhana*, — livro de grande circulação no século XVIII e que constava no inventário do citado Dr. José Pereira Ribeiro — o autor Le Sage, através do personagem Gil Braz, advertia ao “amigo leitor”:

“a queres ler as aventuras de minha vida sem pesares bem o sentido moral que elas contém, não te servirá de nada a leitura; mas se as leres com atenção, lá hás de achar, conforme o preceito de Horácio, o útil de mistura com o agradável”.

Já no prefácio de seu livro, escrito entre 1715 e 1735, Le Sage explicitava sua intenção, presente também ao longo da obra, de guiar o leitor em sua leitura, em sua “errância”. Isto “por que haja pessoas que não sabem ler um livro sem aplicarem a imperfeições graves ou ridículas”, justificava-se Le Sage.²⁰

Le Sage tinha consciência de que havia aqueles “que não sabem ler um livro sem aplicarem imperfeições” e, por isto, instruía o leitor sobre o modo correto de ler sua obra. Entretanto, por mais que o autor tencionasse coibir as “errâncias” do leitor, estas eram uma prática corriqueira e própria da leitura; afinal, “toda leitura modifica o objeto”.²¹

De um lado, a tentativa de se coibir o leitor e, de outro, a atividade criativa do mesmo. Nas práticas da leitura, dá-se um embate entre as astúcias de quem lê e as estratégias do objeto que é lido.

Para Certeau, a leitura é uma forma de consumo cultural que não se caracteriza pela passividade. Na prática da leitura, estabelece-se um conflito, uma tensão entre leitor e livro. De um lado, os livros apresentam estratégias que visam impor uma ordem à

relacional deste advogado. (ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Espelho de cem faces; o universo relacional* do advogado setecentista José Pereira Ribeiro. Belo Horizonte: Departamento de História da UFMG, 1999. (Dissertação, Mestrado em História).

²⁰ LESAGE. *História de Gil Braz de Santilhana*. Trad. Júlio César Machado. Lisboa: Casa editora de David Corazzi, 1885. v. 1. p. 2 e 9.

²¹ CHARLES, Michel. *Rhétorique de la lecture*. Paris: Seuil. 1966. p.83. apud. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. p.264.

prática do consumidor/leitor que, por sua vez, subverte a ordem imposta fazendo uso de suas táticas. Segundo Certeau, a estratégia “postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio [o livro] e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças [o leitor] [...]”. Ao ler, o leitor faz uso de táticas, que são definidas como “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio [...] que não tem por lugar senão o outro [o livro]”.²² A leitura, esse não-lugar, esse ato delével suscetível aos azares do tempo, consiste numa espécie de “operação de caça não autorizada” em que o leitor usa de astúcias que lhe são próprias para vagar pelas páginas, frases, palavras que se encontram estrategicamente ordenadas. Em resumo, o “texto tem força de lei”, mas é o ato da leitura que lhe dá sentido.

Com as práticas da leitura se estabelece um conflito, uma “tensão operatória” causada pela mútua implicação entre as estratégias reguladoras, por parte dos livros, e as táticas criativas, por parte do leitor.²³ Neste embate, o leitor, interpretando os signos legíveis, acata parte do conjunto das obrigações contidas no livro. O leitor também vaga pelas páginas de modo a subverter sua ordem, negando o que está impresso, desrespeitando os sinais gráficos, estabelecendo paralelos com autores que um dia leu, derrubando hipóteses e, por fim, se cansando de suas escaramuças com o escrito. Afinal, o leitor é um “corpo leitor que cansa ou fica sonolento, que boceja, experimenta dores, formigamentos, sofre de câibras”.²⁴

A leitura é sempre uma prática encarnada, em gestos, em espaços, em hábitos. Distante de uma fenomenologia que apaga qualquer modalidade concreta do ato de ler e o caracteriza por efeitos, postulados como universais (como também o trabalho de resposta ao texto que faz com que o assunto seja mais facilmente compreendido graças à mediação da interpretação), uma história das

²² CERTEAU. *A invenção do cotidiano*. p. 99-100.

²³ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. p.121.

²⁴ GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger. *Práticas de leitura*. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 109.

maneiras de ler deve indicar as disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores e as tradições de leituras.²⁵

Uma abordagem desta dimensão pede que se considerem os constrangimentos exteriores ao restrito binômio livro/leitor, articulando-se a esse binômio uma terceira variante, o tempo. Afastar das leituras as implicações que possui com seu tempo é o mesmo que “apagar qualquer modalidade concreta do ato de ler”, afastar-se do leitor de carne e osso, de vontades e necessidades. No encaixo deste leitor, um primeiro passo, no caso específico deste artigo, consiste em analisar a difusão do conhecimento da linguagem escrita das Minas setecentistas.

O DOMÍNIO DAS LETRAS

Antes de mais nada, é necessário observar que existem níveis diferenciados de conhecimento em relação à escrita. Para o século XVIII, especialmente para sua segunda metade, aquele que sabia assinar o próprio nome era considerado alfabetizado o que, contudo, não implicava em um efetivo domínio da linguagem escrita. Esse conhecimento limitado dificultava o acesso ao conhecimento que encontrava-se grafado, mas não o impedia de forma absoluta. Àqueles que não possuíam domínio sobre as letras se apresentavam formas alternativas de apreensão da “memória escrita”, como, por exemplo, a oralização do texto.²⁶ Obviamente, essas eram alternativas anódinas, que apenas remediavam a falta do domínio das letras, mas não eliminavam a distância que separava os que tinham o domínio das letras dos apartados das mesmas.²⁷ Os primeiros, mais facilmente podiam tomar contato com o saber escrito e tirar

²⁵ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary del Priore. Brasília: UnB, 1994. p.13.

²⁶ Conforme observou Bourdieu, seguindo a Certeau, a palavra leitura pode ser aplicada a toda forma de consumo cultural. Como exemplo, tem-se a apreciação das pinturas nos forros das igrejas coloniais, onde se encontravam representadas cenas da Bíblia ou histórias das vidas de santos, servindo de um imenso livro para o deleite dos olhos ignorantes da linguagem escrita. (BOURDIEU, Pierre, CHARTIER, Roger. A leitura uma prática cultural. In: CHARTIER. *Práticas de leitura*. p.231 e CERTEAU. *A Invenção do cotidiano*. p.262.

²⁷ LE GOFF. *Memória e história*. p.433.

vantagens desse conhecimento, enquanto que os outros dependiam de subterfúgios.²⁸

Não existem estudos quantitativos que apresentem um índice de difusão das letras para toda a Minas Gerais setecentistas. No entanto, alguns trabalhos voltados para determinadas localidades das Minas oferecem alguns dados pontuais. Para Vila Rica e Mariana, tem-se, entre outros, os apontamentos de Luiz Carlos Villalta, Renato Pinto Venâncio e Marco Antônio da Silveira.

Em um artigo ainda inédito, Renato Pinto Venâncio empreendeu uma análise dos níveis de alfabetização, “tendo em vista a relação deste fenômeno com os movimentos migratórios”. Para tanto, tomou como recorte espacial a cidade de Mariana, no século XVIII, e como fontes os livros de ingressos de algumas irmandades leigas e o livro paroquial de Casamento da Catedral Sé. Partindo dos livros de ingresso, o autor estabeleceu índices de assinaturas para as irmandades pesquisadas. As confrarias do Santíssimo Sacramento de Catas Altas e Barão de Cocais, freguesias de Mariana, apresentaram um índice altíssimo de subscrições, cerca de 80,5%. Diga-se de passagem, tratavam-se de confrarias formadas por homens brancos de boa condição social.²⁹

Para o período que vai de fins dos setecentos às primeiras décadas do oitocentos, Luiz Carlos Villalta pesquisou cento e sessenta e três inventários de Mariana e contabilizou o número de inventariantes que assinaram seus respectivos nomes, apurando um

²⁸ Segundo Villalta, “a leitura oral, pública e privada, proliferou na medida em que reinava o analfabetismo. A oralidade e a publicidade da leitura, embora comuns entre os letrados representavam sobretudo uma alternativa para os analfabetos”. Sobre o domínio que os analfabetos possuíam de uma cultura escrita, István Jancsó faz menção a um caso curioso de um alfaiate pardo, de nome Manuel Faustino que, apesar de analfabeto, sabia de cor um poema de Francisco Agostinho Gomes, difundido em manuscritos para propagandear ideais incendiários da Conjunção Baiana. (VILLALTA. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. p.374. e JANCÓS, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das letras, 1997. v. 1. p.416.)

²⁹ VENÂNCIO, Renato Pinto. “Migração e Alfabetização em Mariana Colonial. In. CASTILHO, Ataliba T.(org.). *O Português no Brasil*. 2 vol. São Paulo: Humanitas. (no prelo)

índice de assinaturas da ordem de 63,2%.³⁰ Um número alto de assinaturas que se aproxima ao apresentado por Marco Antonio Silveira na investigação das devassas de Vila Rica e freguesias.

Nas devassas feitas em Vila Rica, entre 1750 e 1769, Marco Antonio Silveira constatou que a porcentagem de pessoas que assinaram os testemunhos foi de 86,4% das duzentos e seis testemunhas residentes em Vila Rica, e 64,5% das cento e vinte uma testemunhas que moravam nas freguesias.³¹ Frente aos altos percentuais de assinaturas, Silveira conjecturou: “o acesso ao aprendizado das letras parece ter sido amplo”.³²

Tal sugestão merece um comentário quanto às condições sociais dos depoentes, que, de certa forma, foi observado pelos demais autores. Como o próprio Silveira revelou, os depoentes eram, em sua maioria, homens livres e brancos que, muito provavelmente, tinham condições de se dedicarem ao aprendizado da escrita e da leitura.³³ Seguramente, os percentuais indicariam uma menor difusão do conhecimento das letras se os depoentes não fossem pessoas de razoável condição social. Se os escravos, que compunham a maior parcela da população, servissem de testemunhas, o que era muito pouco usual, a porcentagem de assinaturas, seguramente, seria inferior à encontrada por Silveira.³⁴ Mesmo porque os índices de assinaturas no Brasil, considerado o enorme contingente dos negros escravos e forros, não eram superiores ao percentual de 40% encontrado na região do Porto, em Portugal, entre os anos de 1750 e 1820.³⁵

³⁰ VILLALTA. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. p.356.

³¹ SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto*. São Paulo: Hucitec, 1997. p.87.

³² SILVEIRA. *O universo do indistinto*. p.96.

³³ SILVEIRA. *O universo do indistinto*. p.88.

³⁴ Ressalta Bourdieu, que o aprendizado da leitura depende de “condições sociais de possibilidade das situações em que se lê (e imediatamente se percebe que um dessas condições é a *scholè*, a forma escolar do ócio, ou seja, o tempo de ler o tempo de aprender a ler)[...]”. (BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.135.)

³⁵ SILVA, Francisco Ribeiro da. “Alfabetização no Antigo Regime. O caso do Porto e sua região (1580-1650)”. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto, 1986, n.3, p.141-158. e BARATA, Maria da Guia de de Carvalho Pereira do Rio Vicente. *A caminho*

Apesar das semelhanças quanto aos percentuais, os historiadores diferenciam-se ao conferir importâncias distintas às subscrições que quantificaram em suas pesquisas. Villalta, com prudência, não inferiu da capacidade de assinar o nome a certeza da capacidade de ler por parte do assinante, uma vez que ler e escrever eram atividades que podiam estar dissociadas uma da outra. Algumas pessoas poderiam saber ler e não dominar a prática da escrita, ou, ao contrário, saber escrever e desconhecer a leitura.³⁶ Ao mesmo tempo, há de se considerar que a capacidade de assinar o nome poderia ser o nível máximo de instrução de um indivíduo no campo das letras. Renato Pinto Venâncio observou tais nuances, distinguindo aqueles que assinaram daqueles que “desenharam” o próprio nome. Silveira, por sua vez, identificou nas assinaturas a capacidade de ler e escrever, pois, “nos próprios processos, o escrivão advertia que o depoente deixava de assinar ou assinava com uma cruz ‘por não saber ler e escrever’”.³⁷

Embora a assinatura fosse considerada, no século XVIII, como prova de alfabetização, os altos índices de subscrições não representavam uma ampla difusão do ensino e, muito menos, do conhecimento da escrita e da leitura. Existe uma larga distância entre manejar um punhado de letras e conferir sentido aos impressos e manuscritos. Como exemplo disso, tem-se a declaração do carpinteiro e pardo Caetano Pinto Motta, que testemunhou em uma ação judicial para apurar a autoria de uns pasquins afixados em Calambau, distrito de Mariana, contra o Sargento-mor Manoel Caetano Lopes de Oliveira. Quando perguntado se reconhecia a letra da pessoa suspeita de ser a autora dos pasquins, o carpinteiro Caetano P. Motta respondeu que não, “por saber ler, e escrever muito

da homogeneização dos níveis de alfabetização e da criação de um mito. Apud. VILLALTA. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. p.356.

³⁶ Baseando-se no trabalho de François Furet e Jacques Ozouf, intitulado *lire et écrire. L'alphabétisation des Français de Calvin...*, Certeau observou que as capacidades de ler e escrever “estiveram por muito tempo separadas no passado, até durante bom trecho do século XIX”, quando teriam sido unidas pela escola. (CERTEAU. *A invenção do cotidiano*. p.263)

³⁷ SILVEIRA. *O universo do indistinto*. p.95.

mal”. Sofriavelmente, Caetano Motta “desenhou” seu nome nos autos, dando claras mostras de seu precário domínio das letras.³⁸

O registro do processo instaurado para a averiguação da autoria dos três pasquins que foram distribuídos em pontos estratégicos de Calambau, permite avançar um pouco mais quanto à difusão do conhecimento da escrita e da leitura em Minas.³⁹ Nessa ação judicial, os depoentes não se limitavam a assinar o próprio nome, mas também declaravam se leram ou não os pasquins, descreviam seu conteúdo e comparavam um exemplar desses a outros escritos do suposto autor. Trata-se, portanto, de um documento precioso, na medida em que permite constatar graus distintos de afinidade para com as letras.

Trinta pessoas testemunharam no caso dos pasquins, sendo que, dessas, quatorze eram homens brancos, onze pardos, três crioulos e um preto, e dois não tiveram a cor determinada. Deste conjunto, observou-se que a totalidade dos brancos assinaram os nomes, o que também se deu entre aqueles que não tiveram a cor especificada. Quanto aos demais, assinaram os nomes 81,8% dos pardos e 25% entre crioulos e preto. No geral, 86,6% dos depoentes subscreveram o nome, o que é uma quantia alta, mas que não significa um “amplo” acesso ao aprendizado. Ressalte-se que a maioria dos depoentes que assinaram os nomes era de pessoas brancas, enquanto que, entre crioulos e preto, apenas um deixou seu autógrafa. Tal diferença sugere uma certa distribuição desigual do conhecimento das letras, mas que não chegava a representar um domínio exclusivo da elite branca, já que considerável foi o número de pardos que assinaram o nome, apesar de alguns, como Caetano P. Motta, não mostrarem tanta destreza ao fazê-lo.⁴⁰

³⁸ ACSM. 2^o Ofício. Códice 224, Auto 5565. Ano 1798.

³⁹ ACSM. 2^o Ofício. Códice 224, Auto 5565. Ano 1798.

⁴⁰ Corroborando com essa idéia, tem-se o caso, ainda que extremado, do escravo de nome Cosme Teixeira Pinto. Conforme Eduardo França Paiva, o escravo tentava pagar sua coação com seu trabalho de ““escrever nos cartórios (...) para o que tem inteligência””. O escravo, portanto, tinha ciência da escrita e ainda trabalhava em um cargo que, normalmente, era ocupado por um branco. (PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: ANNABLUME, 1995. p.84-85.)

Ao contrário de Caetano P. Motta, alguns depoentes possuíam mais intimidade com as letras do que a simples capacidade de subscrever o próprio nome. O carpinteiro José Silva Ribeiro, pardo de seus vinte e dois anos, reconheceu o “talho” do pasquim como de Raimundo Penafort, suspeito da autoria das sátiras.⁴¹ Um músico pardo de Calambau de nome Luiz José da Costa, reconheceu Penafort como culpado, “mesmo querendo mudar a letra”. Luiz dos Santos, homem branco que vivia em Calambau e ganhava a vida no ofício latoeiro, confirmou não só ter visto o pasquim, como também o ter lido. O carpinteiro Manoel Lopes Francisco, que era branco, disse que o pasquim que havia visto na igreja de Nossa Senhora do Rosário continha o mesmo que o pasquim que lhe foi apresentado no processo judicial. O mesmo foi dito por Manoel Gonçalves Vieira, “homem branco que vive de sua roça”, que afirmou ter visto e lido as sátiras.⁴²

Manoel Vieira, Manoel Francisco, José Silva Ribeiro e outros demonstraram familiaridade com o “talho” do autor o qual, suspeitava-se, fosse o cacheiro viajante Raimundo Penafort. Alguns, no entanto, não confirmaram as suspeitas, alegando não se sentirem seguros quanto à semelhança da grafia do pasquim e os outros escritos de Penafort, ou por, simplesmente, desconhecarem a linguagem escrita. Este foi o caso de Francisco de Freitas Santos, pardo forro, que ignorava quem fizera as sátiras e que, “por não saber ler, nem escrever, não reconhecia as letras do pasquim”.⁴³ Já a crioula forra Vicência Alvarez e Souza confirmou, em seu testemunho, os termos usados nos panfleto que veio a público. Vicência confirmou não porque soubesse ler, mas sim porque “lerão a ela”, dando em seu depoimento claras mostras do importante papel desempenhado pela oralidade, bem como da sua relação com a linguagem escrita. Assim como Vicência, havia uma outra forra, de um total de quatro forros, que alegou não saber ler e não assinou seu nome. Os números

⁴¹ Curioso observar a opção de Silva Ribeiro por uma palavra própria do ofício de carpinteiro para designar o aspecto formal da escrita de Penafort. Escrever, para Silva Ribeiro, poderia se aproximar à esculpir.

⁴² ACSM. 2^o *Ofício*. Códice 224, Auto 5565. Ano 1798.

⁴³ ACSM. 2^o *Ofício*. Códice 224, Auto 5565. Ano 1798.

sugerem que a grande maioria dos ex-escravos encontrava-se apartada das letras.

Dos quatro forros que testemunharam, metade era composta por homens e a outra metade por mulheres. Estas, na condição de forras e mulheres, encontravam-se ainda mais afastadas do domínio das letras. Era de tal forma patente a exclusão das mulheres que, quando essas deixavam de assinar os nomes, se justificavam: “não assinou por ser mulher e não saber ler e escrever”, como se o desconhecimento da escrita fosse próprio da condição feminina.⁴⁴ Não era para menos, afinal, acreditava-se que afastar as mulheres dos livros era uma forma de assegurar a integridade e a virtude das mesmas. Dizia-se que “o melhor livro da esposa era ‘a almofada e o bastidor’”.⁴⁵ Entre as quatro mulheres que apresentaram seus testemunhos, apenas uma, Joana de Jesus, mulher branca e casada com Manoel da Silva Durão, assinou o próprio nome.

Obviamente que desse número reduzido de casos pouco se pode inferir. Entrementes, em seu trabalho com inventários preservados em Mariana, Luiz Carlos Villalta constatou que em um universo de setenta e cinco mulheres, menos da metade deixou seu autógrafo, isto é, cerca de 44%.⁴⁶ É possível que a maior parcela dessas mulheres que possuía alguma instrução nas artes da escrita, tivesse uma boa condição social e a oportunidade de se instruir com parentes ou em instituições voltadas para o ensino de mulheres, como a reclusão de Macaúbas e a de Pernambuco. Nesses locais, ensinava-se às mulheres a leitura, a escrita, as operações básicas da matemática, a tabuada, e, não haveria de faltar, costura e bordado.⁴⁷

Apesar de pouco poder se concluir dos trinta testemunhos dados ao processo criminal destinado a apurar a autoria dos pasquins que circularam em Calambau, o registro desses depoimentos

⁴⁴ SILVEIRA. *O universo do indistinto*. p.95.

⁴⁵ A leitura de livros nefandos, como a estória lésbica de *Diana*, foi um dos motivos que levaram à acusação de Felipa de Souza e Paula de Sirqueira, conforme foi delatado ao visitador Heitor Furtado, em finais do século XVI, no Brasil. (VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p.126.)

⁴⁶ VILLALTA. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. p.356.

⁴⁷ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e cotidiano no Brasil*. Lisboa: Estampa, 1993. p.24.

oferecem pequenos indícios que, cruzados com outros estudos, auxiliam a compor um quadro, ainda que obscuro, da distribuição do conhecimento das letras em meio à sociedade mineira. Eles sugerem um domínio das letras superior entre os homens do que entre as mulheres, bem como uma difusão desigual do conhecimento da escrita entre os segmentos sociais, o que, no entanto, não implicava num exclusivismo por parte de uma elite branca. Assim como o carpinteiro e o músico pardos que depuseram no caso dos pasquins, outros trabalhadores que exerciam ofícios manuais poderiam ter ciência da escrita, o que seria útil em suas atividades. Não havia, portanto, um monopólio no domínio das letras, porém esse era apanágio de menos da metade da população e, dentre eles, apenas uma minoria possuía livros e um efetivo domínio das letras, o que lhes conferia um certa distinção social intrinsecamente associada ao par saber/poder.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Marcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.
- ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Espelho de cem faces; o universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro*. Belo Horizonte: Departamento de História da UFMG, 1999. (Dissertação, Mestrado em História)
- ARAÚJO, Emanuel. *Teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- ARAÚJO, Jorge de Souza. Perfil do leitor colonial. *Artes e literatura: Revista de Cultura e Vozes*, Petrópolis, n.4, p.439-457, jul./ago. 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary del Priore. Brasília: UnB, 1994.
- CHARTIER, Roger. *Práticas de leitura*. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na livraria do Cônego; como era Gonzaga?; e outros temas mineiros*. 2 ed. São Paulo: Itatiaia: Universidade de São Paulo, 1981.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo. ANNABLUME, 1996.
- GROVER, Mark L. “The book and the conquest: jesuit libraries in Colonial Brazil”. *Libraries and Culture*, 28(3). Austin, 1993.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Brandão et al. 3.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.
- LESAGE. *História de Gil Braz de Santilhana*. Trad. Júlio César Machado. Lisboa: Casa editora de David Corazzi, 1885. v. 1.
- MACHADO, Alcântara José de. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins Fontes, 1972.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa: com a mais antiga documentação escrita conhecida de muitos dos vocábulos estudados*. [s/l.] Editorial Confluência, 1952.
- MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: o antigo regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. v.4.
- NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: ANNABLUME, 1995.
- RIZZINI Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: com um breve estudo geral sobre a informação: 1500-1822*. São Paulo: Imesp, 1988.
- ROCHE, Daniel. *Les republicans des lettres: gens de culture et lumières au XVIII^e siècle*. França: Fayard, 1988.

- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e cotidiano no Brasil*. Lisboa: Estampa, 1993.
- SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SOUZA, Laura de Mello. (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- VASCONCELOS, Diogo L. A. P. de. *História média de Minas Gerais*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- VILLALTA, Luiz Carlos. Os clérigos nas Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.8, n.1/2, p.19-52. jan./dez., 1995.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Latina*. São Paulo: Departamento de História da USP, 1999. (Tese, Doutorado em História)

ARTIGO*O Tribunal Episcopal e os Delitos Femininos em Minas Gerais Colonial*

Marilda Santana da Silva
Doutoranda em História - UNICAMP

I - INTRODUÇÃO

A criação do Bispado de Mariana em 1745, e a vinda do primeiro bispo em 1748, configuravam uma nova política da Igreja em Minas Gerais. As ações do bispado contavam com a atuação jurídica do Tribunal Eclesiástico, tornando-se diligente o caráter normatizador da Igreja em Minas Gerais.

O Tribunal Eclesiástico preocupou-se em exercer o controle da sociedade criando um espaço institucional para receber denúncias na sede do Bispado, sendo uma forma de controle oficial e diário da população. Esse Tribunal não se preocupou apenas com os delitos morais e religiosos dos clérigos; no seu Foro Misto,¹ julgava também as causas dos leigos. Ao julgar as suas causas, não cuidou somente dos desviantes da fé; preconizada pelo Concílio de Trento (1545-1563), a estratégia da Igreja tridentina incluía a defesa do catolicismo no plano moral, familiar e sexual.

Assim, a sociedade estava dividida, segundo a ótica católica, entre aqueles que seguiam o preceito religioso e aqueles que os

¹ O Tribunal Eclesiástico era dividido em dois foros: Contencioso e Gracioso. Todas as petições que versavam sobre a Justificação de Gêner e Dispensas Matrimoniais eram atribuídas ao Foro Gracioso do Tribunal, e eram julgadas pelo provisor do juiz dos casamentos; já as causas dos leigos e crimes dos padres eram julgadas pelo Foro Contencioso do Juízo Eclesiástico. Ver Padre Manuel Tavares. *Manual Eclesiástico; ou coleção de formas para qualquer pessoa eclesiástica ou secular poder regular-se nos negócios, que tivera tratar no Foro Gracioso ou livre, e Contencioso da Igreja*. Editor A..P. Ramos d'Almeida, 2^a Ed., São Luís, 1870.

transgrediam. Dentro deste propósito, as sentenças contidas nos livros do Juízo Eclesiástico do Tribunal episcopal mineiro nos despertaram para a possibilidade de estudarmos as atitudes das mulheres mineiras ante as transgressões sexuais, o que constitui, segundo Flandrin,² um dos grandes assuntos da História Social.

O tradicional desvelo da Igreja em acompanhar a espiritualidade dos colonos foi uma constante em Minas Gerais. Dos 2.491 registros contidos nos livros do Juízo Eclesiástico do Bispado de Mariana, 1.177 são referentes a delitos de leigos.³ Constatamos, nesse sentido, um número significativo de causas de leigos julgadas pelo Tribunal.

Nosso objetivo aqui é apresentar de forma bastante abreviada algumas das sentenças crimes de uma parcela da população feminina de Minas colonial, julgadas pelo Juízo Eclesiástico.⁴ Buscaremos, neste artigo, estabelecer a relação entre normas e padrões adotados pelos “homens da lei eclesiástica” e o modo de inserção das mulheres neste universo jurídico.

2 – PRÁTICAS CONDENÁVEIS

2.1 – O lenocínio (as *casas de alcouce*)

A prostituição era um dos comportamentos que mais contrariavam o modelo cristão oficialmente proposto, mas apesar disso era vista como um mal necessário, assumindo uma certa importância na sociedade ibérica, enquanto instituição preservadora

² Ver Jean-Louis Flandrin. *O Sexo e o Ocidente*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988, p.15.

³ Os livros manuscritos do Juízo Eclesiástico do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM), localizam-se topograficamente no Armário 6, 2ª prateleira, gaveta 25, e são os seguintes: Juízo Eclesiástico: 1748 – 1765; Juízo Eclesiástico: 1765 – 1784 e Tribunal Eclesiástico: 1784 – 1830.

⁴ Um quadro mais geral dos tipos de delitos femininos julgados pelo Juízo Eclesiástico está descrito em: Marilda Santana da Silva. *As Mulheres no Tribunal Eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1830)*. Campinas, Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 1998.

da honra das demais mulheres, uma vez que o sexo com as prostitutas era considerado lícito.⁵

A partir de meados do século XVI, proliferaram escritores que se dedicaram à tarefa de estabelecer regras de relacionamento entre os sexos. Uma grande parte dos moralistas e teólogos europeus dedicou-se a defender a instituição do casamento como a grande salvação para os deleites da carne. Este agia como disciplinador da sexualidade dos indivíduos, pois assim as relações sexuais entre marido e mulher eram canalizadas exclusivamente para a procriação. No casamento, o pudor e a vergonha eram atributos relegados às mulheres; já aos maridos, por serem naturalmente menos inibidos, era conferido o poder no leito conjugal. A submissão das esposas era sempre regra nesses manuais, que alertavam para os perigos da traição e do adultério e da conseqüente desonra para os maridos.⁶

No caso da colônia brasileira, era lícito relacionar prostitutas com escravas e negras/mulatas forras. Neste sentido, o ideal de mulher honrada não se aplicava a todas elas. Numa sociedade em que a escravidão permeava as relações sociais, direitos, privilégios e *status* se definiam fundamentalmente em função da condição legal dos indivíduos: livres e escravos. O aspecto racial se sobrepunha, muitas vezes, à condição legal, e as mulheres negras – escravas ou “livres” – poderiam ser vistas pelos brancos como socialmente desqualificadas e, portanto, sem virtude ou honra a serem preservadas. A elas se somavam as mulheres que não usufruíam de proteção masculina e as que vendiam seus corpos (as prostitutas), independentemente da raça e da condição legal. Com estas, os homens podiam se relacionar sem levar em conta as normas que regiam as relações entre os sexos.

⁵ Ver *Código Filipino*. Livro V, Tit. XXII: “em todo o tempo houve meretrizes; e posto que o seu ofício seja vergonhoso, e infames, a política muitas vezes as permite para servirem de salvaguarda às mulheres honestas, fundando-se no axioma, que de dois males se deve evitar o pior”.

⁶ Ângela Mendes de Almeida salienta que os manuais portugueses de casamento deixam clara a visão que se tinha da mulher, que eram vistas como um veículo de perdição da saúde e da alma de seus cônjuges. In: “Casamento, sexualidade e pecados: os manuais portugueses de casamento do século XVI e XVII”. *Revista do Departamento de História*, 9 (17). pp. 191-207.

Uma vez que as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* determinavam que os “incontinentes e fornicários vagos” fossem simplesmente admoestados, a prostituição não constava nos “delitos da carne”⁷ a serem denunciados ao Tribunal Eclesiástico; portanto, a prostituição não era considerada crime pela legislação eclesiástica.

Contudo, as mulheres que praticassem a “alcovitaria” ou lenocínio, tendo “*casas de alcouce*”, seriam penalizadas pelas duas legislações (eclesiástica e civil). As mulheres que tinham “*casas de alcouce*” eram responsabilizadas por serem proprietárias de locais onde ocorriam encontros amorosos com fins comerciais; isto as incriminava, pois estavam cometendo o delito do lenocínio. A legislação preocupava-se com as pessoas que incitavam donzelas ao meretrício para proporcionarem lucros a terceiros, e esclarecia que deveria haver provas não apenas de que houve o ato sexual, mas de que realmente a pessoa acusada de alcoviteira solicitou a sua parte em dinheiro.

Em Minas, algumas mulheres foram denunciadas como alcoviteiras ao Juízo Eclesiástico; em alguns casos a acusação recaía sobre mulheres casadas que se uniam aos maridos para oferecer “*casas de alcouce*”.

Em 17 de julho de 1749, o vigário geral Geraldo José de Abranches condenou Lúcia Maria da Conceição, mulher solteira, a degredo para fora do Bispado de Mariana e a pena pecuniária de quatro oitavas de ouro. Lúcia Maria fora denunciada por cometer o crime de “*lenocínio e alcouce*”, sendo admoestada por uma devassa eclesiástica, condenada posteriormente pelo vigário de vara em dezesseis oitavas de ouro, e julgada em última instância pelo Juízo Eclesiástico,⁸ que a degredou, decretando que a pena pecuniária de

⁷ A legislação eclesiástica das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* destaca nove pecados relacionados à sexualidade, os chamados “delitos da carne”; são os seguintes: o concubinato, o incesto, a molície, o lenocínio, a bestialidade, a sodomia, o adultério, o rapto e o estupro. A prática destes delitos era, portanto, considerada ilícita perante as autoridades do Tribunal Eclesiástico.

⁸ As sentenças proferidas nas visitas eclesiásticas (devassas) e pelo vigário de vara podiam ter apelações ou advertências às instâncias superiores. Na organização da justiça eclesiástica de cada bispado do período colonial, o Juízo Eclesiástico agia como a instância superior. Assim, os acusados em visita eclesiástica ou pelos

quatro oitavas de ouro fosse repartida entre as três instâncias eclesiásticas que a condenaram.⁹

O mesmo destino teve Rosa Batista Lopes, preta forra, moradora no arraial dos Raposos. A mulher recebia na sua casa escravos fugidos da residência dos seus senhores, que provocavam “*alaridos e escândalo público*” e “*ofendiam as leis divinas e humanas*”. Rosa Batista confessou à justiça eclesiástica que abria a sua casa para encontros amorosos e foi condenada, em dezenove de agosto de mil setecentos e cinquenta e um, a multa de dez cruzados e a dois anos de degredo para fora do Bispado.¹⁰

Já Joana Gracia de Almeida teve um destino mais alentador, pois foi presa na cadeia da Vila de Pitangui, que servia de aljube, por ser “*consentidora que a sua filha fizesse vida com seu marido, e ainda, admitia homens em sua casa do que resultava público escândalo*”. No entanto, ao recorrer ao Tribunal Eclesiástico, foi absolvida “*das referidas penas*”, ordenando-se que fosse solta.¹¹ A mesma sorte tiveram José Ribeiro Teixeira, Ana Maria de Jesus, José Nunes, Ana Feliciano e Joana, pai, mãe e filhos. Todos foram acusados em uma visita eclesiástica promovida pelo cônego Francisco Ribeiro da Silva. Os pais foram acusados de alcoviteiros e as filhas de amancebamento; recorreram ao Juízo Eclesiástico e

vigários de vara presentes nas comarcas eclesiásticas podiam recorrer da sentença ao Juízo Eclesiástico, ou ser condenados em última instância pelo Tribunal; quando fossem repreendidos na visitação e persistiam no delito, sendo repreendidos novamente pela Vigário de Vara, e finalmente condenados pelo Juízo Eclesiástico. Este foi o caso de Lúcia Maria da Conceição, que foi admoestada numa devassa eclesiástica, condenada posteriormente pelo Vigário de Vara, sendo novamente julgada e condenada pelo Juízo Eclesiástico.

⁹ AEAM. “*Registro de uma Sentença de Livramento Crime de Lúcia Maria da Conceição*”. Juízo Eclesiástico. (1748 – 1764). p. 17.

¹⁰ AEAM. “*Registro de uma Sentença de Livramento Crime de Rosa Batista Lopes*”. Juízo Eclesiástico (1748 – 1764). p. 62.

¹¹ AEAM. “*Registro de uma Sentença de Absolvição Crime*”. Juízo Eclesiástico (1748–1765), p. 25.

receberam uma Carta de Seguro Negativo¹² para provarem a inocência em liberdade.¹³

As situações narradas nos sugere que a concessão de domicílios para a prática da prostituição servia, na maioria das vezes, como uma atividade que contribuía para a sobrevivência de mulheres e homens pobres da sociedade mineira. No entanto, a incidência de mulheres nesta ocupação, assumindo a posição de chefes de “*casas de alcouce*”, deve-se não só ao fato de serem muitas vezes prostitutas, mas também porque isto servia como uma alternativa de sobrevivência numa sociedade em que um grande número de domicílios era chefiado por mulheres.¹⁴ Muitas delas não podiam contar com o apoio financeiro dos maridos para sustentar a casa e os filhos, assim desafiavam as leis civis e eclesiásticas, praticando o lenocínio e a alcovitagem ao oferecerem suas casas para a prostituição.

Nosso próximo item será dedicado a outras práticas de mulheres mineiras, que não só ofereciam as suas casas para o exercício da prostituição, como também promoviam danças, batuques e feitiços, causando “escândalos” nas suas vilas e arraiais.

2.2 – O Recurso à Magia: as feiticeiras

A feitiçaria foi uma prática difundida entre a população do continente europeu. Sua origem está ligada às operações mágicas vinculadas aos desejos e paixões amorosas, além de efetuar elucubrações mágicas, agir como intermediária de casos amorosos. Suas atividades contavam com a confecção de venenos e perfumes, utilizando-se de ervas para atingir o fim desejado. Procurava-se,

¹² Trata-se de uma espécie de *habeas corpus*. “O réu que já se encontrava preso acusado de um crime que ainda não tinha sido comprovado, ficava livre tendo o prazo de um ano para provar sua inocência”. Cf. *Código de Direito Canônico*. Edições Loyola, 1987.

¹³ AEAM. “*Registro de uma Carta de Seguro Negativa*”. Juízo Eclesiástico (1765–1784). p. 40 e 40v.

¹⁴ Sobre os domicílios que eram chefiados por mulheres solteiras, ver Ida Lewkowicz. *Vida em Família: Caminhos da Igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*, São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1992.

também, por meio da feitiçaria, a obtenção de cura de doenças e malefícios.¹⁵

Segundo Carlos Ginzburg, a prática da feitiçaria na Europa, em alguns casos, era associada ao pacto com o demônio, com a reunião do sabá. Feiticeiros e bruxas reuniam-se, geralmente em lugares solitários, no campo ou na montanha, renunciavam à fé cristã, profanavam os sacramentos e rendiam homenagens ao diabo, “presente sob a forma humana ou (mais freqüentemente) como ‘animal ou semi-animal’”. Seguiam-se banquetes, danças e orgias sexuais”. Esse são, para Ginzburg, alguns dos elementos que se repetiam na maioria das descrições do sabá.¹⁶

No Brasil, as pessoas acusadas de praticarem a feitiçaria, juntamente com os sodomitas, bígamos e cristãos novos, eram denunciadas ao Santo Ofício e enviadas para julgamento aos Tribunais Inquisitoriais em Portugal. No entanto, segundo Mott, não são muitos os casos de brasileiros presos e enviados aos Tribunais portugueses. Contudo, muitos foram julgados nos bispados mediante as ações das Devassas Eclesiásticas e do Juízo Eclesiástico.¹⁷

A prática da feitiçaria em Minas Gerais, como em outras regiões do Brasil no período colonial, além de ter finalidades amorosas e sexuais, envolvia o recurso da cura de doenças através de benzeduras e de utilização de ervas medicinais. De acordo com Laura de Mello e Souza, o calundu se generalizou em Minas mais do que em qualquer outra capitania da Colônia no século XVIII. Como o sincretismo religioso afro-brasileiro, a perseguição religiosa e o escravismo andavam juntos em terras coloniais, daí seu destaque em Minas Gerais, onde a ação do Estado foi rigorosa devido às riquezas minerais. No entanto, para Souza, algumas referências ao calundu da região são vagas e imprecisas, como deveria ser, muitas vezes, o próprio rito.¹⁸

¹⁵ Cf. Carlos Roberto Figueiredo Nogueira. *Bruxaria e História. As práticas mágicas no ocidente cristão*. São Paulo: Ed. Ática, 1991, pp. 27–36.

¹⁶ Cf. Carlos Ginzburg. *História Noturna. Decifrando o Sabá*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991, p. 9.

¹⁷ Luis Mott. “O Calundu-Angola de Luzia Pinta: Sabará”. *Revista do IAC*, nºs 1 e 2, v.2, Ouro Preto, 1994, p.74.

¹⁸ Ver Laura de Melo e Souza. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 115.

Encontramos onze documentos que retratam o recurso à magia nos livros do Juízo Eclesiástico do Bispado de Mariana. Destes, a maioria faz referência às práticas do calundu e da feitiçaria. As mulheres foram as que mais recorreram a estes recursos, pois dos onze registros, oito são de mulheres e três de homens. Com relação à condição civil das mulheres, seis são solteiras, uma é casada, e em quatro documentos não há informações. Já a respeito da condição jurídica, oito são forras, e em três não há informações; quanto à cor, cinco são negras, três pardas, e novamente três sem informações.

REGISTROS DE SENTENÇAS DE FEITIÇARIA – 11				
Estado civil	Mulheres – 8 registros		Homens - 3 registros	
	N^o	%	N^o	%
Casados	1	9,09	1	9,09
Solteiros	6	54,55	3	27,27
Sem Informação	4	36,36	7	63,64
Cond. Jurídica	N^o	%	N^o	%
Forros	8	72,73	4	36,36
Escravos	0	0	0	0
Livres	0	0	0	0
Sem Informação	3	27,27	7	63,64
Etnia	N^o	%	N^o	%
Negros	5	45,46	3	27,27
Pardos	3	27,27	1	9,09
Branços	0	0	0	0

Sem Informação	3	27,27	7	63,64
----------------	---	-------	---	-------

A legislação eclesiástica condenava à pena de excomunhão maior os que usassem de arte mágica, como as feitiçarias, superstições, fortes e agrouros. Se a pessoa fosse plebéia, receberia a “pena vil”, fazendo uma penitência pública num domingo ou dia santo na porta da Sé (catedral), com uma carouça na cabeça e uma vela na mão. Seria degredado para as galés, “conforme a qualidade da culpa e circunstâncias que concorrerem”.¹⁹

No caso de ser nobre, não receberia a “pena vil”; se cometesse o delito pela primeira vez pagaria cinquenta cruzados, na segunda pagaria cem cruzados, e na terceira, duzentos cruzados e seria degredado para a África. Já as pessoas que fizessem pacto com o demônio e usassem de feitiçarias receberiam penas mais rigorosas, incluindo a excomunhão maior para os leigos nobres, sendo degredados, na primeira vez que cometessem os delitos, por dois anos para fora do bispado. Os plebeus, além da penitência pública, pagariam a pena pecuniária de dois mil réis, e em não podendo pagar, receberiam a “pena corporal”, e se reincidissem na culpa, seriam degredados para São Tomé ou Benguela.²⁰

Contudo, as sentenças contidas nos livros do Juízo Eclesiástico nos mostram que as condenações em Minas não foram muito rigorosas. Apesar de em alguns casos os réus receberem duras penas, como o degredo e a penitência pública, na sua grande maioria foram absolvidos pelo Tribunal Eclesiástico. Antônio da Rosa de Oliveira, morador na fazenda do Curral, freguesia da Borda do Campo, foi acusado pelo vigário de Vara no Rio das Mortes por “*ser consentidor de feitiçarias, e outros muitos crimes*”. Recorreu da sentença ao Juízo Eclesiástico e conseguiu uma Carta de Seguro Negativa por tempo de um ano para provar sua inocência.²¹ Neste

¹⁹ *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Livro V, Título III: “Das feitiçarias, superstições, fortes, e agrouros”. Título IV. “Que nenhuma pessoa possa ter pacto com o demônio, nem use de feitiçarias: e das penas em que incorrem os que o fizerem”. pp. 337 – 339.

²⁰ Idem.

²¹ AEAM. “*Registro de uma Carta de Seguro Negativa*”. Juízo Eclesiástico (1748–1754). pp. 85 e 85v.

caso, o Tribunal não retificou a condenação dada anteriormente, permitindo que o réu preparasse sua defesa em liberdade.

O Juízo Eclesiástico também absolveu uma mulher preta forra em 30 de junho de 1760, que era “*infamada de feiticeira diabólica na arte de ter malificado algumas pessoas e causado morte a outras*”. A ré disse que o estigma de feiticeira resultava de intrigas de pessoas inimigas, mais especificamente de Simão Peixoto e José Gonçalves, “*que espalharam a fama de ser feiticeira*”. A justiça considerou a ré vítima de intrigas de seus inimigos e a absolveu, ordenando que fosse solta da prisão e que pagasse apenas as custas dos autos.²²

Quando a prática de adivinhações e feitiçaria associava-se ao pacto com o diabo, o Juízo Eclesiástico agia com rigor; este foi o caso de Maria Cardoso e seu marido Hyvo Lopes (pretos forros), que foram degredados, em dezembro de 1750. O casal foi acusado de feiticeiros e adivinhadores, “*vivendo de ter sempre em sua casa muitos enfermos a título de enfeitiçá-los e curá-los por meio supersticiosos*”. Segundo a testemunha Francisco Machado, os réus “*curaram um negro dizendo-lhe que tinha coisa má*”. O licenciado João de Almeida levou outros negros para o casal curar dos feitiços que estavam sofrendo. Mas, por temer que houvesse pacto com o demônio nas curas, chamou Felipa Vieira, parda forra, para servir de testemunha do ritual. A mulher testemunhou que o casal queria adivinhar se os enfermos tinham feitiços tomando “*pena de galinha branca e depois a metiam em uma cabacinha de tamanho de um ovo, e logo faziam no chão uns riscos ou em cruz com uma tinta ou terra vermelha e lançavam a cabacinha no chão, conduzindo as penas para os riscos das cruces*”. Após fazer essas “*ridículas cerimônias*” procuravam saber se havia feitiços.

Outras testemunhas mulheres, como Theodósia de Souza e Ana preta, comprovaram a prática utilizada pelo casal para curar feitiços. Ana acrescentou no seu depoimento, que as cruces vermelha e branca eram representações do céu e do inferno, respectivamente. Já Theodósia da Silva confessou que os réus “*tiravam calundus nos*

²² AEAM. “*Registro de uma Sentença de Livramento Crime*”. Juízo Eclesiástico (1748–1765). p. 106.

pretos, quebrando-lhes dois ovos, um na testa e o outro na coroa da cabeça”. A justiça presumiu “*que tudo era supersticioso, ou pode implicitamente incluir pacto diabólico, principalmente sendo comprovado pelas testemunhas e pela confissão dos próprios réus que disseram que não só com os tais ovos costumavam tirar os ditos calundus, mas também faziam na sua casa danças e diabruras com os pretos de sua nação, cantando e dançando, para advinhar o que sucedia nas suas terras*”.²³

O vigário geral Geraldo José de Abranches, apesar de considerar os testemunhos das três mulheres “*não dignos de total qualidade e crédito*”, declarou que o casal utilizou-se de superstições para curar os malefícios dos negros, já que o fato foi comprovado após as confissões destes ao Tribunal. A dúvida sobre a credibilidade do testemunho das mulheres reflete o caráter discriminatório do vigário geral. Este reforçou no julgamento do réus os valores misóginos da Igreja colonial. Como os réus já estavam presos, e declararam que eram devotos de Nossa Senhora, o vigário geral os condenou “*somente em dois mil réis aplicados na forma da Constituição*”, livrando-os da pena de excomunhão maior. Contudo, os degredou, por um ano, para fora do bispado e ordenou que antes do degredo fizessem penitência pública na porta da Sé em um Domingo ou dia santo com uma vela na mão.²⁴

Mencionamos, anteriormente, que as mulheres foram as que mais recorreram à prática da magia e da feitiçaria em Minas colonial; na maioria dos casos os feitiços tinham finalidades amorosas ou sexuais. Anna de Souza Bodavalha, preta forra, foi acusada de ser feiticeira numa visitação episcopal, na freguesia de Santo Antônio do Rio Acima. Segundo as testemunhas da acusação, a ré “*enterrou feitiços e ingredientes debaixo de uma panela a fim de ter boa fortuna e ser desejada pelo seu amásio*”. O escravo do senhor Domingos Alves lhe dera os ingredientes para o feitiço. Por sua vez, Ana de Souza acrescentou quinze oitavas de ouro na panela com os

²³ AEAM. “Registro de uma Sentença de Livramento crime de Condenação de Degredo passada a favor de Hyvo e sua mulher Maria Cardoso”. Juízo Eclesiástico (1748–1764). pp 37v e 38.

²⁴ Idem, p.38.

feitiços, a fim de aumentar a sua renda.²⁵ A ré livrou-se da culpa no Juízo Eclesiástico, em dezesseis de setembro de 1751, mediante o pedido de uma carta de Seguro Negativa, com a qual conseguiu se defender da acusação. Não encontramos na sentença mais detalhes sobre a retórica utilizada pela ré na defesa perante o Tribunal Eclesiástico.

Já Maria Gonçalves Vieira, moradora na Casa Branca, foi presa na cadeia de Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar sob a acusação de que queria curar a filha de Joana Maria de Vasconcelos dos “*defeitos que padecia por estar deflorada*”. Maria Gonçalves foi acusada de ter pacto com o demônio, pois dançava à noite “*junto as cruces*” a fim de restaurar a virgindade de Joana e para lhe arrumar um marido. A ré se defendeu no Juízo Eclesiástico alegando que foi vítima de pessoas invejosas, e que jamais fez pacto com o demônio e nem dançou junto às cruces, pois era temente a Deus. O vigário geral José dos Santos considerou procedente a defesa da mulher e a absolveu. Mandou que fosse solta da cadeia, e que pagasse apenas as custas do seu livramento.²⁶

Apesar de as mulheres aparecerem como protagonistas nos casos de feitiçaria na região, há casos de homens que curavam enfermidades. Esta foi a culpa de Domingues da Silva, Preto forro, que foi preso na cadeia de Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar, pois “*devendo o réu como católico viver muito temente a Deus Nosso Senhor, e ajustado a seus divinos preceitos, tinha feito muito pelo contrário*”. O réu usava “*de curas supersticiosas para curar feitiços com danças e calundus para adivinhar as enfermidades que pretendia curar. Com remédios e com banhos de ervas naturais curava as enfermidades*”. O réu se defendeu das acusações alegando que foi vítima de calúnias e “*por ter sido cativo de um cirurgião curava várias enfermidades com remédios naturais*”. Como as testemunhas afirmavam que apenas ouviram falar que o réu curava os feitiços por meio de remédios, mas nada declararam sobre o recurso a danças e calundus para adivinhar a cura das enfermidades,

²⁵ AEAM. “*Registro de uma Sentença de Livramento Crime*”. Juízo Eclesiástico (1748–1765). pp. 53v e 54.

²⁶ AEAM. “*Registro de Uma Sentença de Livramento Crime*”. Juízo Eclesiástico (1748–1765). p. 48.

o vigário geral absolveu o réu, em doze de agosto de 1754, e ordenou que pagasse as custas de seu livramento. O vigário geral absolveu o réu, alegando que alguns médicos e cirurgiões costumavam, algumas vezes, recorrer aos remédios naturais da medicina para curar as moléstias que se mostravam rebeldes.

Por sua vez, Matias Vieira foi condenado com degredo para fora da comarca de Serro Frio pelo vigário de vara da Vila do Príncipe, sob a acusações de ter de pacto com o demônio e de fazer adivinhações e curas com ervas medicinais. Apelou da sentença ao Juízo Eclesiástico, e disse que era católico e temente a Deus. O vigário geral Ignácio Correa de Sá alegou que tais práticas com ervas e raízes medicinais não mostravam que o réu fizesse pacto com o demônio, pois eram estas aprovadas pelos próprios médicos, tendo o réu inclusive “*licença pelo bispo para curar enfermidades*”. Como as testemunhas da culpa eram mulheres, “*supostamente quiserem macular a sua inocência*”, afirmando que “*promovia adivinhações*”. “*Por ser os ditos de mulheres, e como são frágeis, conforme a opinião de doutores; são inibidas por Direito, principalmente em causas crimes*”. Utilizando-se desta retórica, apregoada por teólogos e pelas *Constituições*, o vigário geral desconsiderou os testemunhos das mulheres e absolveu o réu, que recebeu um alvará de soltura.²⁷

Podemos perceber, na sentença descrita acima, que o Juízo Eclesiástico endossa a visão de que as mulheres foram corruptoras da moral e até maléficas ao acusar o réu (Matias Vieira) de uma prática que para o Tribunal não significou ser demoníaca. Contudo observamos ao analisar as sentenças de feitiçaria, como esta não era uma prática exclusivamente feminina, que a justiça eclesiástica não agiu de forma distinta ao julgar homens e mulheres - ou seja, não julgou o delito de acordo com o gênero; averiguava os fatos, recebia as custas dos autos, e posteriormente soltava as vítimas, julgando com uma certa tolerância as feiticeiras e feitiçeiros das Minas Gerais setecentistas.

Desse modo, pairam dúvidas com relação à prática dos juizes ao julgar os calunzadores e feitiçeiros em Minas, pois dos onze registros contidos nos livros do Juízo Eclesiástico, apenas um nos

²⁷ AEAM. “*Sentença de Livramento Crime*”. Juízo Eclesiástico (1748–1765). pp. 128 e 128v.

mostra o rigor do Juízo Eclesiástico, ao degredar o casal Hyvo Lopes e sua mulher Maria Cardoso.

Para Maria do Carmo Pires, a prática dos juizes revelava a aceitação e crença nos poderes mágicos por meio de sentenças dúbias: condenações não muito rigorosas que tentavam conciliar as diretrizes da Igreja com as práticas populares.²⁸ Observou, ainda, que após a década de 1770 não se encontram mais casos de feitiçaria sentenciados pelo Tribunal Eclesiástico, concordando com Laura de Mello e Souza ao considerar que em Minas, como na Europa a partir de 1760, as autoridades eclesiásticas passaram a reconhecer o fosso que separava a religião das elites e das camadas populares, pois a partir deste período passou a haver uma certa tolerância à feitiçaria.

Concordamos aqui com a proposição defendida por Pires ao retratar a ambigüidade vivenciada pela justiça mineira ao julgar feiticeiros e curandeiros. Contudo, acreditamos que a falta de casos sentenciados de feitiçaria após a década de setenta, acompanha, no geral, as outras causas crimes dos leigos julgadas pelo Tribunal, como por exemplo aquelas referentes aos “delitos da carne” - que no último livro do Juízo Eclesiástico (1784–1830) vão desaparecendo - mostrando-nos que o Foro Misto do Juízo Eclesiástico estava em vias de extinção, sendo efetivamente extinto em 1830. Assim, parece-nos que a justiça eclesiástica mineira a partir da década de setenta, deixou de coibir não apenas os feiticeiros, como também os adúlteros, concubinos, incestuosos e alcoviteiros.

3 – CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, procuramos retratar a atuação do Tribunal Eclesiástico mineiro colonial ao julgar os delitos femininos do lenocínio e da feitiçaria. Constatamos que a atuação desse Tribunal foi marcada pela contradição; ao mesmo tempo que tenta julgar suas causas seguindo as legislações ordenadas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, no momento de

²⁸ Maria do Carmo Pires. *Juízes e Infratores: O Tribunal Eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800)*. Dissertação de Mestrado. Franca, Departamento de História (UNESP), 1997. p. 140.

levar a cabo a sua função repressiva e disciplinadora, possuía uma certa tolerância em relação a essas mulheres, no sentido de perdoar seus pecados e delitos, redimindo-as no seio da Igreja.

Uma parte da historiografia tem demonstrado que as relações consensuais, a prostituição nas *casas de alcove* e até mesmo o recurso à feitiçaria foram práticas corriqueiras entre as camadas intermediárias e populares da sociedade mineira colonial. Contudo, não encontramos muitos delitos deste teor julgados pelo Juízo Eclesiástico.

A título de conclusão podemos levantar algumas hipóteses. A primeira é a de que os infratores provavelmente só foram admoestados pelas devassas eclesiásticas ou pelos vigários de vara, não se constituindo, assim, um número expressivo desses processos. Nossa segunda hipótese é que teriam sido julgados pelo Tribunal os casos de maior escândalo, uma vez que a legislação eclesiástica preocupava-se mais com a repercussão que os delitos, principalmente femininos, poderiam ter. Não podemos nos esquecer, ainda, de que os delitos julgados pelo Tribunal eram denunciados pela população, ou seja, existia uma manifestação da sociedade que possuía uma moral própria, e aceitava transgressões a ela dentro de um certo limite.

Embora os registros de lenocínio e de feitiçaria tenham sido encontrados em pequeno número nos livros do Juízo Eclesiástico mineiro, os delitos das mulheres analisados permitiram-nos visualizar formas de transgressão feminina, com os quais buscamos compreender certos aspectos da vida dessas mulheres. Vimos, portanto, que algumas mulheres pertencentes aos grupos empobrecidos das freguesias de Minas Gerais colonial desafiaram não só a ordem e a lógica escravista, com também as normas e valores que a Igreja estabelecera.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Ângela Mendes. “Casamento, Sexualidade e Pecados: os manuais portugueses de casamento do século XVI e XVII”. *Revista do Departamento de História*, 9 (17).

- ALMEIDA, Cândido Mendes de (org.) *Código Filipino ou Ordenações do Reino de Portugal, recopilado pôr mandado de el Rei D. Felipe* (1603), 64ª ed, Rio de Janeiro, Instituto Filomático, 1870.
- FLANDRIN, Jean-Louis. *O Sexo e o Ocidente*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
- GINZBURG, Carlos. *História Noturna. Decifrando o Sabá*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- LEWKOWICZ, Ida. *Vida em Família: Caminhos da Igualdade em Minas Gerais (Século XVIII e XIX)*. São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1992.
- MOTT, Luiz. “O Calundu-Angola de Luisa Pina: Sabará”. IN *Revista do IAC*, nos 1 e 2, Ouro Preto, 1994.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. *Bruxaria e História. As práticas mágicas no ocidente cristão*. São Paulo: Ed. Ática, 1991.
- PIRES, Maria do Carmo. *Juízes e Infratores: O Tribunal Eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800)*. Dissertação de Mestrado. Franca, Departamento de História (UNESP), 1977.
- SILVA, Marilda Santana da. *As Mulheres no Tribunal Eclesiástico do Bispado de Mariana. (1748-1830)*. Campinas, Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 1998.
- SOUZA, Laura de Mello. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- TAVARES, Pe. Manuel. *Manual Eclesiástico; ou coleção de formas para qualquer pessoa eclesiástica ou secular poder regular-se nos negócios, que tivera tratar no Foro Gracioso ou livre, e Contencioso da igreja*. Editor A..P. Ramos d’Almeida, 2ª Ed., São Luís, 1870.
- VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, feita e ordenadas pelo ilustríssimo Arcebispo*. Lisboa: Oficina Pascoal da Sylva, 1718.

ARTIGO

*Heróis e Civilizadores na Época do Iluminismo
(O príncipe ideal no pensamento histórico e político de Voltaire)*¹

Marcos Antônio Lopes
Dep. História - Unioeste

Resumo: Heróis e civilizadores na época do Iluminismo (O príncipe ideal no pensamento histórico e político de Voltaire)

Inserindo-se no campo teórico da história das idéias políticas, este artigo pretende demonstrar que o pensamento histórico e político de Voltaire - apesar de sensíveis rupturas com a tradição do século XVII - continuou a perseguir exigências morais, fazendo do curso da história algo a ser moldado pela arte do príncipe virtuoso. Ao se explorar temas-chave do pensamento político voltairiano, como o problema das virtudes principescas – e contrariando interpretações que sustentam uma imagem excessivamente moderna do Voltaire historiador - objetiva-se demonstrar que na obra histórica desse autor o monarca é concebido como o centro de gravidade da história das nações, tornando-se o principal objeto de sua narrativa.

Palavras-chave: idéias políticas; pensamento histórico; século XVIII; monarquia; Iluminismo; Voltaire.

Cheio da idéia de Alexandre e de César, ele se propôs a imitar estes dois conquistadores, menos os seus vícios.

¹Este texto é versão de um dos capítulos de nossa tese de doutorado *Voltaire, a história, o príncipe e a virtude*, defendida no Depto. de História da Universidade de São Paulo em 1999, com o apoio do CNPq. Agradeço aos professores Elias Thomé Saliba, José Carlos Reis, Lucília de Almeida Neves, Modesto Florenzano e Antônio Penalves Rocha, meu orientador, pela minúcia e rigor da arguição.

A Europa reconheceu que ele amou a glória, mas que se aplicou a fazer o bem, que seus vícios nunca enfraqueceram suas grandes virtudes, que o homem teve suas máculas, e que o monarca foi sempre grande.

VOLTAIRE

Analisaremos neste artigo a imagem do príncipe em duas obras específicas de Voltaire, as que melhor se *encaixam* no gênero *Miroir politique: Histoire de Charles XII e Histoire de l'Empire de Russie sous Pierre le Grand*.² Utilizaremos a categoria “espelhos de príncipes”, aplicada a Voltaire como algo bem próximo à noção de “*Miroir politique*”, ou seja, o conjunto dos modernos valores principescos, idéia que tomamos de empréstimo a Michel Senellart. Para este autor, “O Espelho político é um compêndio para uso dos ‘administradores políticos’, que não têm tempo de folhear os livros sábios. Um manual que ofereça aos governantes a representação de uma república bem ordenada. Com este título ele ocupa espaço na continuidade dos espelhos medievais ...”. (SENELLART 1995: 53). Analisando a continuidade dos espelhos de príncipes na Época Moderna este mesmo autor considera: “*O mais importante, contudo, não reside na transição de uma visão moral a uma visão política das coisas, mas no enfraquecimento progressivo do príncipe em proveito do Estado*”. (SENELLART 1995: 55).

Retomando as obras de Voltaire, ao que nos pareceu, são textos tematicamente aparentados, apesar de estarem afastados por três décadas. A primeira é de 1731, a outra de 1759 e 1762, primeiro e segundo tomos. Nesses livros, percebemos um eixo central comum: os príncipes e suas guerras, e o desfile contínuo das virtudes

² Para a designação de três obras de Voltaire, recorrentemente citadas ao longo de nosso texto, utilizaremos formas abreviadas do título completo. Em alguns casos, quando não houver referência por extenso próxima às citações entre aspas, remeteremos o leitor à *Histoire de l'Empire de Russie sous Pierre le Grand* pela indicação das letras *HR*, em itálico, entre parênteses. A mesma convenção será aplicada a *Le Siècle de Louis XIV*, identificada pelas letras *SL* e a *Histoire de Charles XII*, referenciada pelas iniciais *HC*. Em diversas passagens tais obras serão citadas por traduções de seus títulos, em português. Mas é sempre ao texto original que remeteremos o leitor.

e vícios no confronto insistente de dois monarcas que mudaram o curso da história no Norte da Europa por quase vinte anos. Assim é que boa parte da *História da Rússia é a História de Carlos XII*, com um grande prejuízo para o monarca sueco. É por isso que talvez faça algum sentido falar em “vidas paralelas” remontando a um gênero de escrever a história dos grandes homens do qual Plutarco passou à posteridade como o grande mestre.³ Voltaire zomba de Plutarco ao indagar no *Século de Luís XIV*: “*Como teria sido a vida privada de Teseu e Licurgo?*”.⁴ E, no entanto, o *imita* porque também é cultor da história comparada dos grandes homens, ainda que tenha exigências que o autor antigo nem poderia ter imaginado.⁵ Com

³ Jacques Amyot, no século XVI, assim definia a natureza dos *Parallelon* de Plutarco: “... porque emparelha um grego e um romano, pondo suas vidas uma diante da outra e conferindo-as em conjunto, conforme tenham manifestado entre si conformidade de natureza, costumes e aventuras, examinando o que um teve de melhor ou pior, de maior ou menor do que o outro – tudo em geral com tão belos discursos, tirados dos mais profundos e mais ocultos segredos da filosofia moral e natural, tão sábias advertências e frutuosas instruções, tão afetuosa recomendação da virtude e detestação do vício (...) que o livro se deve antes nomear um tesouro de toda rara e esquisita literatura, e não se lhe dar outro nome”. (AMYOT S./d.: 43-44). Acerca da influência exercida pelas obras de Plutarco na cultura histórica e política da Época Moderna, particularmente sobre Erasmo, Maquiavel, Montaigne, Montesquieu, Rousseau e até Napoleão q. v. o verbete “Plutarque”, em (ROBERT 1997: 1648) e o capítulo 2 de *Le futur passé*, em (KOSELLECK 1990: 37-62). A “Introduction” de Gérard Walter, mais especificamente em seu intertítulo “La traversée des siècles” traz uma esclarecedora análise sobre a influência das *Vidas Paralelas*, desde a sua descoberta pelos bizantinos no fim da Idade Média – após amargar dez séculos de esquecimento -, passando pelos primeiros esforços dos humanistas italianos em traduzi-la a soldo dos Médicis, pelo fascínio exercido sobre autores como Montaigne, Racine e Rousseau, chegando ao século XIX, em considerações à tese defendida por Michelet sobre Plutarco, em 1819, na Sorbonne. (Cf. WALTER 1951: 15 ss.).

⁴ Em Robert Flacelière encontramos referência a esta passagem de Plutarco, mas sem as *discriminações* voltairianas: “Um dia, ele se decide também a escrever as *Vidas* de personagens lendários, como Teseu e Rômulo, Licurgo e Numa, se gabando, aliás, ‘de obrigar a fábula, purificada pela razão, a se submeter a esta, e a tomar o aspecto da história’”. (FLACELIÈRE 1957: 23).

⁵ Certamente, não pretendemos afirmar que se trata de um modelo a ser seguido com fidelidade. Com efeito, Voltaire não é uma espécie de Plutarco transfigurado em pleno século XVIII, i. e., a manifestação de uma estranha espécie de *atavismo* extremamente longínquo. Contudo, é bom lembrar que P. Hazard encontrou inúmeras dessas *reencarnações* de Títos Lívios em plena modernidade. (CF.

efeito, estas vidas paralelas são recorrentes nas obras históricas de Voltaire. Em alguns casos, são verdadeiros combates que ele desencadeia entre dois personagens, aproximados pelas virtudes e os vícios que o autor quer desvendar para seus leitores. Mas não se trata de um duelo de igual para igual. Simulando deixar o livre arbítrio ao leitor, Voltaire já sabe de antemão a quem o público deve escolher como o seu herói.⁶ Isto se verifica particularmente na *História da Rússia*. Enfocando Carlos XII com um maior recuo, Voltaire praticamente o diaboliza. O que era um rei insensato será transformado num celerado. As suas travessuras heróicas, no livro de 1731, na *História da Rússia* estão pálidas, e os seus vícios muito mais evidentes. Ele chega a afirmar que “...Carlos XII não realizara realmente nenhuma conquista ao ganhar suas batalhas”. (HR 1957: 455).

Mas o fato concreto é que esse nosso novo Plutarco, se assim podemos dizer, não incorrerá em meras repetições, apesar de que essas são inúmeras e de certo modo até enfadonhas para aquele que lê os dois textos em seqüência. Há uma razoável soma das mesmas discussões, Voltaire se auto-parafraseando sem muito comedimento. Um historiador excessivamente preocupado em não entediar seus leitores tem que pedir perdão por suas repetições, ao confessar que não lhe é possível omitir temas anteriormente tratados,

HAZARD 1971: 34 ss.). Decididamente, o autor grego não se encontra na galeria de suas predileções literárias. Como observou G. Walter, “Voltaire o trata com um desdém apenas dissimulado”. (WALTER 1951: 27). Diríamos que o trata com zombaria declarada. Mas é igualmente certo que nosso autor usa e abusa de paralelismos. Contudo, há diferenças dignas de nota: Voltaire compara grandes homens vivendo numa mesma época, Plutarco toma seus modelos em épocas diferentes. As vidas paralelas de Voltaire alinham personagens de um mesmo país ou de países estrangeiros, as de Plutarco aproximam somente heróis de diferentes regiões. Voltaire não se preocupa necessariamente em dar destaque a pontos em comum; pelo contrário, esforça-se em acentuar divergências de personalidade. Em comum o fato de exaltarem virtudes e vícios, a tendência a tirar conclusões sobre o caráter dos personagens emparelhados, com a intenção mais ou menos explícita de edificar seus leitores. Acerca do método e das especificidades dos textos de Plutarco q. v. (FLACELIÈRE 1957: 22 ss.).

⁶ Cf. o paralelo entre Luís XIV e Guilherme de Orange no *Século de Luís XIV* (1957: 808-809).

quando os considera importantes.⁷ Seus ritornos são tantos que ele próprio é traído pela confusão gerada por um amontoado de pequenos detalhes. Em seus paralelismos ele atribui episódios que supostamente estariam em seu livro sobre a vida de Carlos XII, mas que na verdade aí não se encontram. E esses equívocos são apontados e corrigidos por René Pomeau em suas *Notes et variantes*.

Feitas estas considerações preliminares, de que maneira sintetizar esses eloqüentes *retratos* da realeza nórdica tão profusamente flagrados por Voltaire? Um confronto perene entre um soldado que nasceu rei – para a infelicidade do mundo – e um bárbaro com espírito de legislador – para o encanto da posteridade. Nessa análise veremos que, ao final, o príncipe artilheiro assistiu suas forças serem reduzidas a cinzas, chamuscado por quem não tinha vergonha de se dizer seu aluno. Nesse sentido, Pedro será a aplicação prática da máxima voltairiana de que é boa lição de casa ir às trincheiras inimigas, para se abastecer de munição. Destroçado por dois impiedosos inimigos – Pedro o Grande e o seu próprio biógrafo – Voltaire conclui no *Avant-Propos* da sua *História da Rússia*: “*Julgamos hoje que Carlos XII merecia ser o primeiro soldado de Pedro o Grande*”. (1957: 353). Trata-se do atestado de insuficiência do rei sueco como modelo do príncipe voltairiano. Ele é o exemplo do monarca incorrigível. É bom lembrar que o espelho voltairiano não quer levar necessariamente a um estado de perfeição, se contentando a ser um corretivo a vícios comprometedores. Em síntese, aquela torrente que só deixou ruínas teria sido uma força criadora se fosse guiada por um rei-arquiteto. É curioso notar que aquilo que é vício em Carlos transforma-se em virtude em Pedro. O que é obstinação no rei da Suécia, no czar se apresenta como constância. Esta fluidificação de conceitos⁸ é definida por seus

⁷ O fato é que quase tudo é importante (Cf. a argumentação de VOLTAIRE à p. 453 de sua *História da Rússia*).

⁸ É interessante acompanhar um *frondeur* do século XVII abordar essa questão. No mais autêntico espírito maquiaveliano La Rochefoucauld considera, em suas *Reflexões e máximas morais*: “Os vícios entram na composição das virtudes, como os venenos na composição dos remédios: a prudência os reúne e os tempera, e ela serve convenientemente contra os males da vida”. (S./d. 67). Mas o clássico na matéria será sempre Maquiavel. Como nos lembra Skinner, “(...) Maquiavel se mostra algo cético, questionando se podemos dizer com propriedade que aquelas

propósitos particulares e radicalmente opostos: “*Sua constância [de Pedro] era tão inabalável quanto o valor de Carlos XII era intrépido e obstinado*”. (HR 1957: 437). A coragem excessiva de Carlos XII é focada como energia pura e crua, como uma força desgovernada, exemplo de imprudência em estado bruto. Ele teve o dom de transformar preciosas virtudes principescas, ao possuí-las em grau superlativo, nos vícios mais abomináveis. Conseguiu, com esse temperamento, ser a besta de carga do erro, e jogar por terra toda a obra de seus antecessores.

A *História de Carlos XII* é frágil no que se refere à análise das realidades sueca e européia. Com efeito, não há referências sobre as estruturas econômicas que impulsionaram este reino à guerra, tampouco ao poderio dinamarquês e russo, lacunas apontadas por René Pomeau.⁹ Mas não creio que esta crítica seja tão pertinente, levando-se em conta os propósitos do autor e a natureza da produção da história no início da década de 1730. Nos “Textos relativos à *História de Carlos XII*” o autor irá confessar que escreveu este livro no mesmo espírito que havia escrito seu poema épico *La Henriade*, daí a necessidade de príncipes extraordinários. (Cf. sua “Lettre” publicada no *Journal des Savants*, em VOLTAIRE 1957: 302). Como diz o próprio Pomeau, na apresentação de suas obras históricas: “*Esta estética de dramaturgo não deixa de influenciar a doutrina voltairiana, que atribui uma importância decisiva aos grandes homens: o drama da história não se concebe sem protagonistas*”. (“Préface”, em VOLTAIRE 1957: 11).

De fato, nessa história, ou melhor, nessa “tragedy in prose” – como se referiu a ela Peter Gay –, não há um só protagonista. Carlos XII não está sozinho na narrativa. Acompanha-lhe um vulto da mais elevada estatura. É que Voltaire se dedica a compor a personalidade de Pedro o Grande, com tantos ou mais detalhes que a

qualidades consideradas boas, e que no entanto se mostram desastrosas, de fato merecem o nome de virtudes. Uma vez que elas tendem a trazer a destruição, ele prefere dizer que ‘parecem virtudes’; e já que seus opostos mais provavelmente trarão ‘segurança e bem-estar’, prefere dizer que tais qualidades ‘parecem vícios’”. (SKINNER 1988: 72).

⁹ Contudo, Fueter afirma que antes de começar a sua redação “... informa-se exatamente sobre a situação econômica da Suécia”. (FUETER 1953: 27).

de Carlos XII, supostamente o seu tema central. O livro é quase um balanço das ações heróicas desses dois personagens e realmente não soaria estranho se o seu título fosse *Vidas Paralelas*. Aliás, o que torna agradável este tratado sobre a insensatez humana, além das peraltices de Carlos XII, é a profusão de atores que o autor faz desfilar em sua narrativa. São inúmeras microbiografias, enlaçadas nas dos personagens centrais, em que ele descreve, nas particularidades do detalhe, uma sucessão quase infinita de príncipes e generais, quase todos eles valorosos combatentes, gloriosos tanto na vitória quanto na derrota. Voltaire revela o quanto este soberano era imperioso em sua vontade, e implacável em sua vingança, além de absurdamente insensato diante das situações mais temerárias. Por sua célebre obstinação, os turcos o cognominariam, anos mais tarde, o “cabeça de ferro”, o modelo da coragem mal empregada. A *Histoire de Charles XII* está sobrecarregada das excentricidades desse Dom Quixote aguerrido, “... que perdeu num dia o fruto de nove anos de trabalho, e perto de cem combates”. (HC 1957: 169). O autor se refere ao desastre de Pultava. Segundo seu historiador, o monarca luterano passou a se acreditar um predestinado. Após ter sido salvo de uma descarga de canhão, no cerco da cidade prussiana de Thorn, controlada pelos poloneses do rei Augusto, em 1703, seu desígnio era “fazer tremer a Europa”. Conta Voltaire que os poloneses miraram o general Lieven, que trajava uma exuberante farda azul, tomando-o pelo rei. Foi esse episódio da farda que gerou a sua célebre polêmica com o historiador sueco Nordberg, que o insultou com termos hérulos e vândalos, como se queixou o próprio Voltaire. Aliás, estas amabilidades voltairianas dirigidas ao capelão de Carlos XII se repetem na *História da Rússia*, e com notável insistência. Isto nos permite afirmar que, para estas duas obras, este prelado sueco – “homem apaixonado e mal-informado” - foi o seu principal interlocutor. Está em quase todos os seus pés de página na *História da Rússia*, para ser triturado impiedosamente. No *Século de Luís XIV* sua vítima preferencial será o autor das *Memórias de Madame de Maintenon*, La Beaumelle; quando quer ser gentil, define tal livro como um “tecido estranho de falsidades”. De todo modo, direcionando elogiosos pés-de-página ou violentos rodapés, ele dialoga com historiadores de toda a Europa literária.

Entre as virtudes consideradas elevadas, nas duas obras em questão, encontramos a justiça como um dos principais valores morais do soberano. Um rei justo deve ser admirado pelos povos, e ainda mais quando faz acompanhar esta virtude de uma boa parcela de magnanimidade. Em seus melhores tempos, Carlos XII soube combinar numa fórmula perfeita estas duas qualidades. Vencedor imbatível em confrontos considerados impossíveis – tem-se a impressão de que seria capaz de vencer sozinho um regimento inteiro -, não apenas poupava a vida dos inimigos derrotados, mas ainda lhes prodigalizava os recursos com que voltar para casa. Para Voltaire, nada mais razoável, em se tratando de um herói que, por força de seu ímpeto nos campos de Marte, não teria o quê fazer com prisioneiros três ou quatro vezes mais numerosos que o seu próprio exército.

Entretanto, longe do autor descortinar virtudes principescas no Alexandre Magno sueco como cálculo de um estrategista seco. As sucessões de vitórias foram tantas que o autor nos diz, apoiado em suas testemunhas de época, que os exércitos de Carlos XII não olhavam mais o número dos inimigos, mas apenas o local do encontro das tropas. A proporção de cem inimigos contra vinte não lhes parecia desigual. Com estas exagérations o autor tenciona mostrar o quanto “... a prudência humana é pouco senhora dos acontecimentos”, enquanto se é bafejado pela fortuna. De pouco adiantaria uma força bem armada e disciplinada, se o momento não lhe fosse favorável. São as surpresas da fortuna: “*Se há transtornos causados pela má conduta, há aqueles que se pode imputar somente à fortuna*”. Esta é a maneira como Voltaire explica os trezentos anos de desgraças que arruinaram os reis da casa Stuart. (SL VOLTAIRE 1957: 769). O próprio Carlos XII provaria dessas guinadas do destino, ao ver sua tática de estrategista astuto completamente arruinada em Pultava.

Entretanto, na *História de Carlos XII*, o rei da Suécia aparecerá como soberano justo durante todo o tempo em que esteve em triunfo. Será apresentado como o rei que somente faz a guerra para forçar os inimigos a conceder a paz, constituindo-se no legítimo protetor dos povos oprimidos por tiranos estrangeiros. É o que se ouve na *História de Carlos XII*, na qual quem fala é o príncipe mas,

em alguma medida, apoiado por quem lhe escreve a memória. Com efeito, a justiça é um dos valores morais capazes de alçar a vida de um monarca à dignidade de tema histórico. Mas quantos príncipes se deixaram arrastar por vícios abomináveis como a crueldade e a covardia, e acabaram desfrutando da honra de serem objetos da reflexão de nosso autor? Na *História da Rússia*, esta visão encontra-se bastante nuançada, ou melhor, radicalmente alterada. Carlos XII será apresentado como um rei que faz a guerra em nome da paz, mas que não a aceita, quando lha oferecem. Foi o que ocorreu em seu triunfo sobre Pedro da Rússia. Ele quis ir a Moscou fazer um novo czar, após ter feito um novo rei na Polônia.

Ora, nesse terreno, Voltaire é bastante flexível. Se houve grandes príncipes manchados de sangue, de diferentes maneiras, eles se destacaram em outros campos. Dessa forma, também são merecedores de uma história particular, possuem direito à memória dos séculos, enquanto a posteridade os considerar dignos. E ninguém melhor que Voltaire para relativizar a grandeza de uma época, de um reino e de um monarca. É que as pessoas tendem a achar o seu próprio tempo como o melhor dos mundos, no qual se realizaram as maiores obras: *“Passam, então, a encarar a corte onde viveram como a mais bela de todas; o rei que viram, como o maior dos monarcas; os negócios em que se envolveram, como os mais importantes do mundo. E imaginam que a posteridade verá tudo isso com os mesmos olhos”*. (HC VOLTAIRE 1957: 54).

A glória, que exerce seu império sobre Carlos XII desde a infância, o guiou naturalmente para Alexandre Magno, monarca maior entre os maiores, que ele conheceu cedo, e que tomou por modelo desde suas primeiras aulas de latim. Voltaire reproduz um diálogo entre o jovem príncipe e seu preceptor. Indagado sobre o que pensava de Alexandre ele responde: *“—Eu penso que eu gostaria de lhe ser semelhante. —Mas ele viveu apenas trinta e dois anos. —Ah! Isto não é o bastante quando se conquista reinos?”*. (HC VOLTAIRE 1957: 62). Já no ocaso de sua existência, quando se tornou o hóspede indesejável do Sultão da Turquia, ouvia diariamente as leituras de seu secretário. Num desses gorjeios literários, rasgou a página do livro de Boileau-Despréaux – autor que admirava –, por caracterizar Alexandre como um rei louco e furioso. (Cf. HC VOLTAIRE 1957: 175). De fato, ele quis ser o

Alexandre do Norte e, a seu modo, realmente o foi. Em seus anos de glória, o próprio Voltaire arrisca o paralelismo: “*Ele era tão jovem quanto Alexandre, igualmente guerreiro, igualmente empreendedor, mais infatigável, mais robusto e mais temperante*”. (HC 1957: 144).

Mas há uma contradição flagrante entre ideal de juventude e as suas realizações efetivas, pois o traço mais extraordinário na trajetória desse infatigável combatente é que ele não travou uma única batalha para expandir seu reino. Ele foi o monarca que se vangloriava de ser “fazedor de reis”, aquele que destronava um tirano para colocar um príncipe justo em seu lugar. De fato, Carlos XII morreu aspirando destronar Augusto de Saxe de seu segundo reinado na Polônia, em favor do príncipe polonês destronado, Stanislas. O autor esvazia estas façanhas ao se perguntar na *História da Rússia* : “*Augusto reinava e era difícil decidir se Carlos teve mais glória em destroná-lo que Pedro em o restabelecer*”. (1957: 479). Em sua *História de Carlos XII* Voltaire tenciona alertar seus leitores para o fato de que, desde a cerimônia de coroamento e sagração do rei, uma tempestade de vinte anos se abateria sobre a Suécia. Ao descrever a entrada real do jovem príncipe em Estocolmo, montado num cavalo alazão com ferraduras de prata, e portando os símbolos da realeza, Carlos XII renovou em seu povo a esperança de paz e prosperidade. Mas o príncipe, após a unção, arranca a coroa das mãos do prelado, coroando-se a si próprio. O povo aplaude este ato de ousadia, mas o autor deixa subentendido que isto era o prenúncio de uma tormenta destinada a durar duas décadas inteiras.

De índole pacífica até os dezoito anos, a guerra contra a Dinamarca parece que lhe transtornou o espírito para sempre. Ele foi, então, em tudo diferente. Foi quando ele adotou o estilo de vida que seria sua marca registrada na história dos heróis conquistadores modernos. Pela ótica de nosso autor, uma guerra para o rei da Suécia “*Era uma viagem, antes que uma conquista*”. (HC 1957: 93). Desse modo, o príncipe das Luzes traduz as virtudes militares de um rei-estrategista, o gênio que derrota pela bravura mas também pela sagacidade, misturando um pouco de política à força de suas armas, estimulando intrigas, enfraquecendo seus inimigos, antes de aplicarlhes os seus golpes mortais. Coberto de vitórias com apenas vinte e

três anos, encarava um combate como uma trivialidade semelhante a ir à caça. Ao embrenhar suas tropas em empresas arriscadas, não se preocupava com o mau tempo, e com os invernos rigorosos do Norte da Europa: “*Carlos XII queria desafiar as estações, como se desafia exércitos*”. (HC 1957: 157). Até a época de seus grandes reveses, 1709, “*Nada lhe parecia impossível*”. (HC 1957: 144). Por nove anos, “... *ele foi a torrente que mudou o curso de todas as coisas em sua passagem*”. (HC 1957: 242). Voltaire enxerga no comportamento do rei misógino da Suécia, desde que assume o poder, o elenco de algumas virtudes que ele adotaria até o fim de sua existência, sem ter feito concessões a si mesmo até sua morte:

Ele não experimentou mais nem a magnificência, nem jogos, nem distrações; ele reduziu sua mesa à maior frugalidade. Ele havia apreciado o fausto nas vestimentas: ele se vestiu, desde então, como um simples soldado. Suspeitava-se que ele teve uma paixão por uma dama de sua corte; ainda que esta intriga fosse ou não verdadeira, é certo que ele renuncia às mulheres para sempre, não somente por receio de ser governado por elas, mas, para dar o exemplo a seus soldados, que ele queria conter na mais rigorosa disciplina; talvez, ainda, pela vaidade de ser o único, entre todos os reis, que domava uma inclinação tão difícil de superar. Ele resolveu, também, abster-se de vinho para o resto de sua vida. Pessoas me disseram que ele fez esta opção para domar a natureza, e para acrescentar uma nova virtude a seu heroísmo; mas, um maior número de pessoas me asseguraram que ele desejou se punir de um excesso que cometeu, e de uma afronta que fez à mesa a uma mulher em presença da rainha sua mãe. Se é assim, esta condenação de si mesmo, e esta privação que ele se impôs toda sua vida, são uma espécie de heroísmo não menos admirável. (HC VOLTAIRE, 1957: 79).

Este príncipe, até então pacato, em relação ao qual todos na corte desconfiavam de não possuir grandes méritos de caráter, revelou-se na guerra não apenas um grande estrategista, mas um soldado que só aceitava ser o primeiro na linha de combate. Os generais suecos ficaram espantados com um jovem príncipe inexperiente que, de forma inacreditável mas admiravelmente natural, aliava habilidade e coragem em ações plenas de êxito. Carlos XII ganhou a guerra contra a Dinamarca em apenas seis semanas. Foi um *exploit* na história militar da Europa moderna, a façanha de um rei que fazia do rugir da mosquetaria inimiga “a sua música”. (Cf. HC VOLTAIRE 1957: 82).

O rei é severo e não abre mão de uma disciplina rigorosa das tropas. A combinação desses dois valores leva à eficácia, que será responsável por sua glória. Carlos XII não permitia a pilhagem

desordenada dos inimigos vencidos em combate. Estranho príncipe, observa o autor, que nunca quis nada para si, além de socorrer seus aliados e humilhar seus inimigos. Demonstrando fervor sincero, fazia preces duas vezes por dia, às sete da manhã e às quatro da tarde. Nos cercos e nas tréguas de batalhas “ele não falta nunca de assisti-las , e de dar a seus soldados o exemplo da piedade, que causa sempre impressão aos homens, desde que não suspeitem de hipocrisia”. (HC 1957: 83). Sob este aspecto, parece ficar claro que esta virtude não possui outro valor que o de arrastar soldados incultos à devoção do príncipe que, para todos os efeitos, precisa se apresentar como o primeiro dentre os cristãos.

Voltaire é ambíguo ao flagrar em Carlos XII um emprego casuístico da piedade, para arrebatar devotos em torno de sua pessoa e de sua causa. É uma das pouquíssimas referências que faz às virtudes de natureza teologal. Sabemos bem o que ele pensa sobre a piedade em seu verbete “Fé”, do *Dicionário Filosófico*. Como afirmamos, estamos diante de um espelho de príncipe exageradamente moderno, e que não reconhece mérito algum em valores como esse, a não ser quando se prestam a um emprego instrumental na política. São facetas do maquiavelismo voltairiano. Ele irá preferir incensar Carlos XII em sua liberalidade. Generoso por natureza, conta o autor que ele conseguiu desabastecer o exército da Dinamarca de provisões, sem que tivesse feito qualquer cálculo premeditado. É que os camponeses dinamarqueses preferiam negociar com ele, porque o rei lhes pagava bem: “Esta generosidade o reduzia freqüentemente a não ter mais que dar. Mais economia em suas liberalidades e ele teria sido mais glorioso e útil; mas, era um vício desse príncipe acentuar ao excesso todas as virtudes”. (HC 1957: 174). Para Voltaire, ele era um prodígio de valor, que acabava desferindo golpes contra si mesmo. Ao descrever a morte precoce de um príncipe, que experimentou o que a prosperidade tem de maior e o que a adversidade possui de mais cruel, Voltaire observa que “ele carregou todas as virtudes dos heróis a um grau em que elas se tornaram tão perigosas quanto os vícios opostos”. (HC 1957: 272). Por estas e por outras, prefere conceber este amante do extraordinário e do impossível como apenas um homem singular, único no gênero em seu tempo, mas nunca um grande homem. Para

tanto, ele deveria ter realizado obras suscetíveis de chamar a atenção e provocar a admiração da mais recuada posteridade. Esta seria a sua real façanha.

A figura do príncipe-conquistador merece a atenção de Voltaire porque suas ações se ligam a um tema capital largamente explorado em seus textos históricos e nos romances e contos: a guerra. Voltaire fala desses príncipes para deixar aos leitores suas lições contra a guerra. O conquistador é um astro luminoso, enquanto a fortuna lhe acenar com o seu favor. Um príncipe conquistador que só conheceu vitórias tende a crer que a fortuna nunca lhe abandonará, e que sua grandeza e glória não têm limites. A estes estão reservadas as piores desditas. Em seu excesso de confiança, o príncipe encontrava tempo para fazer gracejos em meio à carnificina das linhas de combate. Carlos XII foi apeado de sua montaria por várias vezes, nas descargas sucessivas trocadas entre suas tropas e a artilharia inimiga. Mas logo saltava sobre uma outra sela. Voltaire se compraz em citar uma das frases célebres desse rei-acrobata. Ao ter seu cavalo morto por uma saraivada de balas da mosquetaria dinamarquesa o rei disparou: “Ah! Estas pessoas me obrigam a fazer os meus exercícios”. (HC 1957: 88). Com o calcanhar esmagado por estilhaços de artilharia em Pultava, meio febril e sentindo dores extremas, ainda encontrou tempo para surgir no *front*, atirando contra os inimigos.

Em sua *História da Rússia*, não há mais espaço para as estripulias desse monarca. Os episódios de sua vida são narrados de maneira grave, quando não descritos com um certo ar de desprezo. A fuga de Pultava não tem mais nada de heróico. Pelo contrário, é transformada num episódio tragicômico. Como diz Voltaire, “a fuga é o último partido de um príncipe vencido”. O autor não esquece que as leis estabelecidas pela necessidade possuem a força de um tornado, que a necessidade é a primeira das leis. A necessidade não conhece leis é a negação dessa afirmativa, e ao mesmo tempo o seu complemento natural. Assim é que Voltaire assiste ao rei manco saltar sobre a sela de um cavalo e sair em disparada ao ver o estrado em que era carregado ser transformado em frangalhos por uma carga de disparos do exército russo. Que espetáculo canhestro esta fuga desabalada de um soldado cujos inimigos um dia consideraram façanha militar ter escapado com vida de sua perseguição. É preciso

recordar o pavor dos soldados russos que morreram afogados no rio de Narva em 1700, fugindo de suas tropas. Os seus nove anos de vitórias esmagadoras se encerraram em Pultava. Este foi o choque maquiaveliano que Pedro o Grande lhe aplicou. Pultava foi o divisor de águas na escalada desse rei, visto como o primeiro homem da Europa numa idade em que nenhum outro teria sequer sonhado com a fama: "...O primeiro dos conquistadores durante nove anos, e o mais infeliz dos reis durante nove outros". (HR 1957: 417) E Voltaire se pergunta: o que foi mais doloroso para esse herói, as suas dores extremas do ferimento ou a angústia de se ver vencido sem apelação? A cremos em Voltaire, a resposta nos parece bem simples.

Ao longo da *História de Carlos XII*, sentimos que Voltaire desenvolve esta biografia tentando mostrar o quanto teria sido útil ao príncipe ter ouvido a voz da concórdia. Por volta de 1705, após mais de cinco anos longe de seu reino, e já plenamente vitorioso, ele quis estender a sua glória. Tendo derrotado Augusto, o rei germânico da Polônia, solicitou a seus generais que lhe trouxessem os mapas que indicavam os itinerários às capitais européias. Trouxeram-lhe, antes de todos, o caminho para Estocolmo. O príncipe disse: não pensem que iremos tão cedo para casa. Ele jamais retornaria vivo à sua capital. Morreu na Dinamarca em 1718, aos trinta e seis anos, no cerco de Frederickshall, atingido por um disparo. Ele havia partido para a guerra em maio de 1700.

Voltaire é atraído pela realeza. Para ele, o trono é um espaço que é preciso reconhecer como estratégico. Daí partem as deliberações que movimentam os homens e, portanto, fazem a história. Mas os seus espelhos de príncipes, ou o que se assemelha ao gênero em sua obra, não são puras lisonjas. Na verdade, constituem-se em lições ousadas, às vezes em admoestações severas ou em descomposturas desconcertantes. As boas e as más ações devem ser narradas para instruir seus leitores. Como já se observou, os príncipes só poderão fazer *jus* a memórias positivas se as suas boas ações superarem as más. É o caso de Carlos XII? Definitivamente não? Como já sugerimos, nosso autor o tomará como contra-modelo, aquele exemplo que o mundo precisa conhecer para saber como e por que evitá-lo.

Maquiavel havia escrito no *Príncipe* e na *Vida de Castruccio Castracani*, espelhos de príncipes às avessas. O que era considerado virtude na política poderia, em sua perspectiva radicalmente original, derrancar-se em vícios capazes de levar à ineficácia no campo do poder. E para Maquiavel, o contrário era mais que verdadeiro. Valores considerados como vícios terríveis pelo pensamento político cristão em seu tempo, dependendo de determinadas circunstâncias históricas, transmutavam-se em virtudes principescas muito apreciadas e recomendadas pelo historiador de Florença. Tudo estaria entregue ao contexto, e dependeria dessa ou daquela ação do soberano, reconhecida como portadora dessa ou daquela virtude. Um exemplo mais concreto disso: no século XVIII, Voltaire continuará abominando o emprego da crueldade – que em seu léxico político, às vezes, caracteriza como desumanidade do príncipe –, vício abominável em todos os pensadores políticos cristãos. Nos textos de Maquiavel, a crueldade pode até ser bem vinda, desde que bem aplicada, fazendo o príncipe colher resultados imediatos e duradouros.¹⁰ Derrotar o inimigo de um só golpe, por um choque tão rude que o tornará impossibilitado de se levantar para o resto da vida, eis uma nuance maquiaveliana que nos dá a medida da flexibilidade de seu pensamento político no campo das virtudes do príncipe, e que Sheldon Wolin reconheceu como a lógica da economia da violência. Para Voltaire, a crueldade rebaixa o príncipe, lhe tira dignidade, comprometendo sua reputação. Quando aplicada contra povos inimigos na guerra, inspirará o ódio e o rancor entre as gerações sucessivas. E para ilustrar o seu ensino ele traz um exemplo de vida. Ele foi testemunha ocular e ficou impressionado pela forma como os franceses eram odiados pelos holandeses devido às barbaridades cometidas durante a Guerra da Holanda, quarenta anos antes, no reinado de Luís XIV.

Os espelhos de príncipes de Voltaire não são cristãos, como também não o eram os *exempla* de Maquiavel. Apesar de algumas

¹⁰ Vistas as coisas por este ângulo, parece que Maquiavel teria feito o elogio de Pedro, já que um príncipe sábio “não se perturba com uma censura à sua crueldade”, sendo para ele ‘absolutamente essencial não se preocupar em ser chamado cruel’ se for o comandante de um exército, pois ‘sem tal reputação’, nunca poderá ter esperança de manter suas tropas ‘unidas ou preparadas para qualquer ação’. (Citado por SKINNER 1988: 75).

inversões voltairianas do tradicional catálogo dos valores morais do príncipe, não há qualquer termo de comparação com as liberalidades de Maquiavel nesse terreno. Isto porque o bem e o mal são valores mais ou menos fixos em Voltaire. Ele não acredita que maus expedientes possam levar a um bom termo em política. Sua ojeriza por toda e qualquer guerra bem o demonstra. Apesar de renegar a tradição cristã, ele fará clara distinção entre o bem e o mal, segundo os valores políticos e econômicos em emergência no século XVIII.

Voltaire jamais deixará de valorizar a eficiência administrativa de um soberano, mas está bem mais perto da tradição que do *curto-circuito* maquiaveliano. Ele não tem a menor intenção de se aproximar dos valores que a tradição prescrevia para a ação do príncipe cristão; mas, ao depositar uma enorme confiança no bem, situar-se-á mais próximo dessa matriz de pensamento. Como ele diz no *Siècle de Louis XIV*, “*Não sei porque a maior parte dos príncipes procura enganar com falsas bondades os súditos que tencionam atirar à ruína; a dissimulação surge, então, como o reverso da grandeza; ela nunca é uma virtude e não pode tornar-se uma qualidade apreciável, senão quando absolutamente necessária*”. (VOLTAIRE 1957).

No catálogo dos valores políticos de um príncipe, o que seria responsável por fazer do convulsivo e cruel Pedro Alexiowicz, Pedro o Grande? Para Voltaire, várias ações fizeram a trajetória desse soberano tornar-se digna de memória. O autor é capaz de relevar a desnaturação do sacrifício de um filho, quando coloca no outro prato da balança o fato de este príncipe ter aberto mão de um trono, para instruir-se e poder levar a instrução a seu povo: “*Vários príncipes tinham, antes dele, renunciado a coroas, por desgosto ou pelo peso do ofício, mas nenhum tinha cessado de ser rei para aprender a reinar melhor*”. (HC VOLTAIRE 1957: 71). Nosso autor encontra uma *justificativa* que lhe satisfaz para atenuar este barbarismo ao dizer que o Imperador foi mais rei do que pai, preocupando-se em salvar sua obra para dezessete milhões de súditos. É que ele tinha Alexis Petrovitz na conta de um renitente “barba longa”. Na *História da Rússia* há um longuíssimo capítulo sobre esse *affaire*: “*Condamnation du prince Alexis Petrovitz*”. (1957: 540 ss.). No texto intitulado “*Anecdotes sur le czar Pierre le*

Grand”, e que devemos conceber como uma microbiografia muito séria, Pedro é apresentado como o Prometeu dos tempos modernos, o príncipe que saiu de seu reino para “... *emprestar o fogo celeste para animar seus compatriotas*”. (1957: 324). Nesse sentido, o autor considera que a melhor imagem para sintetizar o caráter desse homem espetacular era: “*aquele que adquire a força em sua corrida*”.¹¹

Forjar uma nação com suas próprias mãos, ao criar condições para o surgimento e expansão da civilidade numa Moscóvia em tudo bárbara, eis a grande obra de um grande príncipe e de um grande homem. Para a realização do desígnio à altura de um Hércules dos novos tempos, ele fundou academias de artes e de ciências, montou editoras e bibliotecas, recriou a administração estatal e a justiça, fundou a polícia e promoveu a técnica, colocando-a a serviço da paz e da guerra; enfim, tudo o que pudesse ser benéfico a seu povo, incluindo o rebaixamento da nobreza e do clero, reduzindo dessa forma suas intervenções na vida pública e nas decisões políticas: “*O czar se declara o chefe da religião; e este último empreendimento, que teria custado o trono e a vida a um príncipe menos absoluto, teve êxito quase sem contratempos, e lhe assegura o sucesso de todas as outras novidades*”. (HC VOLTAIRE 1957: 71). Conta-nos Voltaire que, no tempo de Pedro I, havia na Rússia a tradição de uma cerimônia anual em que o monarca devia conduzir o patriarca puxando a rédea de seu cavalo. Insuperável em crueldade, quando se tratava de supliciar os seus súditos e cortesãos, o rei se revela um mestre versátil, um professor que ilustra suas lições apenas com exemplos concretos. O patriarca foi feito bobo da corte, obrigado a vestir o jaleco e a carregar o guizo e a bengala, sinais distintivos desse *honroso* ofício. A lição do czar: fazer ver que o que é permitido ao príncipe não o deve ser a um prelado, ainda que este seja o primeiro de sua ordem. (Cf. “Anecdotes sur ...” VOLTAIRE 1957: 328). Ele teve a coragem de romper com tradições imemoriais. Elevou a barra dos vestidos das mulheres e “tosqueou” os homens, instalando alfaiates e barbeiros na entrada das cidades; a penitência estética revelou-se menos dolorosa que a penitência de bolso. Nosso autor nos informa que “Os obstinados

¹¹ A mesma anedota será repetida na *História da Rússia*, cf. (1957: 535).

pagavam quarenta *sous* em nossa moeda. Logo se preferiu perder a barba que o dinheiro”. (“Anecdotes sur ...” VOLTAIRE 1957: 329). Apoiado por metade de seu reino, teve de lutar contra a outra, a quem chamava por “os barbas longas”, refratários às novidades, para quem as mudanças eram grandes sacrilégios. A introdução do tabaco na Rússia é um bom exemplo da comoção provocada nos meios eclesiásticos. E o que dizer da fusão dos sinos das igrejas, quando faltou cobre para os canhões do imperador?

De fato, esses barbas longas foram agentes de inúmeros e perigosos percalços na trajetória do czar. Mas não lhe haviam dado como síntese de sua personalidade a divisa *Vires acquirit eundo*? O autor considera o dilema crucial de um monarca que, além de inimigos estrangeiros, também os possuía em grande número no interior de seu reino. Pedro tinha de lutar contra os suecos e contra os turcos. Mas os “barbas longas” não lhe davam tréguas, pois teimavam em reviver o passado, sempre que a menor oportunidade se apresentava. Foram várias as revoltas e conspirações contra o seu governo. Nessas ocasiões, o czar não se fazia de rogado. Sua reação era aplicar corretivos à altura de seus traidores, na condição de um pai severo, que toma a nação por sua família. É bom lembrar que existia na Rússia o reconhecimento do pai possuir poder de vida e morte sobre os membros de sua casa. Pedro fez uso dessa tradição consuetudinária, em escala *industrial*, uma vez que ainda era o pai da pátria, tratamento habitual dos russos em relação aos czares.

Terminada a guerra contra os suecos e os turcos, por volta de 1718, a batalha do imperador continua. Seus trabalhos de rei civilizador redobram, mas sem abandonar o vício da crueldade na realização de sua obra. Como diz Voltaire, “os suplícios pelos quais ele havia sido obrigado a punir a parte de sua nação que queria impedir a outra de ser feliz eram sacrifícios feitos ao interesse público, em nome de uma necessidade dolorosa”. (HR 1957: 563). É curioso notar que Voltaire o admoesta com freqüência. Contudo, sempre relativiza os seus vícios, ao confrontar a ação do soberano com o programa de realizar o bom governo. O czar é duro, bárbaro e brutal, muitas vezes, ao reagir a situações que pareciam não requerer um choque maquiaveliano. Mas, é que ele tem um desígnio claro na cabeça, e uma vontade indomável em seu coração: leis racionais,

administração eficiente e moderna, disciplina militar, ciências e belas-artes, manufaturas e fábricas de todo o gênero, comércio ativo e florescente, canais e eclusas que ligam os rios e os mares que a natureza separou, e tudo o mais que ele cria ou tira do nada como um mágico, devem entrar em linha de consideração, obscurecendo aqueles vícios que ele possuiu em elevado grau. Estas suas obras o afastam da vala comum dos tiranos. E Voltaire nos dirá, nas conclusões de sua *História da Rússia*: “Estas severidades que revoltam nossos costumes, eram talvez necessárias, num país em que a manutenção das leis parecia exigir um rigor excessivo”. (HR 1957: 594). O grande diferencial de Pedro, que o retira da categoria inferior dos tiranos ou conquistadores vulgares é que sua obra foi duradoura, revelando uma sabedoria extraordinária, antes que o puro desejo de glória. Seus trabalhos foram tão bem realizados que, ao final, suas conquistas pareciam pertencer, desde sempre, a seu próprio reino, espanta-se Voltaire.

Que *charme* especial teria Pedro para torná-lo tão grande homem aos olhos de nosso autor? O fato é que o czar forjou provas no processo que incriminou seu filho, transformando a severidade e a inclemência no vício abominável da crueldade. Ao darmos crédito a Voltaire, Pedro foi realmente um grande príncipe, mas a *hipótese* de seu historiador supera a força dessa grandeza. Voltaire quis provar a grandeza de uma obra civilizadora, concebida de antemão em seu pensamento. Observando a imagem idealizada que Voltaire constrói de Pedro o Grande, e que René Pomeau credita como estando na origem de sua teoria dos grandes homens - à maneira de uma “verificação experimental” -, a lição que se pode tirar é que, para Voltaire, não há nenhum mal no poder absoluto de um príncipe, a não ser quando ele degenera na forma impura da tirania. Pela ótica de Voltaire, o czar é sempre maior quando consegue vencer os seus ímpetos de rei bárbaro, fazendo-se clemente. A presença de Catarina a seu lado, inspirando-o à indulgência, era sempre uma última esperança para aqueles que haviam caído em desgraça. (Cf. HR VOLTAIRE 1957: 484).

Voltaire passará por cima das brutalidades do imperador, mas de nenhum modo será conivente com elas. Ele as coloca de lado porque Pedro foi um verdadeiro esbanjador de virtudes. Voltaire o aprecia, sobretudo, por sua eficácia na condução de uma história

feita a partir do marco-zero, dando mostras de seu desconhecimento da história da Rússia anterior ao advento do quinto romanov: “Desconhecendo as reformas desencadeadas nos reinados anteriores, ele cede à ilusão de um começo absoluto”. (POMEAU, “Préface”, em VOLTAIRE 1957: 21). E este intérprete do Príncipe das Luzes vai mais longe quando afirma que Voltaire forçou a história do Imperador, se é que não a falseou por completo. De qualquer forma, a eficiência encontra-se estampada nessa história individual. Projetar algo difícil, desejar ardentemente a realização de um projeto, esforçar-se para concluir cada objetivo, alcançar sua execução, eis uma radiografia do caráter principesco do imperador. O Príncipe das Luzes referir-se-á a Pedro nos seguintes termos:

Foi assim que um só homem logrou transformar o maior império do mundo. É lastimável tenha faltado a esse reformador de homens a principal virtude: a humanidade. A brutalidade dos seus prazeres, à ferocidade dos seus costumes, à barbárie de suas vinganças se associavam muitas virtudes. Civilizava seu povo, e era selvagem. Foi, com suas próprias mãos, o executor de suas sentenças contra criminosos; na orgia de um festim mostrou sua destreza em cortar cabeças. Existem na África soberanos habituados a derramar o sangue dos súditos com suas próprias mãos; e esses monarcas passam por bárbaros. A morte de um filho, que era preciso corrigir ou deserdar, tornaria a memória do czar odiosa, se o bem por ele feito aos súditos não os levasse quase a perdoar a crueldade para com os do seu sangue? (HC VOLTAIRE 1957: 76).

Eis os grandes vícios nos quais um príncipe não deve incorrer. A justiça do imperador ultrapassa os limites da humanidade. Se ele corta cabeças com a naturalidade de um rei tribal, ele também faz seus súditos expiarem seus crimes pelo fogo. Apesar de tudo, o autor não deixa de admirar o absolutismo de um monarca que extrai de seu poder, extremamente concentrado, o segredo de seus incontáveis sucessos na árdua tarefa de criar uma nação. Mas Voltaire, apesar de suas referências encomiásticas, nos deixa entrever no que consiste o método de ensino de Pedro o Grande: primeiro, a lição pelo exemplo de vida do príncipe e, se não for o bastante, o dever de casa pelo flagelo.

A crueldade não deriva somente do caráter de um príncipe que mais tarde forjaria provas no processo contra seu próprio filho. É preciso recordar, segundo Voltaire, que ele se formou em meio à cultura da violência intrínseca à tradição bárbara dos russos. Além

disso, sua índole de homem brutal era o fruto dos anos de sua juventude, quando sua meia-irmã Sofia, então regente, mandou esquarterar alguns de seus parentes. No poder, ele adotou o método do “*exemple terrible*”, sempre que se tratava de fazer valer sua vontade sobre pontos de vistas divergentes. Era o mestre da mais tradicional pedagogia da flagelação. Este Pedro terrível é bem o homem moderno descrito por Huizinga, Febvre e Mandrou, o sanguinário que vai ao êxtase diante de uma cena de suplício coletivo, mas que se enternece com a morte de um amigo, como foi por ocasião da morte prematura de seu favorito, o general suíço Le Fort.¹²

Como afirma nosso autor, “Seu espírito era justo, o que é a base de todos os verdadeiros talentos, e esta justiça vinha acompanhada por uma inquietude que o arrastava a tudo tentar e a tudo empreender”. (HR 1957: 404). De espírito prático, ao ver suas tropas destroçadas na batalha de Narva, passou a treinar e disciplinar seus exércitos em simulações reais. Ele é o rei-aprendiz, mas que também ensina pela prática. No exército, ele serviu “... de início como tamborileiro, em seguida como soldado, sargento, e lugar-tenente na companhia. Nada era mais extraordinário nem mais útil”. (HR 1957: 407). Segundo Voltaire, suas autopromoções ocorriam por mérito, quando da realização de algum feito digno de um homem de coragem. Ninguém ousaria virar as costas para um mestre que tinha dado o exemplo, até porque isto seria sempre muito perigoso. Em 1714, Pedro venceu Carlos, em batalha naval, na condição de um simples subordinado. Voltaire tomará a atitude do imperador nesse episódio para ilustrar a maneira eficaz pela qual um príncipe absoluto age - no meio de um povo rebelde e refratário a mudanças - quando tenciona se fazer obedecido:

Pedro Alexiowitz surge na qualidade de contra-almirante. Um boiardo russo, de nome Romanodowski, o qual representava o czar nessas ocasiões solenes, assentava-se no trono, tendo a seu lado doze senadores. O contra-almirante lhe apresenta a relação de sua vitória, e então se o declara vice-almirante, em consideração por seus serviços; cerimônia

¹² Acerca da fúria louca de Pedro em sua corte, sempre a estalar o seu chicote de rabo de boi e a brandir o seu sabre de aparar cabeças, cf. (“Anecdotes sur ...” VOLTAIRE 1957: 325).

estranha mas útil, num país onde a subordinação militar era uma das novidades que o czar tinha introduzido. (HC VOLTAIRE 1957: 245).¹³

Há um sentido a mais nesses encômios voltairianos. Como já se observou, ele tem uma queda pelas vidas paralelas, e quando assim procede, tenciona contrapor dois pesos, para fazer a balança baixar de um lado adredemente planejado. Desse modo, ele relativiza as iniquidades de Pedro, por ter elevado mais que destruído, sabendo aproveitar-se melhor de suas poucas vitórias, tornando-as úteis a seu povo. O rei que civiliza é mais digno do que aquele que simplesmente conquista. No texto intitulado “Lettre à M. Le Maréchal de Schulenburg”, datado de 1740, e incluído por René Pomeau nas *Oeuvres historiques*, Voltaire aciona novamente sua balança de aferir virtudes e vícios. E ele a fará pender, novamente, e sem apelação, para o prato do imperador:

Se pudéssemos tornar a história útil, seria, segundo me parece, fazendo notar o bem e o mal que os reis têm feito aos homens. Eu creio, por exemplo, que se Carlos XII, após ter destronado seu inimigo Augusto, dado um rei à Polônia e vencido o rei da Dinamarca, tivesse dado a paz ao czar, que a pedia; se ele tivesse retornado a seu reino como vencedor e pacificador do Norte; se ele tivesse se aplicado a fazer florescer as artes e o comércio em sua pátria, ele teria sido então, verdadeiramente, um grande homem, em lugar de ter sido apenas um grande guerreiro, vencido ao final por um príncipe que ele não estimava. Teria sido desejável para a felicidade dos homens, que Pedro o Grande tivesse sido menos cruel, e Carlos XII menos obstinado. (VOLTAIRE 1957: 299).

Pedro da Rússia, durante alguns anos, foi um derrotado, se o confrontarmos a seu rival histórico. Mas ele não perde em nada a sua grandeza, porque ela independe do heroísmo conquistador. Toda sua glória advém da enorme empresa de civilizar um reino atrasado, no que ele foi um pioneiro bem sucedido.¹⁴ É isso que o

¹³ Este episódio será descrito com as mesmas letras na *História da Rússia*. (VOLTAIRE 1957: 415).

¹⁴ Em carta a Frederico II datada de 1738, Voltaire faz sua profissão de fé numa política de resultados. Nesse sentido, aplica ao príncipe uma admoestação severa: “O czar, vós dissésseis, alteza, não possuía o valor de Carlos XII: é verdade; mas, enfim, nascido com pouco valor, promoveu batalhas, viu muita gente morta a seu

aproxima do paradigma entre os soberanos civilizadores, Luís XIV: “As nações já haviam dado a Pedro Alexiowitz o cognome de grande, que uma derrota não poderia fazê-lo perder, pois que ele não o devia a vitórias”. (HC VOLTAIRE 1957: 162). Voltaire se refere à derrota para o exército turco, depois de sagrar-se vencedor em Pultava, quando dizimou as tropas do rei sueco. Na *História da Rússia* ele foi muito expressivo no seu paralelo: “*Se Carlos XII perdesse uma vida tantas vezes colocada em risco, isto seria apenas um herói a menos. (...) mas se o czar perecesse, trabalhos imensos, úteis a todo o gênero humano, seriam sepultados com ele, e o mais vasto império da terra retornaria ao caos de onde ele o retirara com sacrifício*”. (HR 1957: 469).

Carlos XII foi “o mais inflexível e renitente soberano que jamais esteve sobre o trono”. (HR 1957: 513). Sua glória era de uma natureza diferente daquela que conquistou o czar. Ficou restrita a sua pessoa. Por toda parte que Voltaire olhe, não consegue encontrar uma extensão do rei, ou seja, não há vestígios do bem que porventura ele tivesse feito a seu povo. Pedro é um adestrador da natureza, Carlos um escavador de precipícios. Ambos sulcam a terra, mas com motivações opostas. Carlos é um “homem inquieto”, Pedro um “homem profundo”. Como diz Voltaire, “Pedro era o apoio de todos os príncipes, como Carlos havia sido o terror”. (HR 1957: 523). O czar é sábio e sua obra constitui-se num “*spectacle instructif*”. Derrotado por Carlos XII e mais tarde pelos turcos, ele não se precipita. Sabe esperar tudo do tempo, que é seu grande mestre. Ele é um estrategista de conjuntura, que também usa o tempo como um poderoso aliado. Continua firme em sua obra de civilizar um reino bárbaro. Este rei-maquinista sabe que “... *as negociações, os interesses, dos príncipes, suas ligas, suas amizades, suas desconfianças, suas inimizades, experimentam vicissitudes quase todos os anos e que, freqüentemente, não permanece nenhum traço de tantos esforços da política*” dessas águias acostumadas a se entre-estraqalharem. Desse modo, para o czar, “*Uma única manufatura, bem estabelecida, faz algumas vezes mais bem a um Estado que vinte tratados*”. (HR 1957: 539). Então, retirar um reino

lado, venceu em pessoa o mais bravo homem da terra. Aprecio um covarde que ganha batalhas”. (VOLTAIRE em POMEAU 1994b: 101).

das trevas de longos séculos de superstição e ignorância é alterar o curso da história. Pedro realizou essa façanha civilizadora, pela administração ordenada e pelo trabalho produtivo. É digno de memória e a posteridade deve conhecer este rei, porque ele tornou a Rússia uma nação da Europa. O rei-maquinista, o soberano moderno, o monarca administrador do progresso de seu reino é o modelo que faz a felicidade dos povos. É a este príncipe que Voltaire prefere se dirigir, é este o rei que “les yeux philosophiques aiment à considérer”. (HR 1957: 563). Para ele, nem pensar num dos antigos argumentos da realeza hereditária e cristocêntrica de Bossuet, para quem a capacidade de um rei para governar era dom de uma força transcendente. De fato, Bossuet dá a entender, em várias passagens da *Politique*, “que o direito de reger não significa reger direito” (FIGGIS), numa clara referência a que um rei *faible* e um mau governo podem ser punições divinas a um povo refratário à boa fé e à justiça.

Concluindo, na análise dessas “vidas paralelas”, notamos o que Voltaire aprecia e aquilo que renega nesses dois soberanos espetaculares. Em Pedro - este beberrão epilético e de rosto desfigurado pelas convulsões, que prefere esgotar um tonel a apreciar os vinhos delicados - reprova-lhe o calculismo frio, a intemperança desbragada, a violência que se confunde com a crueldade: “Afirma-se que os legisladores e os reis não devem nunca serem tomados pela cólera; mas, não houve nunca ninguém mais dominado por ela que Pedro o Grande, nem mais impiedoso”. (“Anecdotes sur ...” 1957: 324-25). Em Carlos, aprova-lhe a altivez, a liberalidade, a coragem e a continência. É o método voltairiano de pesar celebridades: eleva bem alto quem ele tenciona fazer despencar. Na verdade, Carlos é muito inferior a Pedro. Salvaguardados todos os seus vícios, o imperador foi um obreiro incansável, que não poupou nenhum recurso para erguer um país que a natureza parecia não ter destinado à morada de homens. (Cf. HC VOLTAIRE 1957: 125). E, no final de sua *História da Rússia*, ele concluirá: “Ele forçou a natureza em tudo, em seus súditos, nele mesmo, e sobre a terra, e sobre as águas; mas ele a forçou para a embelezar”. (HR 1957: 597). Aí está o diferencial entre o príncipe que cria e o que destrói, entre o grande homem e o conquistador.

Um espelho para os príncipes europeus de uma nova era certamente será a vida de Pedro o Grande, mas sem os seus vícios, bem entendido. É em seu exemplo que os monarcas da Europa tinham de se mirar, para fazer de seus reinos nações modernas, capazes de seguir, sem esforço, a corrente do progresso, tornando seus povos melhores e mais felizes. Pedro será, em sua concepção, o príncipe-arquiteto que reforma um reino, sem se importar muito com o fato de não ter conseguido reformar-se a si próprio; ele será o mestre de obras que ergue com talento, a partir dos materiais que encontra pela frente: “É um arquiteto que construiu com barro e que, em outra parte, construiria com mármore”. (“Anecdotes sur ...” VOLTAIRE 1957: 335). Aí reside a diferença entre Pedro I e Luís XIV. Voltaire reconhece que o assassinato de um filho foi um dos mais brutais exemplos de severidade que se deu do alto de um trono, e que esta falta será digna de reprovação até a mais recuada posteridade. Contudo, é preciso pesar as virtudes de um monarca cujo resto de vida “... foi a seqüência de seus grandes desígnios, de seus trabalhos e de seus feitos, que parecem apagar os excessos de sua severidade, talvez desnecessária”. (“Anecdotes sur ...” 1957: 334).

FONTES

AMYOT, J. S./d. “Epístola ao muito poderoso e cristianíssimo rei de França Henrique II”. In: PLUTARCO. *As vidas dos homens ilustres*. São Paulo, Editora das Américas.

VOLTAIRE. 1957. “Histoire de Charles XII roi de Suède”. In: *Oeuvres historiques*. Paris, Gallimard. (Collection Bibliothèque de La Pléiade, texte établi, annoté et présenté par René Pomeau).

VOLTAIRE. 1957. “Textes relatifs à l’Histoire de Charles XII”. In: *Oeuvres historiques*. Paris, Gallimard. (Collection Bibliothèque de La Pléiade, texte établi, annoté et présenté par René Pomeau).

- VOLTAIRE. 1957. “Anecdotes sur le Czar Pierre le Grand”. In: *Oeuvres historiques*. Paris, Gallimard. (Collection Bibliothèque de La Pléiade, texte établi, annoté et présenté par René Pomeau).
- VOLTAIRE. 1957. “Histoire sur l’Émpire de Russie sous Pierre le Grand”. In: *Oeuvres historiques*. Paris, Gallimard. (Collection Bibliothèque de La Pléiade, texte établi, annoté et présenté par René Pomeau).
- VOLTAIRE. 1957. “Le siècle de Louis XIV”. In: *Oeuvres historiques*. Paris, Gallimard. (Collection Bibliothèque de La Pléiade, texte établi, annoté et présenté par René Pomeau).
- VOLTAIRE. 1978. “Dicionário Filosófico”. In: *Os pensadores*. São Paulo, Abril Cultural.
- VOLTAIRE. 1994. *Dictionnaire philosophique*. Paris, Gallimard. (Préface d’Alain Pons).
- VOLTAIRE. 1994. “Préface pour l’Anti-Machiavel”. In: Pomeau, R. *Politique de Voltaire*. Paris, Armand Colin.
- VOLTAIRE. 1994. “Lettre à Frédéric, prince royal de Prusse”. In: Pomeau, R. *Politique de Voltaire*. Paris, Armand Colin.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FIGGIS, J. N. 1942. *El derecho divino de los reyes*. México, F.C.E.
- FLACELIÈRE, R. 1957. “Introduction”. In: PLUTARQUE. *Vies*. Paris, Les Belles Lettres.
- FUETER, E. D. 1953. “Historiografía de la Ilustración”. In: ---. *Historia de la historiografía moderna*. Buenos Aires, Editorial Nova. Vol. 02.

- GAY, P. 1968. *The Enlightenment, an Interpretation. The Rise of Modern Paganism*. New York, Vintage Books
- GAY, P. 1977. *The Enlightenment, an Interpretation. The Science of Freedom*. New York, W. Norton.
- KOSELLECK, R. 1979. *Le règne de la critique*. Paris, Les Editions de Minuit.
- KOSELLECK, R. 1990. *Le futur passé. Contrution à la sémantique des temps historiques*. Paris, EHESS.
- LA ROCHEFOUCAULD. S./d. *Reflexões e máximas morais*. São Paulo, Ediouro.
- MAQUIAVEL. 1982. *A arte da guerra e outros ensaios*. Brasília, E.U.B.
- POMEAU, R. 1957. “Préface”. In: VOLTAIRE. *Oeuvres historiques*. Paris, Gallimard.
- POMEAU, R. 1960. “Appendice”. In: LANSON, G. *Voltaire*. Paris, Hachette.
- POMEAU, R. 1988. *La Europa de las Luces. Cosmopolitismo y unidad europea en el siglo XVIII*. México, F.C.E.
- POMEAU, R. 1994. “Présentation”. In: *Politique de Voltaire*. Paris, Armand Colin.
- ROBERT, P. 1997. “Voltaire”. In: *Le petit Robert des noms propres*. Dictionnaire Illustré. Paris, Dictionnaires Le Robert.
- SEHELLART, M. 1995. *Les arts de gouverner*. Paris, Éditions de Seuil.
- SKINNER, Q. 1988. *Maquiavel*. São Paulo, Brasiliense.

- SKINNER, Q. 1996. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo. Companhia das Letras.
- WALTER, G. 1951. "Intoduction". In: PLUTARQUE. *Les vies des hommes illustres*. Paris, Gallimard.
- WOLIN, S. 1960. *Politics and vision*. Boston, Litle, Brown and Company.

COMUNICAÇÃO

A Racionalidade na Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo

José Fernando Souto Jr

Para começar esse texto sobre o racionalismo na obra de Max Weber, procurarei seguir o caminho em que eu possa compreender o autor fazendo-me entender aos outros, seguindo o caminho da racionalidade como fenômeno histórico-sociológico nas páginas da *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. Para iniciar é importante frisar que esse texto não se pretende trazer uma discussão acabada, bem fechada ou uma conclusão de algo antes ainda não pensado, ao contrário, é um trabalho pontual sobre o conceito e o autor.

A escolha da *Ética protestante e o espírito do capitalismo* como obra merecedora para este exercício deve-se ao fato de que compreendo ser ali onde Weber expõe seus conceitos principais como resultado de suas pesquisas. Assim, é possível resgatar a idéia weberiana da racionalidade relacionada a um estudo de caso como consequência da produção desse autor no espaço e no tempo.

Weber (1999: 01) inicia seu texto com a seguinte questão:

No estudo de qualquer problema da história universal, um filho da moderna civilização européia sempre estará sujeito à indagação de qual combinação de fatores a que se pode atribuir o fato de na Civilização Ocidental, e somente na Civilização Ocidental, haverem aparecido fenômenos culturais dotados (como queremos crer) de um desenvolvimento universal em seu valor e significado.

Sua preocupação é entender o fenômeno de como determinadas características se apresentam apenas à cultura ocidental de forma universal. A ênfase é dada a tentativa de entender esse fenômeno cultural próprio dessa civilização, ou seja, aquilo que é específico a esta formação cultural.

Para isto o autor discorre sobre a manifestação dessas características da cultura ocidental, começa pela ciência em vários países e continentes. Mas conclui que somente no “*Ocidente existe a ‘ciência’ num estágio de desenvolvimento que atualmente reconhecemos como ‘válido’*”. Com isto Weber quer chamar atenção para a racionalização (adequação de meios a fins) presente nesta cultura. “*O mesmo ocorre com a Arte*”, com a arquitetura, com as “*escolas superiores*” que foram capazes de dar

Um tratamento racional, sistemático e especializado da ciência por especialistas treinados, em um sentido que se aproximasse de seu atual papel de dominância na cultura contemporânea, não existiu senão no Ocidente. Isto é verdade, principalmente, no que se refere ao funcionalismo especializado, base do Estado Moderno e da moderna economia Ocidental (WEBER, 1999: 03).

Ainda segundo este autor, o Estado como entidade política e com uma constituição racionalmente redigida e um Direito racionalmente ordenado, além de uma administração orientada por regras racionais e gerida por funcionários especializados é também uma característica do Ocidente. A racionalidade está presente nos vários níveis sociais da sociedade ocidental, para o autor “*o mesmo ocorre com a força mais significativa de nossa vida moderna: o Capitalismo*” (WEBER,1999: 04).

O impulso para o ganho, e a gana pelo lucro, lucro o mais alto possível, segundo Weber, não tem nada a ver com capitalismo. “*Isto não passa de uma noção ingênua que pertence ao jardim da infância da história da Cultura. O desejo de ganho ilimitado não se identifica nem um pouco com o capitalismo*” (WEBER,1999: 04). Mas é a noção de capitalismo de Weber que nos interessa mais, por enquanto, e que será fundamental para discernirmos o fenômeno da racionalização e a afirmação anterior e entendermos um ponto metodológico. Sua noção de capitalismo é a seguinte: “*O capitalismo, na organização capitalista **permanente**¹ e racional, equivale à procura do lucro, de um lucro sempre renovado, da ‘rentabilidade’*”. Antes, no entanto, de procurarmos entender o que

¹ Grifos meus.

significa para Weber o capitalismo, é importante tentarmos entender o seu conceito de ação, sem o qual seria impossível prosseguir.

Para Weber, o foco de sua sociologia encontra-se na apreciação da ação social. Dessa forma, a sociologia procura compreender o sentido da ação² dada pelo indivíduo, e esta é ação social porque gera relações sociais que extrapolam inclusive os fins visados pelo agente. Neste ponto encontramos a sua sociologia compreensiva.³ *“O que ele sustenta é que o ponto de partida da análise sociológica só pode ser dado pela ação de indivíduos e que ela é ‘individualista’ quanto ao método”* (COHN, 1979: 26). Para ficar claro: *“o que está na mira da sociologia weberiana não é a ‘ação’ de um indivíduo, mas a ação social”* (SAINT-PIERRE, 1995: 55). *“A compreensão dos sentidos subjetivos implica uma*

² Para Hanna Arendt, a pluralidade humana é condição básica da ação e do discurso. Segundo ela, a ação tem três malogros: a imprevisibilidade dos resultados, a irreversibilidade do processo e o anonimato dos autores. *“A ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens... É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento físico original. Não nos é imposta pela necessidade, como o labor, nem se rege pela utilidade, como o trabalho. Pode ser estimulada, mas nunca condicionada, pela presença dos outros em cuja companhia desejamos estar... Se a ação, como no início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais... De qualquer modo, desacompanhada do discurso, a ação perderia não só o seu caráter revelador como, e pelo mesmo motivo, o seu sujeito, por assim dizer: em lugar de homens que agem teríamos robôs mecânicos a realizar coisas que seriam humanamente incompreensíveis. Sem o discurso a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator; e o ator, o agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras... A ação só se revela plenamente para o narrador da história, ou seja, para o olhar retrospectivo do historiador, que realmente sempre sabe melhor o que aconteceu do que os próprios participantes. Todo relato feito pelos próprios atores, ainda que, em raros casos, constitua versão fidedigna de suas intenções, finalidades e motivos, não passa de fonte útil nas mãos do historiador, e nunca tem a mesma significação e veracidade da sua história... A ação, portanto, não apenas mantém a mais íntima relação com o lado público do mundo, comum a todos nós, mas é a única atividade que o constitui”* (ARENDR, 1995: 188-259).

³ Para uma melhor compreensão do termo e da sociologia compreensiva ver (COHN, 1979; FREUND, 1975: 67 a 99; ARON, 1995: 468 e 469; TIMASHEFF, 1965: 223 a 234; SAINT-PIERRE, 1994: 53 a 65).

*classificação dos tipos de conduta e leva à percepção da sua estrutura inteligível*⁴ (ARON, 1995: 465).

*Por ‘acción’ debe entenderse una conducta humana (bien consista en un hacer externo o interno, ya en un omitir o permitir) siempre que el sujeto o los sujetos de la acción enlacen a ella un sentido subjetivo. La “acción social”, por tanto, es una acción en onde el sentido mentado por su sujeto o sujetos está referido a la conducta de otros, orientándose por ésta en su desarrollo (WEBER, 1997:05).*⁵

O sentido dado a uma conduta é que pode transformá-la em ação. Assim, uma omissão, dependendo do sentido atribuído a ela, transforma-se em ação⁶.

O autor classifica a ação em quatro tipos principais:

- **Ação racional com relação a fins ou com propósito ou ação instrumental:** é toda e qualquer ação que adequa os meios aos fins desejados. Aqui os fins justificam os meios. É o tipo de ação predominante na sociedade capitalista;
- **Ação racional com relação a valores:** é aquela em que se age racionalmente adequando os meios aos fins, só que os meios têm de estar de acordo com algum valor, não podem ser incompatíveis com o valor buscado, seja o valor moral, religioso, ético, etc.; o ator age racionalmente, aceitando todos os riscos, não para obter um resultado extrínseco, mas para permanecer fiel à sua idéia de honra;
- **Ação com relação à tradição** (ou ação tradicional): é aquela ditada pelos hábitos, costumes, e crenças.
- **Ação afetiva:** é a ação ditada imediatamente pelo estado de consciência ou o humor do sujeito. Em todos os casos, a ação é definida por uma reação emocional do ator, em determinadas circunstancias e não em relação a um objetivo

⁴ Esta afirmação pode servir como síntese de como são formados os Tipos Ideais weberianos.

⁵ “Ação social é uma ação cujo significado subjetivamente atribuído pelo sujeito ou sujeitos tem como referência a conduta dos outros, orientando-se por esta em seu desenvolvimento” (VILLA NOVA, 1989: 46).

⁶ Sobre a diferença entre conduta e ação ver (SAINT-PIERRE, 1994: 54-55).

ou a um sistema de valores (ARON, 1995: 464; OLIVEIRA, 1997: 02).

Voltando a definição weberiana de capitalismo:

Chamaremos de ação econômica 'capitalista' aquela que se basear na expectativa de lucro através da utilização das oportunidades de troca, isto é, nas possibilidades (formalmente) pacíficas de lucro. Em última análise, a apropriação (formal e atual) do lucro segue os seus preceitos específicos, e, (conquanto não se possa proibi-lo) não convém coloca-la na mesma categoria da ação orientada para a possibilidade de benefício na troca. Onde a apropriação capitalista é racionalmente efetuada, a ação correspondente é racional calculada em termos de capital (WEBER, 1999: 04-05).

Dessa maneira, o autor distingue entre a ação orientada para a possibilidade de benefício na troca da ação econômica capitalista. A primeira é mera troca com vistas ao lucro, já a segunda envolve o cálculo racional possibilitado graças ao desenvolvimento da contabilidade (o ajustamento dos lucros ao investimento) e do direito. Mas a parte fundamental da diferenciação que Weber pretende fazer é chamar atenção para as relações de mercado da sociedade moderna que se baseiam em operações racionais. Mas uma pergunta surge: é possível compreender o conceito de racionalidade sem o conceito de ação social?

Nisto reside o importante, no cálculo do capital em dinheiro, seja através de modernos meios contabilísticos, seja através de qualquer outro meio, por mais primitivo e superficial que ele seja. Tudo é feito em termos de balanço: a previsão inicial no começo da empresa, ou antes de qualquer decisão individual; o balanço final para verificação do lucro obtido (WEBER, 1999: 05).

É nisso que se fundamenta o conceito de racionalidade: o cálculo, sinônimo de adequação de meios fins (VILLAS BOAS, 1997: 05). Mas se a racionalidade é vista por nosso autor como expressão da vida moderna, como empresas antigas sobreviviam sem esse cálculo? Segundo Weber, algumas empresas utilizam de convenções, tradições ou mesmo de adivinhação para obter o lucro, este fato pode ocorrer ainda hoje em empresas capitalistas quando as circunstâncias não exijam precisão absoluta. Esses fatos não afetam a

racionalidade da aquisição capitalista. Ainda segundo o autor, o Capitalismo e empresas capitalistas existiram em todos os países civilizados da terra, inclusive com uma dose de racionalismo. Não eram empreendimentos isolados e nem tão pouco deixavam de primar pelo lucro renovado. Existiam inclusive como empreendimentos duradouros. A diferença para o Ocidente está na gama de significados, de tipos, formas e direções “*que antes não existiram em parte alguma*”. Além disso, o Ocidente ao lado do capitalismo, veio a conhecer a “*organização capitalística racional assentada no trabalho livre*” abre parênteses e conclui “*(formalmente pelo menos)*” fecha parênteses.

A empresa capitalista não teria sido viável se não houvesse existido dois outros fatores: a separação da empresa da economia doméstica, o que significa a “*separação jurídica dos bens da empresa dos do indivíduo*” (WEBER,1999: 08); além da criação da contabilidade, o que permitiu o cálculo racional. Seu significado atual tem sido possível graças à “*associação à organização capitalística do trabalho*”. E este ponto é fundamental para entendermos a “*Ética*”. Pois “*o cálculo exato – base de todos os demais – só é possível no plano do trabalho livre*” institucionalizado (WEBER,1999: 08), fato primordial para a existência do proletariado moderno e, conseqüentemente, para a existência da luta de classes, ainda segundo este autor.

Ora, agora é possível entender a relação entre o conceito de ação social e de racionalidade. A ação social torna-se compreensível porque, como nos diz Hannah Arendt (1995), ela não acontece de forma isolada, ao contrário, ela gera o espaço público, criando uma teia de relações sociais. Segundo Weber, o sujeito atribui um significado subjetivamente visado na ação social ao tomar como referência a conduta dos outros, orientando-se por esta em seu desenvolvimento. A racionalidade é fruto da ação social racional, pois os indivíduos calculam suas ações baseados no comportamento dos outros. O problema surge quando pensamos na ação tradicional ou afetiva, ainda que a expectativa com relação ao comportamento do outro esteja presente no desenvolvimento da ação, falta-lhe a adequação de meios e fins, e este parece ser o problema para Weber.

A sociedade e o sistema capitalista não seriam viáveis sem a ação social, mas acima de tudo, seriam inviáveis sem o cálculo racional baseado na adequação de meios a fins. De outra forma, a concepção weberiana de empresa, que pressupõe: iniciativa, singularidade, renovação, etc. não existiria. Nesse ponto entram as relações de trabalho livre. O sistema capitalista prescinde da ação e esta não seria possível onde não houvesse o trabalho livre, “*conditio sine qua non*” para a inovação, a singularidade, e o cálculo; os homens agem calculando todo o tempo o tempo todo. O mesmo problema colocado no parágrafo anterior, e ainda não respondido, volta novamente aqui e é a razão, ao que tudo indica, da motivação weberiana para escrever a ética. Que questão é esta? Fica para o final.

Ele vai colocando o que de fato quer com a discussão que anuncia na ética:

Dessa forma, o que nos interessa numa história universal da cultura, mesmo do ponto de vista puramente econômico, em última análise, não é tanto o desenvolvimento da atividade capitalística como tal, diferindo nas várias culturas apenas na forma (...) São, antes, as origens desse sóbrio capitalismo burguês, com a sua organização racional do trabalho. Em outras palavras, do ponto de vista da história da cultura, a origem da classe burguesa ocidental e de suas peculiaridades é um problema que certamente se relaciona de perto com a origem da organização capitalística do trabalho, não sendo, entretanto, simplesmente a mesma coisa⁷ (WEBER, 1999: 10).

Neste ponto o autor passa a relacionar o desenvolvimento do capitalismo com a influência da técnica propiciada pela ciência ocidental e afirma que o próprio capitalismo influenciou com seus interesses a ciência ocidental a partir da sua “*aplicação prática na economia*”. A utilização técnica da ciência foi impulsionada, de certa forma, por “*considerações econômicas que se assentavam nela no Ocidente*”. Weber faz a pergunta: de que parte dessa organização tal impulso deve ter saído, já que de todas as partes em igual não deve ter sido?

Entre os fatores incontestáveis para Weber encontram-se as estruturas racionais do direito e da administração, que se influenciam

⁷ Grifos meus.

intimamente. Nesse momento o nosso autor pergunta-se por quê esse fenômeno é uma característica singular do Ocidente? “*Por que só aqui, quando as possibilidades também estavam presentes em quase todo lugar?*” (JASPERS, 1977: 125) “*Porque em todos os casos citados trata-se do ‘racionalismo’ específico e peculiar da cultura ocidental*” responde Weber (1999: 11). Mas o autor não esmorece ao afirmar que racionalizações têm existido em todas as partes e em todas as culturas. Para encontrar a diferença entre elas faz-se necessário olhar em que esfera e direção elas ocorrem (meios-fins). Mas o que significa isso? Em primeiro lugar, é possível perceber que nosso autor está interessado na singularidade do racionalismo ocidental, e para entender esse fenômeno ele preocupa-se com as raízes deste, ou seja, os fatores subjetivos que levaram ao desenvolvimento de uma cultura com profundo sentido racional em suas ações, diferente de qualquer outra e que se impõe, inclusive, sobre outras. Neste ponto é clara a rejeição weberiana pelo determinismo econômico e sua opção em encontrar em outras esferas sociais a causa para questões sociais. Ele não se contenta com isso e a partir da afirmação feita entendemos também sua opção metodológica por uma ciência que não seja finalista, que não dê respostas fechadas para as questões sociais. Nesse caso, Weber não acredita que exista uma ciência da cultura capaz de abarcar a realidade como um todo. Para ele,

Cada pesquisa é particular, e que o todo é inacessível (...) a realidade é individual, infinita, inesgotável em cada uma das suas figuras: as leis que valem para estas não permitem que delas se deduza o real (...) sempre e em qualquer tempo a realidade é individual, numa infinita diversidade histórica (JASPERS, 1975: 131).

Mais ainda! Em segundo lugar, Weber nos remete, podemos dizer assim, ao seu conceito de legitimidade: “*O racionalismo econômico, embora dependa parcialmente da técnica e do direito racional, é ao mesmo tempo determinado pela capacidade e disposição dos homens em adotar certos tipos de conduta racional*”. Isto coloca a questão de que os homens aceitam o modo de vida racional. Assim, ele vai anunciando aos poucos o seu intento:

As forças mágicas e religiosas, e os ideais éticos de dever deles decorrentes, sempre estiveram no passado entre os mais importantes elementos formativos da conduta. É com elas que se ocupam os estudos aqui reunidos e ordenados (WEBER, 1999: 11).

Ele anuncia que é na origem da classe burguesa e de suas peculiaridades que podemos encontrar a afinidade motivadora da organização capitalística do trabalho. Aqui o autor começa a trazer para os homens de carne e osso a sua tentativa de explicação da ordem social. Em outras palavras, o autor preocupa-se com o “*ethos*” cultural ocidental, uma mentalidade racional econômica que norteasse o desenvolvimento da sociedade moderna.

Segundo Oliveira (1997: 03),

É inaceitável para o individualismo weberiano que o destino humano possa ser decretado por um sistema econômico. Em algum nível, haveria de existir algum tipo de liberdade, possibilitadora da existência de escolhas. Ele mesmo, Weber, compartilha do ponto de vista de que é necessário existir algum valor por trás das atitudes humanas, pois o contrário significa mover-se em um ‘mundo desencantado’, destituído de ideais.

Mas onde encontrar este “*ethos*” cultural? Weber vai encontra-lo na religião, especificamente nas seitas protestantes. A Reforma Protestante é o marco decisivo para a instauração da mentalidade do homem moderno. E qual seria esta? O autor parte da associação feita pelo protestantismo entre atividade secular e a salvação da alma (OLIVEIRA, 1997: 06; VILLAS BOAS, 1997: 07-08).

Por meio da idéia de VOCAÇÃO Weber procura entender o modo de vida que permitiu o sucesso do capitalismo e que tem seu fundamento na religião. A procura desse fundamento religioso para explicar como os homens deram legitimidade ao sistema tem uma íntima relação com o conceito de ação social, já que este pressupõe a liberdade de escolhas dos indivíduos, ponto importante para entender a legitimidade do sistema. Outro dado ligado ao conceito e mencionado no início dessa discussão e que por isso merece atenção tem a ver com as conseqüências imprevistas da ação, fato responsável pela irracionalidade da ação.

Weber inicia o capítulo II da ética fazendo citações de Benjamin Franklin tentando entender o “*ethos*” cultural a partir de suas pregações onde o ponto norteador é a quantificação do tempo como dinheiro⁸: “*tempo é dinheiro*”. Esta filosofia nosso autor chama de “*filosofia da avareza*” (WEBER, 1999: 31). O termo VOCAÇÃO é definido por Weber como a obrigação que o indivíduo deve sentir e realmente sente, com relação ao conteúdo da sua atividade profissional. Esta concepção na forma que entendemos surgiu apenas no sistema capitalista e tem suas raízes na Reforma. O termo VOCAÇÃO foi entendido como um dom especial atribuído ao indivíduo pela vontade de Deus, vontade divina, e é entendida como predestinação.

Foi, portanto, nesse conceito de vocação que se manifestou o dogma central de todos os ramos do Protestantismo, descartado pela divisão católica dos preceitos éticos, e segundo a qual a única maneira de viver aceitável por Deus não estava na superação da moralidade secular pela ascese⁹ monástica, mas sim no cumprimento das tarefas do século, imposta ao indivíduo pela sua posição no mundo. Nisso é que está a sua vocação (WEBER, 1999: 53).

A combinação está baseada em muito trabalho e renúncia ao prazer. O sacrifício. Ponto fundamental para o acúmulo capitalista, pois todo o dinheiro que for adquirido com o trabalho é reinvestido na empresa ou colocado na poupança. Restringia-se assim todo tipo de gasto com o luxo e exigia-se cada vez mais disciplina no trabalho e na utilização do dinheiro. É a contenção dos impulsos irracionais e naturais, em favor da ação disciplinada e racional. Os resultados obtidos nos ganhos significavam os sinais da sua eleição. O resultado dessa ética é um apelo à ação no mundo ao mesmo tempo em que significava um **desencantamento** com as esferas mágicas da religião e dos instintos pessoais, é um apelo a razão, acima de tudo. (TOURAINÉ, 1997: 32-33). O puritanismo estimulou os homens

⁸ Um texto importante para o entendimento dessa quantificação do tempo como dinheiro pode ser encontrado em THOMPSON (1979: 239-293).

⁹ ASCESE, s.f. Exercício espiritual de devoção, de mortificação e meditação religiosa. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. MEC/FAE. Rio de Janeiro, 1984. p: 136.

para a ação ascética no mundo. Essa ética libertou os homens para o consumo e para a ânsia de lucro. O tratamento do trabalho como uma VOCAÇÃO é parte fundamental para o trabalhador moderno da mesma maneira que é para a atitude aquisitiva do empresário. A VOCAÇÃO é um misto de ação e renúncia que se condicionam. Mas este mesmo conceito abriu a possibilidade para a moderna divisão do trabalho e da especialização, ponto fundamental para entendermos também o crescimento da burocracia como fenômeno da racionalização cada vez maior na produção e também como forma de dominação¹⁰. A disciplina e a contenção dos impulsos significaram um novo modo de vida baseado na racionalização da conduta em todas as esferas da vida social.

Deus predeterminou todos os homens, seja para um perene estado de graça, seja para a danação eterna; homem algum pode alterar nada nisso; mas ele pode procurar sintomas da condição que o inescrutável juízo divino lhe determinou; nem por isso ele pode retirar qualquer certeza dos sintomas; a dúvida sempre persiste. Um sintoma é, então, que ele obtenha êxito através de sua ação no mundo; daí que a incansável dedicação ao plano e à obra pelo empresário e pelo trabalhador não visem o lucro ou os prazeres do mundo, mas sim busquem um sinal de que cada qual esteja determinado pelo estado de graça. Caso ele se pusesse a gozar o seu ganho, ao invés de usá-lo para a ampliação do seu êxito e, por essa via, para a glorificação de Deus neste mundo, então isso se converteria num sinal do contrário. A persistente incerteza sobre o estado de graça. Mesmo quando os sintomas de êxito são os mais grandiosos, impele-no sem repouso em busca de mais (JASPERS, 1977: 124 - 125).

Mas, para Weber, “Os resultados culturais da Reforma foram em boa parte conseqüências imprevistas, e por isso mesmo não-desejadas, do trabalho dos reformadores, muitas vezes bastantes divergentes, e até opostas ao que eles realmente desejavam” (WEBER, 1999: 61). É desta citação que podemos entender a irracionalidade na obra weberiana. Ela aparece como resultado da nossa vida afetiva, por permanecermos sempre submetidos às mesmas paixões e necessidades, no acaso e na imprevisibilidade “no mundo se confrontam valores múltiplos e fins últimos que, por sua própria pluralidade, sustentam a

¹⁰ Sobre isso ver (WEBER, 1993; 1971: 223 a 282; 1997: 170 a 240).

irracionalidade (...) a escolha é por excelência geradora de conflitos” (FREUND, 1975: 25-6). O segundo aspecto da irracionalidade tem a ver com os efeitos imprevistos da ação¹¹, e que se apresenta na citação acima. Segundo Jaspers (1977: 21) “*Os homens sofrem porque ao longo do tempo o resultado de suas ações não correspondem aquilo que desejavam*”¹².

E o sofrimento trazido por estas questões é justamente o desencanto do mundo causado pela racionalização. É a inversão encontrada por Weber no espírito do capitalismo. E esta é a responsável pela resposta que fiquei devendo: a questão da ação afetiva e tradicional que são suprimidas em favor da ação racional que se torna irracional à medida que o acúmulo de dinheiro passa ser a prioridade, o afã do ganho e o acumular destituído de valores.

Não poderia o velho satisfazer-se com 75 mil dólares por ano e descansar? Não! A frente da loja deve ser aumentada para 400 pés.

¹¹ Importante discussão sobre os efeitos inesperados da ação pode ser visto em Hannah Arendt quando esta discute a diferença entre a ação e a fabricação. Um dos fatores importantes desestimuladores da participação dos homens nos negócios públicos, diga-se aí a política, são as conseqüências inesperadas ou imprevistas da ação, principalmente se estas forem maléficas. Na ação é impossível a irreversibilidade do processo. A fabricação, ao contrário e segundo esta autora, é um processo controlado pelos homens todo o tempo (1995). Uma frase encontrada no livro de Julien Freund (1975: 28) resume bem o que se quer dizer com isto: “*o bem está longe de resultar do bem, como o mal está longe de resultar do mal. A realidade é infinitamente mais complexa. As conseqüências mais desastrosas acompanham muitas vezes as intenções mais puras e mais nobres*”.

¹² Essa discussão traz para nós o dilema weberiano da *ética da responsabilidade* e da *ética da convicção*. O dilema está presente nos textos da *Política como vocação e Ciência como vocação* (WEBER, 1971: 97 a 183). O indivíduo que faz uso da *ética da responsabilidade* leva em conta o possível avaliando os meios mais apropriados para atingir um determinado fim (meios-fins), consciente das conseqüências que podem advir do seu ato de escolha. Já com a *ética da convicção* o indivíduo não faz referências às conseqüências, age apenas pelos sentimentos ligados a sua causa. O primeiro seria o político e o segundo poderia ser o revolucionário ou mesmo o burocrata. A união dessas duas éticas para Weber teria como resultado o homem ideal. “*A razão de sua ação é a ‘causa’ enquanto que a responsabilidade, no caso em que sua ação fracasse, será imputada à ‘insensatez do mundo’ que não permitiu ver a nobreza daquela (...) é a ética que Weber ver como a-cósmica, e também a-histórica, por ser descontextualizada, e, como tal, indiferente às particularidades conjunturais a que a política está submetida*” (SAINT-PIERRE, 1994: 103).

Por quê? Porque isso supera tudo – diz ele. À noite, quando sua mulher e filha lêem juntas, ele quer ir para a cama. Aos domingos, olha para o relógio cada cinco minutos, para ver quando estará no fim o dia. Que vida fútil! (WEBER, 1999:224).

Essa racionalização suprimiu, ao que parece, valores fundamentais da cultura ocidental, tais como a criatividade e a autonomia da ação, isto com relação à burocracia por exemplo (GIDDENS, 199 :251). Criando assim um cárcere de ferro, ou como prefere Weber ao terminar seu livro: “*O destino iria fazer com que o manto se transformasse numa prisão de ferro*”.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARENDT, Hannah. (1997), *A condição humana*. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 7ª edição.
- ARON, Raymond. (1987), “Max Weber”. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo, Martins Fontes/ Ed. UnB. 2ª ed. p 461, 540.
- COHN, Gabriel. (1979), *Max Weber*. São Paulo, Ática.
- FREUND, Julien. (1975), *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro, Forense-universitária.
- GIDDENS, Anthony. (1994), *Capitalismo e moderna teoria social*. 4º ed. Lisboa, Editorial Presença.
- _____. (1991), *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- JASPERS, Karl. (1977), “Método e visão do mundo em Weber”. In Gabriel Cohn (org) *Sociologia para ler os clássicos*, Rio de Janeiro-São Paulo, Livros T. e Científicos Editora S.A. p 121-135.
- LÖWITH, Karl. (1997), “Max Weber e Karl Marx”. In René E. Gertz (org). *Max Weber e Karl Marx*. 2º edição, São Paulo, HUCITEC. p:17 - 31.
- OLIVEIRA, Paulo Sérgio de. (1997). *Notas sobre a sociologia de Max Weber*. (mimeo).
- THOMPSON, E. P. (1979), “Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial”. In *Tradicón revuelta y consciencia de*

- clase, estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial.* Barcelona, Editora Crítica-Grijalbo.
- TOURAINÉ, Alain. (1997), *Crítica da modernidade*. 4º Edição. Petrópolis, Vozes.
- SAINT-PIERRE, H. (1994), *Max Weber: entre a paixão e a razão*. Campinas, Editora da Unicamp.
- TIMASHEFF, N. (1965), *Teoria Sociológica*. Rio de Janeiro, ZAHAR.
- VILLA NOVA, Sebastião. (1989), *Introdução à sociologia*. São Paulo, Atlas.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. (1997). *Ascese e Prazer: Um capítulo esquecido da polêmica Weber/Sombart*. (mimeo).
- WEBER, Max. (1971), *Ensaio de sociologia de Max Weber*. In Mills, C.W. e GERTH, H. (org). Rio de Janeiro, ZAHAR. p 97-153, 211-28.
- _____. (1997), *Economia y sociedad*. México, Ed. Fondo de Cultura Económica.
- _____. (1993), *Parlamento e governo: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (1999), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 13º ed. São Paulo, Editora Pioneira.

ESPECIAL

*Um balanço dos “500 anos”: uma entrevista com
Caio César Boschi*

Entrevistador: Renato Pinto Venâncio
Dep. História - UFOP

1) Gostaria de começar esta entrevista com uma provocação: para você, qual é a importância da comemoração de efemérides, como a relativa aos quinhentos anos do “descobrimento” do Brasil?

Como sabemos, a comemoração de efemérides é uma constante na vida dos povos e das nações e deve ser sempre a ocasião para se refletir sobre a realidade do presente, oportunidade para colocarmos em discussão as questões que nos afligem como corpo social. O cuidado a ter, portanto, é o de não nos deixarmos enredar pelo traço de conservantismo social de que se reveste esse gênero de eventos, intrinsecamente marcados por uma perspectiva passadista e diversionista que procura escamotear ou minimizar os conflitos e as tensões sociais de que somos partícipes. Por isso mesmo, sou dos que defendem a realização desse tipo de evento. Todavia, cumpre observar, – e lastimar –, que tais comemorações são automaticamente apropriadas e manipuladas pelos governantes, sem que haja um contraponto ostensivo por parte da sociedade civil, inclusive do seu segmento acadêmico-científico. Repare, por exemplo, que as comemorações dos 500 Anos seriam um excelente ensejo para a comunidade acadêmica estimular e realizar, à exaustão, entre nós, debates em torno de questões como, dentre outras, a cidadania, a identidade nacional e a exclusão social no Brasil dos nossos dias.

2) Segundo seu ponto de vista, qual foi, em Portugal, o significado da comemoração dos 500 anos ?

Na minha avaliação, Portugal desenvolveu com competência e profissionalismo a proposta que cuidadosamente foi preparando ao longo dos anos, ajustando-a a um cronograma de execução próprio. Ou seja, na ótica portuguesa, a questão dos 500 Anos tinha dimensão muitíssimo mais abrangente do que a simples comemoração do quinto centenário da viagem de Pedro Álvares Cabral. Na verdade, desde 1986, foi constituída naquele país uma Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses que, gozando de autonomia administrativa e financeira e tendo a felicidade de ter à sua frente intelectuais de renomado prestígio e lucidez, como, por exemplo, os historiadores António Manuel Hespanha e Joaquim Romero Magalhães vem, implementando vasto e diversificado programa de ações. Com isso, quero dizer que, no deliberado intuito de conferir maior legitimidade à sua atual condição histórica, Portugal realmente se preparou para enaltecer o período áureo de sua História no momento (o atual) em que o País assume, de forma contundente, sua vocação nitidamente europeísta. Nesse sentido, conscientes de seu papel e de sua condição periférica, tanto no contexto internacional como também em relação à própria União Européia, os portugueses utilizaram-se das referidas comemorações, dentre outras justificativas, para, tanto no plano interno, como perante os demais países, anunciarem-se como uma espécie de criadores e de espaço epicêntrico do Mundo Moderno. Assim, fica evidente, desde sempre, ainda que não necessariamente explicitada, a perspectiva eurocêntrica e hegemônica que permeou a proposta a que me refiro. Por vezes, nas atividades desenvolvidas pela referida Comissão não era difícil identificar a postura neocolonizadora dos organizadores de exposições, atitude que se estendia também à *mídia*. (ex: o tão disseminado e equivocado conceito de *Construção* do Brasil). Em suma, na perspectiva dos portugueses, as comemorações dos 500 Anos tinham lógica e estrutura próprias. Cabia-nos, então, a nós brasileiros, discernir essa lógica e nos contrapormos a ela. Nesse caso, por exemplo, um bom começo teria sido combater a falaciosa e hipócrita retórica da

fraternidade luso-brasileira, denunciando a discriminação, as humilhações e os preconceitos que os brasileiros, em geral, vimos sofrendo em Portugal, por força da opção europeísta deste. E, (ou também) discutir o que significa e quais os reflexos da atual inversão no fluxo migratório entre os dois países. Não me cansarei de afirmar que este teria sido um momento privilegiado para brasileiros e portugueses identificarem e explicitamos nossas diferenças, como forma de colocar em xeque a tão propalada afinidade entre os dois países. Ou ainda a oportunidade para analisar o significado de Portugal ser hoje, no Brasil, o terceiro maior investidor estrangeiro. Enfim, haveria muito que debater, à luz de uma perspectiva contemporânea das comemorações históricas.

3) A impressão que se tem é de que a historiografia oficial portuguesa tem mais orgulho dos feitos de Vasco da Gama do que os de Pedro Álvares Cabral... Você concorda ?

Concordo. É necessário, ainda que sucintamente, apontar algumas razões que expliquem tal preferência. Creio ser absolutamente consensual o fato de os Descobrimentos Portugueses terem revolucionado a História. Esta só se torna efetivamente universal a partir dessa gesta extraordinária de Portugal. No entanto, o vasto império daí advindo não tinha homogeneidade no que respeita às diretrizes de sua exploração colonial. Nessa medida, foi o Oriente, e, sobretudo, o sul da Índia que não só, desde o primeiro momento, exerceu maior poder de sedução sobre os navegadores, os comerciantes e a realeza lusitanas, como foi de lá que emanaram os extraordinários lucros que transformaram Portugal, em particular na primeira metade do século XVI, em Estado hegemônico no contexto europeu da época. Desde sempre, repito, a Índia, como já se vulgarizou dizer, tornou-se a jóia da Coroa do Império português, não obstante os propalados lucros comerciais ali auferidos pelos portugueses terem-se restringido a um período relativamente curto. Seja como for, o fascínio parece nunca ter-se esmaecido. Mesmo quando, ainda no século XVI, a inversão tornou-se notória, isto é, quando as vantagens do pacto colonial se deslocaram do Índico para o Atlântico e o Brasil adquiriu posição nuclear no conjunto do

Império, a Índia manteve o seu fascínio sobre os portugueses. A meu ver, tal constatação se estende à historiografia. O que se nota é que, ao longo do tempo, no universo de análise do extenso império colonial os estudiosos portugueses se dedicaram com maior afinco à História daquela região. Permita-me observar, todavia, que grande parte da literatura especializada sobre essa temática não é produzida por portugueses, mas sim por estrangeiros. Se a referência ao inglês Charles R. Boxer é incontornável, lembrando aqui também recentes estudos de A. J. R. Russell-Wood, cabe realçar a significativa contribuição da historiografia indiana contemporânea especializada na temática, representada, por exemplo, por Sanjay Subrahmanyam ou por Kirti Chaudhuri. Por oportuno, lembre-se aqui a forte e ostensiva refração manifestada, em 1998, pelos indianos relativamente às propostas portuguesas de comemorações conjuntas dos 500 anos sobre a viagem de Vasco da Gama. Manifestações nada pacíficas e hostilidades explícitas feriram fortemente os brios dos portugueses, gerando inclusive incidentes de natureza diplomática, que, à época, causaram indignação na sociedade portuguesa e foram muito explorados pela imprensa local.

3) *Quais são os interesses, nos meios acadêmicos portugueses, pela história do Brasil colonial?*

Têm sido relativamente expressivos, mormente nos últimos quinze anos. Em termos quantitativos, é inegável o crescente aumento da produção historiográfica portuguesa sobre temas brasileiros. Esse crescimento se deve, em grande parte, ao advento de cursos de Mestrado com ênfase ou com área de concentração em História do Brasil ou em Expansão Portuguesa. A considerar, no entanto, que tais estudos não alcançam o prestígio de que desfrutam os de Literatura Brasileira nas universidades portuguesas, onde, em pelo menos três das instituições públicas de maior renome, há cátedras específicas dessa disciplina. Sem falar que os Centros de Estudos Brasileiros nelas instalados há décadas são dirigidos exclusivamente por professores de Literatura Brasileira. Em outra direção, é de se supor e desejar que os resultados materiais do *Projeto Resgate* venham a estimular e a incrementar pesquisas de

portugueses sobre a História do nosso país, inclusive, quem sabe, para quebrar o abominável traço etnocêntrico que caracteriza a grande parte da produção que até agora foi levada a efeito, na qual, por vezes, como se pode perceber pelo traiçoeiro aparato conceitual utilizado, ainda subjaz uma anacrônica postura colonizadora.

4) Quais são as possibilidades de intercâmbio entre universidades brasileiras e portuguesas?

São boas, mas, infelizmente, não tenho visão otimista dessas possibilidades, no que respeita ao âmbito institucional. O intercâmbio de docentes não é fato recente, como pode parecer. Particularmente em relação às universidades paulistas, há anos que elas mantêm em seus departamentos de História professores portugueses, alguns dos quais se situam em lugar superior da historiografia de Portugal, como foi o caso da marcante e influente presença de Joaquim Barradas de Carvalho na USP. Vários são os professores portugueses que, ultimamente, se deslocam ao Brasil a convite de nossas instituições universitárias, com predominância, insisto, das universidades de São Paulo. A recíproca não tem sido absolutamente verdadeira. Não são tantos os historiadores brasileiros que são sistemática e regularmente convidados a ministrar cursos em Portugal. Ademais, o que se observa é que, não obstante a celebração de incontáveis acordos culturais, a maioria dos convites ainda se faz de maneira informal, dirigida e personalizada. Em outras palavras, praticamente inexistem ações de intercâmbios que se desenvolvem ao abrigo de projetos interinstitucionais. Tenho avaliação um tanto severa desse quadro: de um lado, a par de louváveis exceções, não há grande interesse dos historiadores portugueses pela História de nosso país. Penso que os portugueses precisam conscientizar-se mais sobre o amplo quadro de uma historiografia brasileira de relevante qualidade científica. É sintomático, nesse sentido, que a obra mais significativa a respeito da Expansão Portuguesa elaborada oportunamente naquele país para coincidir com as comemorações dos 500 Anos, cuja publicação em Portugal, na primeira edição, ultrapassou a extraordinária soma de 50.000 coleções vendidas, pouco ecoou no Brasil e, embora reunindo considerável número de

autores convidados, incorporou apenas um brasileiro. O inverso parece-me também verdadeiro. Quantos são os professores universitários brasileiros que se dedicam ou mesmo que conheçam bem a História de Portugal, abstração feita, por razões óbvias, à daquele período que estuda a colonização portuguesa na América do Sul? Além disso, o que noto é que se trata de duas concepções historiográficas distintas, de duas percepções diferentes, que funcionam em ritmos próprios no que seja o *fazer História*. É bem verdade que, daqui ou d'acólá, esboçam-se atividades ou eventos que procuram alterar esse quadro. Mas, lamentavelmente, julgo que são iniciativas tímidas ou inconsistentes para, a curto prazo, proceder a mudança significativa desse panorama. Por mais que se anuncie, e a mim pessoalmente é doloroso constatar, não há *efetivos* e substanciosos diálogos historiográficos entre instituições universitárias do Brasil e de Portugal. Alvissareiramente, no entanto, em particular na jovem historiografia portuguesa, composta por profissionais cosmopolitas e arejados, nem sempre (contraditória, mas compreensivelmente) integrantes dos departamentos universitários de História, esboça-se uma tendência e reverter essa situação. Oxalá que ela se consolide e que venha a ganhar impulso, para nossa satisfação e pelos ganhos recíprocos que certamente proporcionará. E também para que esforços de aproximação e intercâmbio como os que são/foram promovidos, nos últimos anos, por exemplo, pelos professores Eugénio dos Santos e Luís A. Oliveira Ramos (Porto), Joaquim Veríssimo Serrão (Lisboa), Luís Reis Torgal e Joaquim Romero Magalhães (Coimbra) possam ter frutos mais vigorosos e criar sucessores.

5) Em relação ao período colonial, quais temas você sugeriria a um jovem pesquisador interessado em explorar os arquivos portugueses ?

As sugestões poderiam ser as mais abrangentes possíveis. Fica difícil elaborar uma listagem, dentre outras razões porque os referidos acervos arquivísticos ainda não foram totalmente identificados quanto aos seus conteúdos intrínsecos. Porém, tenho sempre insistido no fato de que os pesquisadores da História do Brasil em Portugal concentram suas atenções, de forma obcecada,

em, principalmente, quatro núcleos: o Arquivo Histórico Ultramarino, a Torre do Tombo, a Seção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa e a Seção de Manuscritos da Biblioteca da Ajuda. Não há dúvida de que são esses os destinos corretos. Assinalo, com alegria, que, neste ano de 2001 já deveremos ter no Brasil, especialmente em instituições localizadas no Rio de Janeiro, cópias em microfímes e em CD-Rom's de praticamente toda a documentação sobre a América portuguesa depositada no Arquivo Ultramarino, inclusive os códices e a cartografia, que significa passarmos a ter aqui, e com total facilidade de acesso e com possibilidade de reprodução, o universo documental mais substantivo das fontes sobre a História do período colonial. Com isso, eximindo-se de deslocar-se pessoalmente àquela instituição, o pesquisador poderá (e esperemos que o faça!) voltar suas vistas para outros ricos repertórios de documentos históricos, alguns dos quais praticamente intocados ou pouco consultados, existentes tanto em Lisboa, como em outras cidades portuguesas (Porto, Coimbra, Évora, Braga...). Além disso, penso que já é hora de explorar exaustivamente os acervos dos arquivos de antigas casas senhoriais, que, em parte, ainda se encontram de posse dos herdeiros dos administradores e outras personalidades que atuaram e que tiveram alguma forma de presença no processo histórico colonial brasileiro. Nesse caso, é óbvio, não estou pensando em compulsar tais fundos com vistas somente a estudos de natureza biográfica, mas sim e principalmente, para a análise da ação administrativa exercida por esses agentes. Por conseguinte, julgo que o primeiro passo para quem está se iniciando nesse fascinante empreendimento é o de se obter uma visão, mesmo que panorâmica, a respeito do acervo dos arquivos portugueses. Ressalvo, porém, que, no essencial, a documentação em causa é de cunho predominante e eminentemente político-administrativo, aí, naturalmente, incluídos os aspectos econômicos e tributários. Para as histórias social e cultural, e para ficar apenas em dois ou três exemplos, exceção feita aos acervos da Inquisição, da Mesa de Consciência e Ordens e da Real Mesa Censória, creio que o fundamental da documentação deve ser pesquisado em instituições brasileiras.

6) *No Brasil, as comemorações não estimularam a publicação de obras significativas sobre o tema nem a organização de eventos acadêmicos relevantes, como colóquios e congressos. Você concorda com essa opinião ?*

Concordo parcialmente. Grosso modo, sua afirmativa é correta. No entanto, como de se supor, há, meritorias exceções às lacunas que assinalou. No âmbito das publicações, e para ficar apenas em um exemplo, lembraria a coletânea *Intérpretes do Brasil* superiormente coordenada por Silviano Santiago (Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 3v.). No que se refere a textos propriamente ditos sobre os 500 Anos, aí incluídos os anais de simpósios alusivos àquelas comemorações, e consciente do risco inerente à generalização de qualquer juízo de valor do meu ponto de vista, tanto a quantidade quanto sobretudo a qualidade deixaram a desejar. Talvez, tenhamos pecado por um certo proselitismo e tendenciosidade, sem falar de equívocos metodológicos perpetrados na abordagem da temática. Em contraposição, a meu ver, é curioso verificar-se que, na esfera de artigos para revistas especializadas ou para edições jornalísticas especiais e nas entrevistas para periódicos de grande circulação, os historiadores brasileiros, em geral, demonstraram forte discernimento crítico sobre a questão. Assim, é de se lamentar que esses atores não tenham emprestado maior fôlego, extensão e verticalidade a suas intervenções e aos seus trabalhos sobre a matéria aqui considerada.

7) *Na minha opinião, a publicação do Inventário dos Manuscritos Avulsos do Arquivo Ultramarino e a edição do CD-Rom, com a cópia dos documentos, é um marco para as pesquisas a respeito de Minas Colonial. Gostaria que você comentasse a respeito do surgimento desse projeto e das dificuldades enfrentadas.*

Antes de mais nada, agradeço as elogiosas referências a esse trabalho que tive a ventura e o privilégio de coordenar. Em segundo lugar, peço-lhe licença para fazer um reparo que me parece fundamental diante do fato de o referido *Inventário* estar sendo quase

sempre veiculado como um produto, ou seja, como uma espécie de primeiro resultado concreto do prestigioso *Projeto Resgate*. Faça-se justiça! O trabalho que deu origem à elaboração do *Inventário* precede em vários anos ao advento do *Projeto Resgate*. Se me permite a imodéstia, aquele serviu de cartão de visita, de uma espécie de passaporte para a implementação deste. Com efeito, o trabalho de tratamento técnico da documentação manuscrita avulsa relativa a Minas Gerais depositada no Arquivo Histórico Ultramarino teve como ponto de partida a utópica vontade de democratizar o acesso aos acervos documentais sobre o Brasil-Colônia existente em Portugal. Nisso não há nenhuma originalidade da minha parte. Desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, esse propósito vem sendo perseguido. Quanto a mim, imaginei que pudesse caminhar nessa direção restringindo meu campo de interesse à documentação respeitante a Minas Gerais. Para tanto, desde 1972, quando estive em Portugal por seis meses, procurei coletar dados e informações que me permitissem “mapear” o universo dos arquivos que respondessem ao meu desiderato. Para minha desagradável surpresa, não havia um guia impresso que pudesse servir para o início da empreitada. Assim, pus-me a elaborá-lo. O resultado, pronto em 1973, foi publicado em 1975, sob forma de artigo, no número 101 da *Revista de História*, de São Paulo. Posteriormente, e por duas vezes, revisto e ampliado, transformou-se em um opúsculo (cf. *Roteiro sumário de arquivos portugueses de interesse para o pesquisador da História do Brasil*). Em simultâneo, e a partir de outras visitas *in loco*, fui arquitetando o meu projeto. Em 1979, publiquei, através do então Conselho Estadual de Cultura, uma primeira versão das *Fontes primárias para a História de Minas Gerais em Portugal*. Julguei, então, que o passo seguinte era conseguir meios para debruçar-me sobre a massa documental em questão, consciente de que essa seria, como foi, uma tarefa gigantesca e só poderia ser executada em equipe. A oportunidade surgiu quando, em 1988, delineavam-se as comemorações dos 200 Anos da Inconfidência Mineira. Nessa altura, pleiteie e obtive auxílio financeiro do CNPq conseguindo contratar em Lisboa uma pequena e heterogênea equipe de trabalho que, com numerosos óbices e contratemplos, deu cabo do trabalho ao longo de três anos. As fichas foram todas digitadas em banco de dados na PUC/Minas e, como se

sabe, em 1998, foram publicadas sob forma do citado *Inventário*. Antes disso, por solicitação do Ministério da Cultura do Brasil, tais fichas-verbetes foram cedidas àquele órgão para subsidiarem, como sinalética técnica, a microfilmagem do acervo em pauta. Dos microfilmes se fizeram os CD-rom's e, assim, por diante. "Dificuldades enfrentadas"?! Foram muitas e das mais variadas espécies. Penso que não vale a pena *ressuscitá-las*. Hoje, à distância, confesso-lhe que, apesar dos pesares, guardo de todo aquele trabalho as mais ternas lembranças e a íntima e agradável sensação de ela ter-me proporcionado um marcante crescimento profissional e uma salutar convivência com os meus colaboradores de então, eles, sim os verdadeiros artífices da obra.

8) *E a documentação inquisitorial? Algum dia ela será alvo de um projeto semelhante ao do "Resgate"?*

Sim. Na realidade, a documentação relativa à Inquisição de Lisboa, na qual se inserem os processos relativos aos réus procedentes da América portuguesa, que se encontra armazenada nos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, não apenas integra a proposta de microfilmagem desenvolvida pelo *Projeto Resgate*, como, neste momento, está prestes a ter os seus trabalhos iniciados. Ocorre que, como é por todos sabido, aquele fundo se compõe de algumas dezenas de milhares de *dossiers* e, nesse caso, torna-se imprescindível a definição prévia de critérios para a implementação das mencionadas atividades. Não tenho envolvimento com a questão, mas tanto quanto estou informado, posso afirmar que essa é uma das atuais prioridades do *Resgate*. Torçamos para que ela se torne factível! E o quanto antes!

9) *Por fim, gostaria de saber quais são seus planos de pesquisa atuais.*

O fato de ter-me aposentado na UFMG em 1994 e de, mais recentemente, ter assumido encargos administrativos de maior responsabilidade na PUC.Minas, para meu desassossego, de alguma forma, afasta-me da pesquisa histórica. Por ora, dedico-me tão somente à elaboração de trabalhos de curta dimensão e de reduzida demanda de investigação. Em contrapartida, nos últimos anos, na seqüência do trabalho de tratamento técnico da documentação de Minas Gerais e, agora, ao abrigo do *Projeto Resgate*, após coordenar as etapas anteriores, dedico-me a finalizar idêntica operação no que tange aos fundos arquivísticos respeitantes ao Extremo Norte da Colônia, isto é, ao Rio Negro (Amazonas), ao Pará e ao Maranhão também pertencentes ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino. Trata-se de uma tarefa muito mais alentada. Felizmente, ela já se encontra praticamente pronta. Os catálogos relativos ao Rio Negro e ao Maranhão foram encaminhados para publicação e tudo indica que ainda neste primeiro semestre de 2001 deverão estar impressos e disponíveis para consulta. Os microfimes respectivos já se encontram concluídos. Quanto ao Pará, em Lisboa está sendo finalizada a cotação (numeração) definitiva dos documentos. É atividade para mais um ou dois meses apenas. Em Belo Horizonte, neste momento, procuro fazer a revisão final dos índices onomástico, ideográfico e toponímico, a fim de, o quanto antes, poder entregar o resultado ao Governo do Pará, que prometeu publicar o catálogo ainda no corrente ano. Tão logo termine esse trabalho, pretendo dedicar-me prioritariamente à elaboração de um texto sobre a comercialização de livros de Portugal para o Brasil entre 1750 e as primeiras décadas do século XIX. Disponho de considerável documentação primária, em grande parte inédita, que compilei em Portugal. Não se trata de estudo sobre o conteúdo de bibliotecas ou sobre as *leituras* desenvolvidas pelos colonos. O que tentarei analisar é uma vasta gama de livreiros (não apenas franceses) e de intermediários que, nas praças portuguesas, responsabilizavam-se pelo fluxo contínuo e intenso da circulação de livros remetidos à Colônia. Secundariamente, e há anos, recolho elementos que possam subsidiar a elaboração de um curto ensaio, sobretudo biográfico, que

tenho esboçado e que sempre desejei escrever sobre o autor extraordinário que foi José João Teixeira, cuja grafia mais conhecida, no entanto, acrescenta-lhe Coelho ao sobrenome.

ESPECIAL*Perspectivas Educativas da Unesco para o Século XXI*¹

Bárbara Freitag

O tema se justifica pela razão simples e óbvia de que estamos vivendo a passagem de um século para outro. Na verdade é uma passagem de milênio, e à luz dessa passagem somos confrontados com perguntas complexas, que poucos de nós poderão responder. Estas perguntas ocuparam várias comissões e diferentes equipes de pesquisadores no interior e fora da UNESCO, a saber:

- *'Como vamos enfrentar os desafios do futuro milênio?'*
- *'Como vamos dar conta dos problemas do milênio anterior, especialmente os deste século XX, tão conturbado?'*
- *'Quais são as propostas apresentadas para dar soluções?'*

Selecionei três textos publicados por grupos de especialistas para dar respostas tentativas a essas perguntas:

- (1) Relatório da UNESCO, mais especificamente da comissão internacional sobre educação do séc. XXI, presidida por Jaques Delors (que foi presidente da Comissão Européia, antes da constituição da União Européia), Relatório que se intitula: *"A educação: um tesouro está escondido em seu interior,"*(1996);
- (2) Frederico Mayor e Jérôme Bindé: *"Um Mundo Novo"* (1999), onde há uma reflexão ampla sobre o futuro, reflexão que transcende a questão educacional, e;
- (3) Relatório do Banco Mundial já voltado para o próximo milênio, (1999/2000) que tem como sub-título: *Entrando no século XXI*. O que é comum a estes três documentos é que eles se preocupam, com temas que transcendem a educação

¹ Palestra proferida em Ouro Preto em 28.10.1999, transcrita por Janete Jobim e revista pela autora em 12.11.1999/ Praga

propriamente dita e extrapolam o ensino formal, porque vão propor um ensino para todos, durante toda a vida, i.é, sustentado ao longo da vida para todos. Trata-se de uma proposta que quer garantir algumas premissas básicas, sem as quais a educação é impensável e não realizável.

Trata-se entre outras, de uma reivindicação por uma estabilidade econômica, um desenvolvimento auto-sustentado e a inclusão de todos na educação durante toda a sua vida, levando-se em conta um mundo em permanente transformação. Não podemos mais dizer: 'isso eu já li, isso eu já sei!' Todos temos que estar permanentemente aprendendo, nos reciclando. Um tema geral que fundamenta todas estas reflexões, inclusive as do Banco Mundial, é o tema da Paz. Sem Paz não teremos condições de educar. Em verdade, um texto do meu grande pensador alemão, Immanuel Kant, "Sobre a Paz perpétua", é o lema que estes três documentos tomam como base para desenvolver um projeto educacional para o futuro milênio, ou seja, uma "*Educação para a Paz*". A palestra está dividida em três partes: 1 - Uma análise da situação mundial com seus problemas mais prementes, atuais, contemporâneos; 2 - Uma discussão das conseqüências destas mudanças para reorientar os princípios educativos e para pensar a viabilidade de educação para todos, durante toda a vida; 3 - Um debate em que o auditório ajudaria a refletir sobre a maneira como o Brasil se situa neste contexto internacional, nestas reflexões para o mundo globalizado, mundializado, internacionalizado.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO MUNDIAL

a) *Guerra e paz*

Encerra-se um século que iniciou e terminou com guerras na Europa, que tiveram seu epicentro em Saravejo. Por duas vezes estas guerras do século XX desembocaram em conflitos mundiais, em escala patológica. Por pouco o conflito recente da Sérvia, de março de 1999, não nos precipitou em uma 3ª Guerra Mundial, de proporções inimagináveis. Mesmo permanecendo delimitado este conflito fez estremecer por mais uma vez os povos civilizados do mundo. Causou pânico e semeou matanças e violências atrozés,

incompatíveis com os padrões morais e éticos do velho continente. Os ataques aéreos da OTAN, que procuraram poupar a vida de civis, acabaram por destruir com enorme precisão, com alta tecnologia, grande parte da infra-estrutura material da Sérvia e do Kosovo. O extermínio étnico dos albaneses do Kosovo, intencionado pelos sérvios, pôde ser barrado graças a estas ações da OTAN, fazendo contudo milhares de vítimas entre a população civil de ambas as províncias da antiga Iugoslávia.

b) Riqueza e pobreza

Nos últimos 50 anos deste século houve um crescimento econômico jamais visto na história da humanidade. Por ocasião do lançamento do relatório do Banco Mundial em setembro de 1999, o *Le Monde* anunciava: "o crescimento mundial ainda vai se acelerar"! Segundo o Banco Mundial este crescimento poderia atingir 3,5% ao ano em 2000. De acordo com o relatório do desenvolvimento humano (Human Development Report da Nações Unidas), somente na década de 86 a 96, os restaurantes MacDonaldis tiveram uma expansão fora dos EUA de 64% e um aumento em suas vendas de 19 bilhões de dólares. Esse crescimento de empresas multinacionais de toda a ordem é o que veio a ser chamado de globalização. O Human Development Report das Nações Unidas define a globalização como sendo a integração dos três mercados, o do comércio, o do investimento e o das finanças, ao qual estaria sendo associado, em nossos dias, o do consumo. Todos participam deste consumo, ou quase todos. Somente com o telefone celular temos um exemplo da extraordinária participação dos consumidores no mercado globalizado. Esta definição é muito importante, pois resume perfeitamente o que é a globalização. A redução de tarifas alfandegárias e suspensão de restrições de importação teriam possibilitado, segundo os relatórios, vender produtos de melhor qualidade a um público consumidor cada vez maior, a preços competitivos, acelerando a produção e elevando o consumo de massa. É isso que teria gerado este crescimento econômico extraordinário, que foi N vezes maior no pós-segunda guerra mundial do que nos três séculos anteriores. Um papel importante é atribuído aqui aos comerciais e portanto ao cinema e à televisão, jornais e

revistas, lançando novos produtos, divulgando sua circulação e reforçando seu consumo.

c) Ciência e tecnologia

Boa parte do crescimento econômico deve-se por isso às extraordinárias inovações tecnológicas, que foram introduzidas via internet. Globalmente trata-se de tecnologias, das quais, gerações anteriores (avós, pais, nós mesmos) não podíamos nem sonhar. Numa retrospectiva lembro a invenção do Fax, que já tinha sido anunciado como uma técnica futurista por Júlio Verne, mas somente na década de 80 é que ela se universalizou. O computador, i.é., o "personal computer" (PC) - que entrou nas universidades, centros de pesquisas, mundo do shopping virtual, sexo virtual, perversão sexual; os utensílios domésticos ou de uso caseiro, telefones celulares, antenas parabólicas (que permitem o acesso a mais de 100 canais de televisão) igualmente fazem parte desse mundo da técnica inovadora e transformadora da vida cotidiana de todos nós. O gênero humano inventou ainda os satélites, que giram ao redor da terra, mandou construir estações no espaço para investigar planetas e o sistema solar. A globalização refere-se, pois, a mudanças estruturais econômicas e tecnológicas de dimensões planetárias. Esta globalização seria inimaginável, se não tivéssemos esta aparelhagem. Como, por exemplo, participar no jogo da bolsa no Japão ou em Nova Iorque, sem essa tecnologia ? Como assistir a uma Copa do Mundo ? Trata-se de um desenvolvimento ou progresso tecnológico, que eventualmente até mesmo pode ser colocado entre aspas e ser questionado, chamado de globalização, ou na versão dos franceses de mundialização. Em um espaço de tempo mínimo se universalizou um padrão de consumo que atinge praticamente toda a população terrestre. A essência desse processo amplo e irreversível, consiste em desrespeitar fronteiras e atingir os últimos recantos do globo.

d) Conflitos locais e regionais face à globalização

Analisando a globalização no contexto das tendências políticas nacionais, regionais e locais, revela-se a face negra dessa globalização. Nem tudo é progresso, nem tudo que brilha é ouro. Vemos como face negra, além dos conflitos bélicos mundiais, a

fragmentação dos Estados-Nação em mini-nações contrapondo-se a uma união como é o caso da União Européia ou do Mercosul dos países latinos, outros problemas como o da pobreza absoluta, do desemprego e o da pauperização crescente de enormes contingentes da população mundial. O desemprego cresce, não somente no Brasil; ele cresce no mundo inteiro. Já tinha sido documentado em um livro do George Orwell (o escritor de "Animal Farm", temporariamente sem teto, em Paris e Londres), de forma magistral. Em sua essência, pouco mudou desde então qualitativamente. Em termos quantitativos, a mudança foi enorme. Estudos de hoje mostram que esta pauperização se dá também nos grandes centros da economia mundial do 1º mundo, mas se dá em massa nos centros do mundo em desenvolvimento ou dos mundos que ainda não embarcaram neste desenvolvimento. Fazem parte desta pobreza, fatores macro-estruturais como o enfraquecimento do Estado, que se dá justamente à luz de um fortalecimento cada vez maior da economia globalizada face a um enfraquecimento gradual dos sindicatos e do Estado de Bem-Estar, cada vez menos competente para proteger seus cidadãos velhos, doentes e os desempregados. Este mundo globalizado é um mundo para jovens, consumidores, com saúde e com emprego; para o resto pode virar, com o tempo, um inferno. Por isso a UNESCO e todos estes documentos chamam a atenção para a necessidade de uma educação durante toda a vida. Precisamos ter uma BOA formação para enfrentar o desemprego, temos que ter uma formação para nos atualizarmos dentro do desemprego, para não degradarmos cultural e moralmente, mesmo quando as estruturas externas são absolutamente adversas. Por isso a educação não pode ser uma educação em sala de aula, tem que ser permanente e num novo estilo para um novo milênio, para novas estruturas macro, que não entendemos mais. Último sub-tópico desta primeira parte:

e) A questão da urbanização e da migração

O desenvolvimento desvairado das cidades é uma característica dos nossos tempos modernos e dessa virada do século. Não se trata apenas de um crescimento absoluto da população mundial. Trata-se de ondas migratórias e de levas de refugiados que estão afluindo para os centros urbanos de maneira cada vez mais descontrolada. Os migrantes não estão preparados para a vida urbana de hoje, como os

centros urbanos não estão preparadas para receber as multidões itinerantes e a pobreza que elas trazem consigo. A maior parte das populações do globo terrestre vive em extremos de pobreza inimagináveis. Cerca de 800 milhões de pessoas vivem à margem de qualquer nível de dignidade humana e elas buscam as cidades justamente para "melhorar de vida". Certamente também enfrentaremos problemas a respeito no Brasil, que já está acima da média da urbanização mundial que é de 60%. O Brasil está em 80% e até o final deste século e do milênio, já estamos acreditando que a população urbana chegará perto dos 90% de total da população ! O maior problema brasileiro não é um problema rural, é um problema urbano. As cidades brasileiras vão ter de enfrentar problemas de assentamento e migração permanente. Já nos anos 70, Paul Singer chamava a atenção para o fato de que um terço da população brasileira migrava, estava em movimento permanente, e hoje acredita-se que as cifras já são bem maiores.

AS CONCEPÇÕES EDUCACIONAIS DA UNESCO PARA O SÉCULO XXI

Cabe alertar de saída que essas concepções não tratam especificamente da realidade brasileira nem focalizam o Brasil, porque a UNESCO se ocupa com todas as Nações e somente focaliza os Estados de forma exemplar para destacar os mais deploráveis ou os que encontraram soluções satisfatórias. Se o Brasil não está visado e singularizado, é porque ele não está tão mal assim, como muitos brasileiros gostam de fazer crer. Existe uma negatividade muito grande entre os intelectuais e educadores brasileiros, que muitas vezes não percebem o que foi obtido em melhorias dentro dos nossos limites. A UNESCO preocupa-se, pois, com o mundo como um todo e as grandes tendências, que nele se delineiam com suas conseqüências para a educação mundial. Partindo da caracterização da evolução mundial que se encontra entre guerra e paz, a UNESCO discutiu três grandes tópicos:

- a) Os horizontes dentro dos quais se desenvolverá a educação do futuro. Este tópico se subdivide em reflexões sobre a

comunidade de base, que vai garantir esta educação até a visão de uma sociedade mundial, global. Assim sendo, o local e o mundial constituirão o foco da análise. Como mediador entre os dois extremos funcionarão os mecanismos de comunicação, inclusive as tecnologias modernas. Portanto, grande parte das análises e recomendações trata desses horizontes dentro dos quais se pode e se deve pensar o desenvolvimento do futuro.

- b) Os princípios que devem reger a educação do futuro. Aqui os autores defendem: a educação para todos ao longo da vida, como lema fundamental e propõem que essa educação se realize segundo princípios democráticos e de respeito aos direitos humanos. Para tal, a educação precisa assentar-se em 4 pilares.
- 1º pilar: "Aprender a APRENDER" - Aqui a comissão refere-se ao aprender coisas novas e aprender a reconhecer as mudanças que se processam no mundo sem querer se apegar às coisas do passado. Ao mesmo tempo recomenda: preservar o que é necessário, mas filtrar e aprender a desenvolver um mecanismo de aprender.
 - 2º pilar: "Aprender a FAZER". Para a comissão da UNESCO isso significa, aprender a fazer coisas dentro das condições da sociedade moderna dada, melhor ainda, da sociedade do futuro.
 - 3º pilar: "Aprender a VIVER com os outros". Para a Comissão torna-se primordial aprender a tolerância com o que é diferente. A aceitação do outro, que não entendemos, mas que precisamos compreender e aprender a respeitar em sua diferença. Trago-lhes aqui um exemplo negativo, de como não pode nem deve ser: os sérvios católicos. Como é possível que um grupo que se diz "étnico", de sérvios, de brancos, de católicos ortodoxos, desenvolver um programa de extermínio dos albaneses do Kosovo, só porque eles tem a pele um pouco mais escura e tem uma outra religião? E esse grupo passou mesmo a exterminar, da maneira mais atroz, os seus conterrâneos do Kosovo. Podemos voltar ao passado, da segunda guerra, do nazismo e do fascismo, que foi a maior atrocidade que o mundo conheceu, e que deveria ter sido um dos grandes aprendizados coletivos da humanidade neste século XX. O Holocausto nos deveria ter levado a um aprendizado do "nunca mais", do "viver com os outros", do aceitar a diferença, o diferente. Mas o que efetivamente ocorreu recentemente foi o

contrário: aquela região da antiga Iugoslávia, que inclusive tinha sido, temporariamente um modelo de socialismo democrático, passa a praticar exatamente as atrocidades, as vezes pior, no caso individual, do que as praticadas durante o nazismo alemão. Aprender a viver com os outros é o conviver, e com isso, ao invés de fazer guerra, invadir, brigar exterminar, estuprar, torturar, significa aprender a tolerância e o convívio com o diferente. Isso é muito importante para a Europa, pois se a Europa entra em briga, o mundo todo entra em guerra. O 4º pilar que a Comissão da UNESCO destaca, dentro destes princípios da educação, é o " Aprender a SER". Com isso os membros da Comissão querem dizer, que em verdade precisamos aprender a ser gente. Temos de aprender a viver nossa vida com dignidade e a assegurar esta dignidade a todos os outros convivas. A Comissão da UNESCO apresentou aqui os grandes valores universais, que devem valer para o século seguinte, o mundo como um todo. Mas justamente por esta razão, isso vale também sem restrições para o Brasil. O que foi caracterizado acima, não é especificamente brasileiro, mas é o que vale para toda a humanidade, porque se ela não resolver isso no todo, também suas partes sofrerão as conseqüências, inclusive o Brasil.

- c) As orientações que devemos adotar. Segundo o Relatório da Comissão da UNESCO os diferentes países deveriam adotara as seguintes orientações: A primeira, consiste em:
- (1) assegurar uma educação contínua da escola formal de base até a universidade.
 - (2) Depois, torna-se necessário seguir a recomendação de reciclar periodicamente os professores e oferecer-lhes novas perspectivas em suas funções docentes.
 - (3) Finalmente, há ainda uma terceira orientação, que consiste em avaliar corretamente o papel da política na escolha do modelo educativo. Vou mencionar o exemplo brasileiro, em que existe liberdade de, por parte das secretarias de educação municipais e estaduais, optar pelos diversos métodos de ensino oferecidos, alguns mais inovadores outros mais tradicionais. Esta é uma opção política que a UNESCO não ousa impor a ninguém. As democracias modernas precisam resolver em nível municipal,

local, regional, nacional e eventualmente trans-nacional esse problema da opção pelo modelo político. Seguimos o método "construtivista" na tradição de Piaget ou optamos pela cartilha do A-B-C de Branca Alves ? Praticamos na sala de aula um estilo democrático, em que todos são considerados iguais, recomendado por Dewey e Anísio Teixeira ou nos atemos ao modelo disciplinador francês, sugerido por Émile Durkheim ? É preciso conhecer as alternativas pedagógicas e as implicações políticas que elas acarretam, quando nos decidimos por elas. Quem hoje em dia se fecha dentro das suas fronteiras nacionais está perdido, tanto do ponto de vista educacional como do ponto de vista econômico. Tem que haver a transgressão das fronteiras. Ex. O Rio Grande do Sul está incluindo no primário o ensino do espanhol. Um dos grandes projetos do relatório Jacques Delors consiste em introduzir a educação bilíngüe de base; já o texto de Federico Mayor, atual Presidente da UNESCO, fala da educação trilingüe. Cada língua que sabemos é mais uma janela aberta para o mundo.

A SITUAÇÃO DO BRASIL NO CONTEXTO DESSAS REFLEXÕES

Antes de passar para a discussão com o público quero chamar atenção às tensões que enfrentamos no mundo de hoje, debatidas por Federico Mayor em suas reflexões sobre "Um mundo novo" (1999) citado no início da palestra. Segundo o Presidente da UNESCO que por duas vezes foi eleito para capitanear essa grande instituição das Nações Unidas, é preciso enfrentar e superar, no decorrer do século XXI, uma série de tensões ainda presentes em nossas sociedades contemporâneas. Já ouvimos falar das condições, dos princípios e do papel de vários agentes envolvidos na questão educacional do novo milênio. Analisemos agora essas tensões e a maneira possível de sua superação: A primeira destas tensões é, para Mayor, a tensão entre o global e o local. Precisamos resolver esta tensão básica. No mundo globalizado observamos de um lado a tendência geral de uniões cada vez maiores de certos grupos econômicos, como o grupo dos 7 países mais desenvolvidos (G7), havendo, por outro lado, a fragmentação local (ex. a antiga Iugoslávia mas também a União Soviética que

estão em desagregação intensa) de grupos étnicos e religiosos que não têm condições de sustentar-se sozinhas economicamente. A 2ª tensão seria a tensão entre o universal e o singular.. Trata-se de categorias hegelianas (alguém que leu a fenomenologia do espírito vai se lembrar, que em verdade seria a mundialização da cultura, que se realiza progressivamente segundo Hegel, mas que ainda acontece parcialmente, localmente). Se é verdade que ainda existem 800 milhões de pobres, absolutamente pobres, isto significa que também há cerca de 800 milhões de analfabetos, que de nenhuma condição de participam das aquisições da modernidade, pois não têm acesso à tecnologia, não tem acesso à educação, nem à leitura. São os excluídos universais. Seria necessário universalizar a cultura. Isto quer dizer, que não basta somente alfabetizar. É preciso garantir que essas populações façam parte de um mundo convencido do valor da dignidade humana, que dê proteção à vida de cada um, mesmo que seja o último prisioneiro da FEBEM lá de São Paulo. Estes valores é que precisam ser universalizados. É preciso superar as barreiras do local, do regional, do tradicional que se fecham a eles. Ao mesmo tempo há a necessidade de reconhecer os valores locais e oferecê-los para o resto do mundo. A 3ª tensão - consiste, pois, em enfrentar a tensão existente entre tradição e modernidade. Adaptar-se sem renegar, dar conta das coisas necessárias sem realmente destruir o que ficou por trás. Encontrar formas mediadoras entre a tradição e a modernidade. Não é para todo mundo ficar andando com o seu celular e ninguém falar mais um com o outro, isto seria um absurdo. O aprendizado que é de todos, precisa traduzir-se na superação destas tensões. A 4ª tensão a ser superada é a tensão entre as coisas de a longo e a curto prazo. Isso vale especialmente para as políticas da educação, que hoje e no futuro deverão ser revisadas e deverão acompanhar toda a vida. Não podemos determinar hoje, o que temos de ensinar à criança, que entra na escola e que provavelmente terá um expectativa de vida de 70 a 75 anos. Não vamos poder ensinar o que ela deverá ou quererá fazer aos 75 anos, mas por isso mesmo devemos ensinar o que a Comissão da UNESCO defendeu acima: de aprender a aprender, aprender a conhecer o mundo, atualizar e reciclar-se e inserir-se em novos mundos, aprender a convivência com o outro, aprender a paz. Se soubermos isso, vamos ser capazes

de nos adaptar até mesmo a uma hegemonia digamos islâmica, que em termos macro pode ter até uma população maior que a cristã. Temos que saber pensar de maneira nova a longo e a curto prazo. É uma tarefa dos pesquisadores e docentes, sejam eles universitários ou primários. A 5ª tensão existe, segundo Mayor, entre o extraordinário desenvolvimento dos conhecimentos e a capacidade (reduzida) de assimilação pelo homem. Temos que aprender a selecionar da multidão de saberes, de maneira criteriosa, aqueles que sejam adequados à nossa personalidade, à sociedade em que vivemos, ao nosso momento imediato. E, finalmente, a 6ª tensão, é a tensão entre o material e o espiritual. Na globalização mundial a tecnologia e a ciência pesquisaram tudo sobre a matéria e muito pouco sobre a alma humana. Constata-se que, as doenças mentais, psíquicas estão aumentando entre aquelas pessoas de nível, de formação mais elevada. As psicoses, as neuroses, os suicídios incidem mais sobre estas pessoas. Por que nós conseguimos chegar a lua e filmar os anéis de Saturno e não conseguimos educar uma criança para que não tenha doenças físicas e mentais? Para as doenças físicas, até que farmacêuticos e médicos estão conseguindo controlar com injeções preventivas as piores doenças que assolaram a humanidade, mas para as doenças psíquicas, muito falta por fazer. Neste campo tem de ter um investimento, que consiste em educar as pessoas para facilitar as relações humanas e evitar preventivamente futuros problemas. Federico Mayor cita um ganhador de prêmio nobel - "Não podemos prever o futuro, mas podemos prepará-lo". É o que ele e suas equipes se propuseram fazer ! Essas, reuniram os dados, à base dos quais propuseram os seus programas inovadores para o século XXI. A partir desses dados, impõem-se a solução nos próximos anos de pelo menos quatro desafios: Estabelecer a paz - combater a pobreza - garantir o desenvolvimento sustentável - e promover a auto-determinação, que se obteria através da educação para todos durante toda a vida. 800 milhões sofrem fome diariamente. 880 milhões são analfabetos. 1,400 milhões não tem acesso direto a água potável, como conseqüência disso temos inúmeras doenças. 70% dos pobres de pobreza absoluta são mulheres. Um dos sub-programas (proposta da UNESCO) consiste em educar preferencialmente as mulheres, pois já se refletiu em programas de saúde, que mulher educada cria os seus filhos melhor, caindo as taxas de mortalidade infantil e

aumentando a longevidade da criança e da mulher. Portanto, é a educação elementar, que ajuda a evitar estes riscos. 4 bilhões de habitantes do nosso globo terrestre não tem acesso aos meios de comunicação. Como é o caso de maior parte da população da África. Estes problemas levaram Mayor e seus colaboradores a proporem quatro tipos de novos contratos: O primeiro, seria um novo contrato SOCIAL, que incluía os excluídos, estes 800 milhões de pobres, os desconectados. Esse contrato tem de ser radicalmente democrático, em que todos, sem exceção, sejam incluídos. Esta tarefa é uma tarefa para todo o próximo milênio! O segundo contrato é o ECOLÓGICO. Esse contrato significa a educação e a prática do respeito ao meio ambiente. Desculpem-me comentar algo de negativo quando estou de visita ao Estado de Minas, onde ao mesmo tempo estou sendo tão bem acolhida. Um europeu chegando aqui e olhando estas montanhas comidas, erodidas, transitando pelas estradas poluídas, leva um certo choque. A destruição ecológica acontece aqui de forma sistemática e progressiva a passos de gigante! O problema ecológico é mundial, Minas é uma pequena parte deste mundo, e partilha portanto dos problemas ecológicos mundiais. Mas Minas está sendo particularmente afetada pela exploração de suas riquezas minerais. Federico Mayor exige um novo contrato ecológico da humanidade com a natureza circundante, com o planeta terra. Mas esse tem que ser um contrato que todos queiram e respeitem. Não é a UNESCO sozinha que vai fornecer o modelo para este contrato; é a humanidade que tem de se dar conta da deterioração do planeta, procurando salvá-lo. Para que a população mundial tivesse um nível de vida dos Estados Unidos necessitaria de três globos terrestres com os recursos deste. Por isso Mayor e suas equipes advertem: sem um novo contrato ecológico, vai faltar água, vai faltar ar para a humanidade num futuro bem próximo, se não for fechado um tal contrato. O 3º contrato sugerido por Mayor é o CULTURAL. Em sentido preciso este contrato cultural visa a educação para todos ao longo de toda a vida. Existe o conceito grego de *paidéia*, que é formação completa do ser humano e da sociedade. Educação não se limita à alfabetização. Educação é tudo: é não jogar o papel no chão, é não jogar o cigarro no capim, pois pode causar uma queimada e incêndios tremendos. *Paidéia*, a educação grega, tinha tudo em

mente: inclusive uma maneira de se relacionar com o mundo material ou natural e o mundo social. Em alemão existe o conceito de "*Bildung*", que também significa formar e preparar os jovens para a vida. Certas idéias devem prevalecer. Kant foi o primeiro a formular a idéia da "educação para a paz" sem esquecer a educação para o conhecimento. Nós precisamos saber para realmente formar o cidadão. O último contrato, segundo Federico Mayor, seria o ÉTICO, para promover a democracia . Nenhum regime político do mundo é bom, nenhum se comprovou ser eficaz para formar o cidadão, este cidadão sonhado desde Platão. De todos os maus regimes que tivemos durante dois milênios e meio, o melhor foi e é a democracia. A democracia foi e é muito combatida por todos aqueles que vêm nela uma ameaça, pois na democracia abre-se mão dos privilégios, defende-se a igualdade dos indivíduos, exigem-se mecanismos transparentes de controle dos dirigentes, elaboram-se leis e regras através da negociação, e criam-se mecanismos institucionalizados de justiça e previdência. Estes quatro novos contratos propostos por Federico Mayor e suas equipes deveriam ser tratados - no meu entender - como sendo os "novos mandamentos para o próximo milênio". Que permaneçam os 10 mandamentos de Moisés, comuns a toda a humanidade, mas que se implementem estes novos contratos para o Novo milênio a partir do século XXI: a saber, o contrato social, o ecológico, o cultural e o contrato ético. Termine minha exposição com as palavras: "Não sou cavaleira do apocalipse, sou leitora de textos bem fundamentados, que nos lançam um alerta, como estes produzidos pelas equipes da UNESCO, do Banco Mundial e das Nações Unidas. Se não conseguirmos atender o apelo de Kant e batalhar para "a paz perpétua" na base de princípios democráticos, e dos quatro contratos novos aqui propostos, vamos por em risco a humanidade, e com ela, a sociedade brasileira. Muito obrigada pela atenção".

RESENHA

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Império e família em Roma*. São Paulo, Atual, 2000. (A vida no tempo). 32 pp.

Fábio Faversoni
Dep. História - UFOP

O Professor Pedro Paulo Abreu Funari volta a nos brindar com um texto divulgação. Esse é um trabalho orientado para o Ensino Fundamental.¹

O capítulo inicial faz um resumo da história política romana, permitindo ao leitor localizar em que momento cronológico se situa o Principado, que será o período enfocado nos capítulos seguintes. Ainda no primeiro capítulo, merece destaque a apresentação das fontes de que faz uso o historiador da Antigüidade para suas investigações. Essa preocupação se mostra importante, especialmente se considerarmos o público-alvo.

O segundo capítulo se dedica a caracterizar as famílias romanas, apresentadas no plural, diversas conforme as camadas sociais onde se formavam.

O terceiro capítulo segue tratando da família, apresentando como seria o seu dia-a-dia e os papéis que desempenhavam o pai, a mulher, os filhos e demais membros em seu interior. Dá-se destaque, por motivos óbvios, à vida das crianças.

O quarto capítulo mostra a casa em que viviam essas famílias. São mostradas as casas dos pobres e dos ricos, as vivendas no campo e na cidade. O autor faz uma “visita monitorada” com os leitores pelo interior de uma casa. Esse recurso foi muito bem empregado, notadamente tendo em vista a faixa etária dos leitores e sua capacidade de abstração. Nesse mesmo capítulo, saímos da casa

¹ Antes, já havia escrito *Roma, vida pública e vida privada* (de 1994, pela mesma editora); *Cultura popular na Antigüidade Clássica* (de 1989, pela Contexto, que ganhou versão espanhola dois anos depois, pela editorial gráficas Sol); *Arqueologia* (Ática, 1988) e *Antigüidade Clássica. A História e a cultura a partir dos documentos* (pela editora da Unicamp, coleção Livro-Texto, em 1995).

e “passeamos” pela cidade, quando o autor, mais uma vez, emula um guia.

O quinto capítulo mostra que o mundo romano era maior e mais variado do que Roma ou o centro-sul da Itália, que serviu de matéria-prima para os capítulos anteriores. Destaca-se que as cidades eram as bases organizacionais comuns ao Império como um todo e que a rede de estradas, a comunicação por mar e um comércio intenso mantinha essas largas porções de terras e a multidão que vivia nelas em contato. Contudo, diferenças étnicas e identidades locais e regionais foram preservadas no interior da unidade representada pelo Império.

O último capítulo, conclusivo, consolida o trajeto percorrido e mostra que, entre o mundo longínquo – espacial e territorialmente falando – representado pelos romanos e nosso presente, há muitas continuidades, em que pesem todas as diferenças. Destaca que é pelo exame dessas rupturas e continuidades que podemos aprender mais sobre eles e sobre nós; que é esse o trabalho do historiador.

O encadeamento dos capítulos, como se nota, não é casual, mas montado com critério. De um enquadramento inicial, parte-se do que é particular para o que é mais geral. Essa alternativa é, sem dúvida, a mais adequada. Foi uma escolha muito feliz.

Ao final da leitura, muito agradável, fiquei com a impressão de que faltou muita coisa.

Por exemplo, ainda que o título não precise disso, o livro trata do Alto Império Romano, exclusivamente, sendo que o tratamento diacrônico, explorando as transformações vividas no interior dessa sociedade, não recebe qualquer destaque. Trata-se de um Império que, unitário, comportava e incorporava diferentes tradições culturais, como se destaca no penúltimo capítulo, e, assim, famílias diferentes. Mas essas outras famílias “romanas” não são apresentadas. Do mesmo modo, não se dá atenção ao fato de que os historiadores têm criado diferentes visões da família romana. Há uma visão única no livro, aquela que parece mais adequada ao autor, e a polêmica historiográfica desaparece. Não se estimula o gosto pelo debate de diferentes interpretações, nem se deixa claro que o que se tem ali não é um passado “tal qual aconteceu”. Esses são exemplos que poderiam ser multiplicados. Mas essas ausências podem ser

tomadas como uma falha do autor na composição da obra? A meu ver, não. Bastará tentar escrever em apenas trinta e duas páginas tudo o que se considere pertinente e relevante sobre esse tema (ou qualquer outro similar) para se perceber a impossibilidade de ser exaustivo, pluralístico, detalhado e tudo mais quanto se queira ao mesmo tempo.

Em conclusão, o livro de Funari apresenta uma importante contribuição para a divulgação do conhecimento. Trata-se de um livro bem escrito, cuidadosamente construído. E, mais importante, é bem melhor que o livro que esse resenhista não escreveu no parágrafo acima, mas quis ver na obra resenhada. Os livros ideais são os piores do mundo, pois não podem ser lidos por ninguém.

Normas de Publicação de *LPH – Revista de História*

São aceitos, desde que inéditos:

- 1- Artigos de pesquisa e de revisão, respeitando o limite de 30 (trinta) laudas.
- 2- Comunicações, compreendendo a apresentação de resultados parciais de pesquisas, respeitando o limite de 10 (dez) laudas.
- 3- Entrevistas.
- 4- Os trabalhos deverão ser apresentados em duas vias, gravados em disquete, em laudas de 30 (trinta) linhas, em espaço duplo. O tamanho da fonte é 12 (doze).
- 5- Os trabalhos, para serem publicados, deverão ser aprovados pelo Conselho Consultivo de *LPH – Revista de História*.